



CEASAMINAS

Centrais de Abastecimento

RELATÓRIO DE GESTÃO 2010



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento



SUMÁRIO

1 IDENTIFICAÇÃO	08
1.1 Identificação.....	10
2 OBJETIVOS E METAS INSTITUCIONAIS	11
2.1 Responsabilidades institucionais da unidade	11
2.2 Estratégias de atuação da unidade frente as reponsabilidade institucionais ...	11
3 PROGRAMAS E AÇÕES SOB RESPONSABILIDADE DA UNIDADE.....	12
3.1 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em infra estrutura.....	12
3.1.1 Relações das ações do programa	12
3.1.2 Principais ações do programa.....	14
4 DESEMPENHO OPERACIONAL	19
4.1 Desempenho econômico - financeiro.....	19
4.1.1 Composição das receitas	19
4.1.2 Composição das despesas.....	20
5 ANÁLISE DOS QUOCIENTES	23
5.1 Índices de liquidez	23
5.1.1 Liquidez corrente	23
5.1.2 Liquidez geral.....	23
5.1.3 Liquidez seca.....	23
5.2 Índices de endividamento	23
5.2.1 Garantia de endividamento	23
5.2.2 Garantia de capital de terceiros	24
5.3 Índices de rentabilidade	24
5.3.1 Margem bruta.....	24
5.3.2 Margem operacional	24
5.3.3 Margem líquida	24
5.3.4 Rentabilidade dos capitais próprios	24
5.3.5 Imobilização do patrimônio líquido.....	24
5.4 Análise da situação financeira	25
5.4.1 Endividamento	25
5.4.2 Liquidez	25
5.4.3 Econômica	25
5.5 Desempenho orçamentário.....	27
5.5.1 Indicadores orçamentários.....	29
6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	32
6.1 Programação orçamentária e financeira.....	33

6.2 Execução orçamentária.....	35
6.3 Evolução dos gastos gerais	36
7 INDICADORES DE DESEMPENHO OU INSTITUCIONAIS.....	38
7.1 Desempenho Operacional	38
7.1.1 Indicador de ocupação da Ceasa Minas – Grande BHI	38
8 INFORMAÇÕES SOBRE COMPOSIÇÃO DE RECURSOS HUMANOS	56
9 INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO	60
10 REGISTRO DO CUMPRIMENTO AO LONGO DO EXERCÍCIO	65
10.1 Recomendações da CGU e Acórdãos	65
11 RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO	77
11.1 Processos licitatórios	77
11.2 Contratos de terceirização.....	77
11.3 Gestão do suprimento de bens e serviços	77
12 OUVIDORIA	79
13 LICITAÇÕES.....	93
13.1 Contratações indiretas	93
13.2 Contratações diretas	93
13.3 Contratos e convênios.....	100
14 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	109
15 CONTEÚDOS ESPECÍFICOS POR UJ OU GRUPO DE UNIDADES AFINS ..	140

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS

UNIDADE GESTORA.....CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A-CEASAMINAS

GESTÃO.....2011

RESPONSÁVEIS ELENCADOS*.....: 1 - DIRETOR PRESIDENTE

* De acordo com a estrutura definida no Estatuto Social da CEASAMINAS com as determinações do art. 10 da IN/TCU 63/2010. CONSTA DESTE ROL A TOTALIDADE DOS RESPONSÁVEIS

1 - DIRETOR FINANCEIRO
1 - DIRETOR TÉCNICO OPERACIONAL
5 - MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
6 - MEMBROS DO CONSELHO FISCAL (3 Titulares e 3 Suplentes)

DIRETORIA

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				DIRIGENTE MÁXIMO DA UNIDADE JURISDICIONADA						
AGENTE	João Alberto Paixão Lages			CPF:	035.906.396-95					
ENDEREÇO	Rua Desembargador Jorge Fontana , 200 – Apto 802 – Bairro Belvedere									
MUNICÍPIO	Belo Horizonte	CEP:	30.320-670	UF:	MG	TELEFONE	(31)3399-2002	FAX	3394-1206	
CARGO OU FUNÇÃO		DIRETOR PRESIDENTE								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data:	Ato/nº/ano: ATA 105ª da Reunião Extraordinária do CONSAD 31/08/2007			DATA		Ata/nº/ano	Data início:	Á data Fim:		
31/08/2007							31/08/2007			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro da Diretoria							
AGENTE	Ana Pascoal dos Anjos			CPF:	228.070.556-72						
ENDEREÇO	Rua Remi Pereira Lopes, 75, Casa A, Bairro Ribeiro de Abreu										
MUNICÍPIO	Belo Horizonte	CEP:	31.870-610	UF:	MG	TELEFONE	(31) 33992004	FAX	3394-1206		
CARGO OU FUNÇÃO		DIRETORA TÉCNICO OPRERACIONAL									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO		PERÍODO GESTÃO			
Data: 31/03/2009	Ata/nº/ano: ATA 129ª da Reunião Ordinária do CONSAD 31/03/2009			DATA		Ata/nº/ano		Data início: 31/03/2009	À data Fim:		

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro da Diretoria							
AGENTE	Marcio Luiz da Silva Cunha			CPF:	251.817.856-20						
ENDEREÇO	Rua Antonio de Albuquerque , 1159 – Apto. 801 – Bairro Lourdes										
MUNICÍPIO	Belo Horizonte	CEP:	30.112-011	UF:	MG	TELEFONE	(31) 33992006	FAX	3394-1206		
CARGO OU FUNÇÃO		DIRETOR FINANCEIRO									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO		PERÍODO GESTÃO			
Data:	Ata/nº/ano: ATA 109ª da Reunião Extraordinária do CONSAD 21/11/2007			DATA		Ata/nº/ano		Data início:	Á data Fim:		
22/11/2007								22/11/2007			

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho de Administração						
AGENTE	João Alberto Paixão Lages			CPF:	035.906.396-95					
ENDEREÇO	Rua Desembargador Jorge Fontana , 200 – Apto 802 – Bairro Belvedere									
MUNICÍPIO	Belo Horizonte	CEP:	30.550-180	UF:	MG	TELEFONE	(31)3399-2002	FAX	3394-1206	
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro de Administração								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data:	Ato/nº/ano: ATA 105ª da Reunião Extraordinária do CONSAD 31/08/2007			DATA		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:		
31/08/2007							31/08/2007			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho de Administração						
AGENTE	Alexandre Magno Franco de Aguiar			CPF:	518.753.224-34					
ENDEREÇO	Maria Facunda de Oliveira Dias, 90 - Brismar									
MUNICÍPIO	João Pessoa	CEP:	58.033-100	UF:	PB	TELEFONE	3312-6207	FAX		
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro de Administração								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data: 11/06/2008	Ata nº/ano Ata 38ª da Assembléia Geral Ordinária 11/06/2008			DATA		Ata nº/ano	Data início: 11/06/2008	À data Fim: 11/06/2011		

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE			Membro do Conselho de Administração						
AGENTE	Cid Jorge Caldas		CPF:	121.074.501-10					
ENDEREÇO	Condomínio Vivendas Bela Vista, modulo M, Casa 27, Grande Colorado								
MUNICÍPIO	Sobradinho	CEP:	73.105-909	UF:	DF	TELEFONE		FAX	
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro de Administração							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO		
Data:	Ata/nº/ano:			DATA		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:	
10/12/2009	Ata 140º Reunião Ordinária CONSAD						10/12/2009	10/12/2012	

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho de Administração							
AGENTE	José Gerardo Fontelles			CPF:	002.361.283-53						
ENDEREÇO	AOS 2 Bloco D Apto. 304 – Área Ortogonal Sul										
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	70.660-024	UF:	DF	TELEFONE	(61) 3412-2422	FAX			
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro de Administração									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:				EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data: 11/04/2006	Ata/nº/ano: Ata 35º da Assembléia Geral Ordinária 11/04/2006				DATA:		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:		
								11/04/2006	11/04/2012		

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho de Administração						
AGENTE	Luiz Gonzaga Baião			CPF:	573.814.536-49					
ENDEREÇO	SHN, Quadra II, Bloco H, Apto. ASA NORTE									
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	70.702-905	UF:	DF	TELEFONE	(61)3218-2303	FAX		
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro de Administração								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data: 11/04/2006	Ata/nº/ano: Ata 35º da Assembléia Geral Ordinária 11/04/2006			DATA		Ata/nº/ano	Data início: 11/04/2006	À data Fim: 10/04/2012		

CONSELHO FISCAL

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (Titular)							
AGENTE	André Luiz Gonçalves Garcia			CPF:	775.695.801-25						
ENDEREÇO	Quadra Central, Conjunto C, Bloco C, Apto 406										
MUNICÍPIO	Sobradinho		CEP:	73.010-703	UF:	DF	TELEFONE		FAX		
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:				EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data:	Ata/nº/ano:				DATA		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:		
16/04/2010	Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária							16/04/2010	16/04/2011		

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (Titular)						
AGENTE	Fabiola Fiche Seabra Kauffmann do Nascimento			CPF:	240.038.831-87					
ENDEREÇO	Ministério da Fazenda - Esplanada dos Ministérios , Bloco P, Anexo Ala A / CODIP									
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	73.010-703	UF:	DF	TELEFONE	61- 3412-3997	FAX		
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data: 16/04/2010	Ata/nº/ano: Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária			DATA		Ata/nº/ano	Data início: 16/04/2010	À data Fim: 16/04/2011		

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (Titular)						
AGENTE	Rogério Colombini Moura Duarte			CPF:	083.277.186-49					
ENDEREÇO	Tomé de Souza – Nº 1366 – Apto. 1002 - Funcionários									
MUNICÍPIO	Belo Horizonte	CEP:	30140 - 131	UF:	MG	TELEFONE	(61) 3312-6358	FAX		
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal								
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO			
Data:	Ata/nº/ano:			DATA		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:		
16/04/2010	Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária						16/04/2010	16/04/2011		

SUPLENTE

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (suplente)							
AGENTE	João Claudio Dalla Costa			CPF:	231.765.980-68						
ENDEREÇO	SGAS - Quadra 901, Bloco A, Edifício Sede da CONAB										
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	70390-010	UF:	DF	TELEFONE	(61)3412-3158	FAX			
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal									
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO	PERÍODO GESTÃO				
Data:	Ata/nº/ano:			DATA		Ata/nº/ano	Data início:	À data Fim:			
16/04/2010	Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária						16/04/2010	16/04/2011			

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (Titular)					
AGENTE	Romilda Maria de Fátima Resende			CPF:	235.554.321-68				
ENDEREÇO	MAPA – Esplanada dos Ministérios , Bloco D, Anexo B, 1º Andar, Sala 114-DENACOP								
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	70043-900	UF:	DF	TELEFONE	(61) 3218-2360	FAX	
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO		PERÍODO GESTÃO	
Data: 16/04/2010	Ata/nº/ano: Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária			DATA		Ata/nº/ano		Data início: 16/04/2010	À data Fim: 16/04/2011

NATUREZA DA RESPONSABILIDADE				Membro do Conselho Fiscal (Suplente)					
AGENTE	Lucia Aida Assis de Lima			CPF:	297.345.251-15				
ENDEREÇO	MAPA - Esplanada dos Ministérios, Bloco D, Edifício Sede4º andar, Sala 422 - CGOF								
MUNICÍPIO	Brasília	CEP:	70043-900	UF:	DF	TELEFONE	(61)3218-2420	FAX	
CARGO OU FUNÇÃO		Conselheiro Fiscal							
DESIGNAÇÃO:	DOCUMENTO:			EXONERAÇÃO:		DOCUMENTO		PERÍODO GESTÃO	
Data: 16/04/2010	Ata/nº/ano: Ata da 41ª Assembléia Geral Ordinária			DATA		Ata/nº/ano		Data início: 16/04/2010	À data Fim: 16/04/2011

1 INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão 2010 das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa – TCU Nº 63, de 1º de setembro de 2010 que estabelece normas de organização e de apresentação dos relatórios de gestão e das peças complementares que constituirão os processos de contas da administração pública federal, para o julgamento do Tribunal de Contas da União, nos termos do art. 7º da Lei 8.443, de 1992.

O Relatório de Gestão 2010 das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais foi elaborado também de acordo com a Portaria - TCU Nº 277, de 7 de dezembro de 2010 que dispõe sobre orientações às unidades jurisdicionadas ao Tribunal quanto ao preenchimento dos conteúdos dos relatórios de gestão referentes ao exercício de 2010, nos termos do art. 4º, § 3º da DN TCU nº 107/2010.

O Relatório de Gestão 2010 das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais foi elaborado também de acordo com a Decisão Normativa - TCU nº 107 de 27 de outubro de 2010 que dispõe acerca das unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar relatório de gestão referente ao exercício de 2010, especificando a organização, a forma, os conteúdos e os prazos de organização, a forma, os conteúdos e os prazos de apresentação, nos termos do art. 3º da Instrução Normativa TCU nº 63, de 1º de setembro de 2010.

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, CEASAMINAS é uma Sociedade de Economia Mista, da administração indireta do Poder Público Federal vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, sendo assim algumas informações contidas nas respectivas portarias, decisões normativas e instruções normativas do TCU acima mencionadas não se aplica como as contidas no Anexo II da Decisão normativa TCU nº 107 de 27 de outubro de 2010:

- item 05: informações sobre indicadores gerenciais sobre recursos humanos da unidade: estes índices serão apresentados no próximo relatório de gestão pois no momento estão sendo aplicadas avaliações de desempenho no corpo funcional.
- Declaração da área responsável atestando que as informações referentes aos contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e

atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Convênios, Contratos de Repasse e Temos de Parceria SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.309, de 9 de agosto de 2010.

-Não se aplicam a CEASAMINAS:

- informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria e Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006.
- informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário de responsabilidade da UJ, classificado como “Bens de Uso Especial”, de propriedade da União ou locado a terceiros.
- Informações sobre a utilização de cartões de pagamento do governo federal,
- Renúncia Tributária,
- Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos,
- Inscrições de restos a pagar no exercício e os saldos de restos a pagar de exercícios anteriores

1.1 Identificação

Poder e Órgão de Vinculação		
Poder: Público Federal		
Órgão de Vinculação: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.		Código SIORG: 47838
Identificação da Unidade Jurisdicionada		
Denominação Completa: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A		
Denominação Abreviada: CEASAMINAS		
Código SIOFI: 47838	Código LOA: Não se Aplica	Código SIAFI: Não se Aplica
Situação: Ativa		
Natureza Jurídica: Sociedade de Economia Mista – Estatal Federal		
Principal Atividade: Administração Pública em Geral		Código CNAE: 84 -11-06-00
Telefone/Fax de Contato: (31) 3399 - 2122		Fax: (31) 3394 - 2709
Endereço Eletrônico: depla@ceasaminas.com.br		
Página na Internet: www.ceasaminas.com.br		
Endereço Postal: BR 040 km 688, Bairro: Guanabara – Contagem – CEP: 32145 – 900 MG.		
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada		
CEASAMINAS – Centrais de Abastecimento de Minas Gerais, S/A criada através da Lei Estadual MG Nº 5.577/1970 e originariamente por escritura pública, lavrada no Cartório do 2º Ofício de Notas de Belo Horizonte, Livro Nº585 – E, folhas 1a 12V, registrada na Junta Comercial do Estado de Minas Gerais, em 10 de maio de 1971, sob o Nº256. 009. Integrante do Sistema Operacional da Agricultura, Pecuária e Abastecimento inaugurada em 28 de fevereiro de 1974. Constitui-se numa empresa estatal federal, Sociedade Anônima de Economia Mista.		
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada:		
Não se Aplica		
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada		
Regulamento de Mercado; Balanço Social; Jornal Entrepasto (mensal); CEASAMINAS FAZ (Grande BH); Caixa de Notícias, (interior); Site: www.ceasaminas.com.br		
Unidades Gestoras e Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada		
Unidades Gestoras relacionadas à Unidade jurisdicionada		
Código SIAFI	Nome	
Não se Aplica	Não se Aplica	
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões		
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão
Não se Aplica		Não se Aplica

2 Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

(A CEASAMINAS tem em sua conta cumprir a orientação dos itens 2.1 e 2.2 do item 2 do anexo II da DN TCU 100/2009)

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade-papel da unidade na execução das políticas públicas

A CEASAMINAS, uma Empresa de Economia Mista do Governo Federal tem como responsabilidade estatutária, entre outras, executar e controlar a política de abastecimento alimentar no Estado de Minas Gerais, através da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas destinados a comercialização. Tendo como missão promover soluções de abastecimento para o desenvolvimento equilibrado do sistema agro - alimentar.

2.2 Estratégias de Atuação da Unidade frente às responsabilidades institucionais

- Aplicações de normas e padrões de comercialização, bem como de produção de estatísticas e informações que contribuem efetivamente para o controle e o planejamento de oferta alimentar;
- Políticas públicas voltadas para a difusão de padrões de segurança alimentar baseadas em boas práticas, adoção de padrões sanitários adequados, modernização das práticas de embalagens e manuseio, a promoção da qualidade comercial;
- Estimulo a práticas e técnicas de aproveitamento integral de alimentos e o benefício para comunidades carentes e instituições de caráter assistencial;
- Estímulo a modernização da produção, pós-colheita e comercialização de hortifrutículas, a elevação comercial desses produtos;
- Indução de padrões de comportamento no setor e no mercado nacional de abastecimento alimentar.

As Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS tem como compromisso estatutário os seguintes objetivos, dentre entre outros:

Executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA:

- Implantar e instalar, no Estado de Minas Gerais, Centrais de Abastecimento Regionais e Mercados, destinados a orientar e disciplinar a distribuição de hortigranjeiros e outros produtos alimentícios, operando como centros polarizadores de abastecimento e incentivadores da produção agrícola;
- Administrar, sem fins lucrativos, em parceria com entidades públicas da União, dos Estados e Municípios, mediante convênio, os programas de responsabilidade social;
- Executar a política e o controle de Abastecimento no Estado de Minas Gerais, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, nos termos da legislação vigente.

Visando a consolidação de todo seu complexo atacadista, a Diretoria da empresa, baseada em seu planejamento estratégico, identificou e priorizou os programas e projetos que, alicerçados na respectiva base orçamentária do exercício em tela, que proporcionaram a melhoria substancial na infra-estrutura logística e nos serviços de apoio disponibilizados ao conjunto de usuários de seus Entrepósitos Atacadistas.

3 Programas e Ações sob a Responsabilidade da Unidade:

3.1 Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura

3.1.1 Relação das Ações do Programa:

- Manutenção, adequação e expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807.4105.0031);
- Manutenção adequação e aquisição de ativos de informática, informação e tele processamento (20.605.0807.4103.0031);
- Manutenção e adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas equipamentos (20.605.0807.4102.0031).

Programa 0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio

TIPO DE PROGRAMA	Finalístico
OBJETIVO GERAL	Executar e Controlar a Política de Abastecimento Alimentar no Estado de Minas Gerais, através da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas.
OBJETIVO ESPECÍFICO	Controlar a Política de Abastecimento Alimentar no Estado de Minas Gerais
GERENTE DO PROGRAMA	João Alberto Paixão Lages
GERENTE EXECUTIVO	João Alberto Paixão Lages Márcio Luiz da Silva Cunha Ana Paschoal dos Anjos
RESPONSÁVEL PELO PROGRAMA NO ÂMBITO DA UJ	João Alberto Paixão Lages
INDICADORES OU PARÂMETROS UTILIZADOS PARA AVALIAÇÃO DO PROGRAMA	Para avaliação do resultado alcançado no programa a empresa adota o critério de ponderação da pontuação alcançada pelas ações. É dividido o valor realizado de cada ação pelo valor programado da mesma e ponderado pela sua representatividade na programação global.
PÚBLICO-ALVO (BENEFICIÁRIOS)	Consumidores e produtores de hortigranjeiros e produtos alimentícios no geral.

Fonte: Depla

3.1.2 Principais Ações do Programa:

Manutenção, Adequação e Expansão da Infra-Estrutura Operacional (20.605.0807-4105.0031)

UNIDADE CONTAGEM

CEASAMINAS - ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS	ORÇADO	REALIZ. EM 2010
2010	REPROGRAMAÇÃO.	
MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E EXPANSÃO DA INFRA-ESTRUTURA OPERACIONAL 20.605.0807.4105.0031		
	3.782.690	2.176.329
UNIDADE DE CONTAGEM	2.217.316	1.067.612
Reestruturação MLP Contagem - 3718 (PLANTÃO+ DIVERSOS))	190.636	190.636
Instalações _ infra-estrutura Elétrica MLP Contagem -4655	338.200	410.302
Pavilhão V - PROJETO	12.627	12.627
Pavilhão X- PROJETO	12.627	12.627
Pavilhão X - Construção	249.878	-
Pavilhão X- Infra-estrutura e Reservatório	475.004	-
Prédio Central de Segurança	207.098	207.098
Minasbolsa - (Banheiro)	10.727	10.727
Edificações " Sengel Construções Ltda. PAV.6	161.635	161.635
Instalações		-
Instalações diversas - 288	3.945	3.945
Cerca para fechamento Terreno Jd.Laguna	54.939	54.938
Projeto de Trânsito	500.000	-
Quiosques 01A,01B e 02 -Contagem		3.079

Fonte: Depla

UNIDADES DO INTERIOR

UNIDADES DO INTERIOR	1.565.374	1.108.717
Ampliação Estacionamento Pav. GA P/ veículos leves - Juiz de Fora	0	-
Reforma da Estrutura Metálica Pav. MLP - Juiz de Fora	167.792	-
Construção de Rampa e Testeira do Pav. MLP - Juiz de Fora	27.000	-
Criação de Área de Apoio ao comprador MLP - Caratinga	7.500	-
Asfaltamento de 7.000m em torno do Pav. MLP - Uberlândia	0	-
Contrução da Área de Contener/Frigorifica - Urberlândia	120.000	-
Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio - Barbacena	61.392	61.392
Reforma da Rede de Esgoto - Gov. Valadares	0	-
Pintura dos Pavilhões e Portaria - Gov. Valadares	12.000	-
Adequação da área do mezanimo p/ implantação da Pousada - Caratinga	18.000	-
Pavilhão GP 2 - Gov. Valadares	43.900	43.900
Pavilhão GP I - Caratinga	154.676	169.541
Barração do Produtor São José da Varginha	246.124	246.124
Barração do Produtor JABOTICATUBAS	228.773	228.773
Reestruturação MLP Caratinga	48.026	73.454
Quiosque - Uberlândia	22.054	22.054
Refeitório/Almoxarifado - Uberlândia	29.500	29.500
Para Raio - SPDA - Barbacena	3.687	3.687
Reestruturação MLP - de Juiz de Fora - 3720	6.750	6.750
Recuperação da Plataforma Frontal do GPI - Juiz de Fora	93.200	-
Retirada do Quadro de Energia Elétrica do corredor - GPI - Juiz de Fora		-
Construção Rampa Externa do GPI - Juiz de Fora	10.000	-
Barracão do Produtor : BRUMADINHO - Obra e Projeto	265.000	-
Barracão do Produtor: SENADOR AMARAL		-
Barracão do Produtor: ESTIVA - Sul de Minas		-
Quiosque 01 - Uberlândia		4.901
Banco de Caixa(pav.Higienização de Caixa) GEGV		109.320
Banco de Caixa(pav.Higienização de Caixa) GERCA		109.320

Fonte: Depla

Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031)

MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE ATIVOS DE INFORMÁTICA, INFORMAÇÃO E TELEPROCESSAMENTO 20.605.0807.4103.0031	911.303	416.664
AQUISIÇÃO DE SOFTWARE (Equipamentos de Informática) -300	28.142	28.711
Informática - Depla - TS	1.498	1.498
Leitores óticos (1980,00) e Roteador (399,00)	2.380	2.380
AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - TOTVS	200.000	199.999
AQUISIÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE - INDRA	600.000	-
Licença de software	27.540	27.540
Aparelhos de Telecomunicação	3.250	3.250
Webcam - Detin-nf.019-Videologik	590	590
Software - nf:63099-Estado da Arte	906	906
Informática do Estado - Impressora	2.122	3.112
Impressoras - 5 (Gerub, Gerj, Gergv, Gerba, Gerca)	3.745	3.745
Impressoras - 2 (Secad e Selog) - Central de Segurança	1.498	1.498
Barracão de Produtor: Jaboticatubas e Varginha - Equip.Informática	29.632	-
Barracão do Produtor : BRUMADINHO - Informática	10.000	-
Barracão do Produtor: SENADOR AMARAL- informática		-
Barracão do Produtor: ESTIVA - Sul de Mina - informática		-
Impressora Laser HPI M1132 - DEREH		759
Impressora Laser HPI M1132 - SEPAG		759
I Leitor de código de barra - metr.solares=MK.782-Estadl		745
Impressora Multifuncional HP LaserM1132-COGET		762
Impressora Multifuncional HP LaserM1132-SELOG		762
No-Breaks =2 Engetron 5KVA - 1 Engetron 3 KVA- DETIN		13.468
Licença e Software - DETIN		80.946
Licença e Software - Programa Computador Caixa MLP-CO		31.204
Armário de Telecomunicação SWITCHS- SEMAN (?)		8.350
Leitores Óticos- 8 unidades - MLP-CO		5.680

Fonte: Depla

MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS ,VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 20.605.0807.4102.0031	627.173	366.616
VEÍCULOS	265.000	265.000
VEÍCULO- (UM) - CI- 118/10- CPL - 24/06/2010		-
Máquinas e Equipamentos	41.558	42.618
Máquinas e Equipamentos (Equi.Som (1.800) e Rel.Ponto(I5240)	17.040	17.040
Máquinas e Equipamentos de Escritório (calculadora)	624	624
Máq. e Equip. Aparelho de TV-55' - Restaurante - Depad - nf:7797-Ricardo Eletro	4.499	4.499
Máquinas e Equipamentos -Split de Parede - Dirfin- nf.2768 - FRC-Brasil	3.008	3.008
Máquinas e Equipamentos- Split de Parede - DEPLA- nf.2767 - FRC-Brasil	3.290	3.290
Máquinas e Equipamentos (MLP)	9.310	9.310
Máquina e Equipamento - Maq.fotográfica - MLP	530	530
Máquinas e Equipamentos- Central de Vídeo Monitoramento- DEPAD	9.750	9.750
Máquina Roçadeira - ci 047/10 - Seuni - Juiz de Fora	1.896	-
Máquinas e Equipamentos - Escada (2) - TS	1.695	1.695
Máquinas e Equipamentos -Refrigerador Duplex - DEPAD	1.540	1.540
Máquina e Equipamentos (Condicionador de Ar - DETEC)	1.100	-
Maq.Equip.Barracão de Produtor: Jaboticatubas e Varginha - Equip.Informática	34.342	-
Câmara Frigorífica - Jaboticatubas - Baldin -S.J.Almeida - MLP	105.119	-
Maq.Equip.Barracão do Produtor : BRUMADINHO -	75.000	-
Maq.Equip.Barracão do Produtor: SENADOR AMARAL-		-
Maq.Equip.Barracão do Produtor: ESTIVA - Sul de Mina -		-
Maq.Equip.Climatizador Evaporativo Roto-70 vazão -Restauramte	9.200	6.080
Máq.Equip.Impressora (Seção Expediente e Documentação)		535
Máquinas e Equipamentos(a apropriar)=gps-presi(299);carrinho(sellog-rdc)		1.097
SUBTOTAL	319.501	100.898

Fonte: Depla

Manutenção Adequação e Aquisição dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (20.605.0807.410200031)

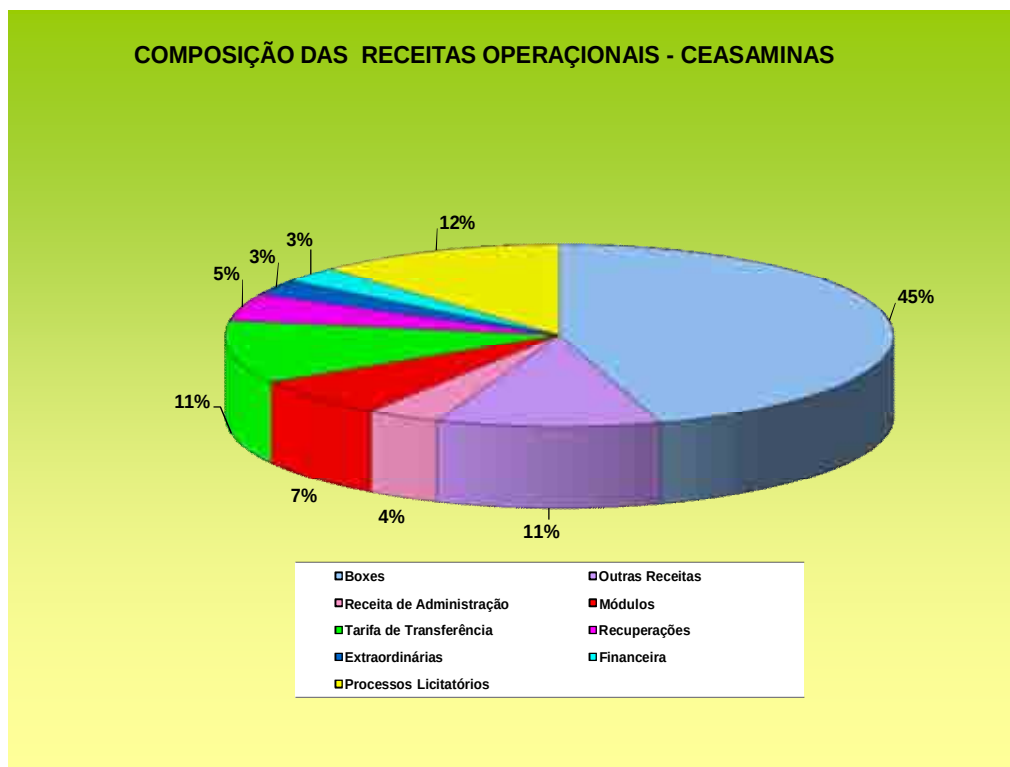
MANUTENÇÃO, ADEQUAÇÃO E AQUISIÇÃO DE BENS MÓVEIS ,VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS 20.605.0807.4102.0031	42.672	66.041
Móveis e Utensílios	26.488	26.882
Móveis e Utensílios - Estado		1.345
Móv. e Utens. - (fogão,forno,frigobar,refrigerador) -C. Segurança-NF54-VPL-Comércio	5.269	5.269
Móv. e Utens.- Mesa para TV- Restaur.-Depad- NF.19148-Via Expressa	698	698
Móveis e Utensílios (Bebedouro)	505	505
2 beliches de sucupira -Depla-Asset		598
1 mesa com teclado-depad		227
1 mesa med.1.20 x 0.7 tampo 25 mm -= depad		430
Barracão de Produtor: Jaboticatubas e Varginha -Móveis e Utensílios	4.710	-
4 Cadeiras tipo caixa base fixa - selog	2.200	1.076
4 cadeiras tipo caixa base fixa - Sempt		1.076
1 contador de cédulas - DP 6100 - Setes		1.170
Refrigerador(presi-749);2 guarda-roupas(selog-1688-rdc)		2.437
2 Roçadeiras DM 300-363176415/3019		4.190
Moto Bomba 3cv Tllf 220/380/volts MLP-UBERLÂNDIA		968
Maq,Equip,Forno Micro Ondas Eletr. Depad		379
Maq.Equip.Climatizado Evaporativo Roto 70-Depad		9.200
Maq.Equip.Condicionador Split 360000 Btu		4.980
Conjunto de Motobomba submerso - GERGV		1.550
Poltrona Espadar Alto - DEPOP		259
SUBTOTAL	39.870	63.239
Obra de Arte	2.802	2.802
INVESTIMENTOS / PROJETOS/APROVADOS DECRETO:6.997 DE 04/11/09	5.321.166	3.025.650

Fonte: Depla

4 Desempenho Operacional

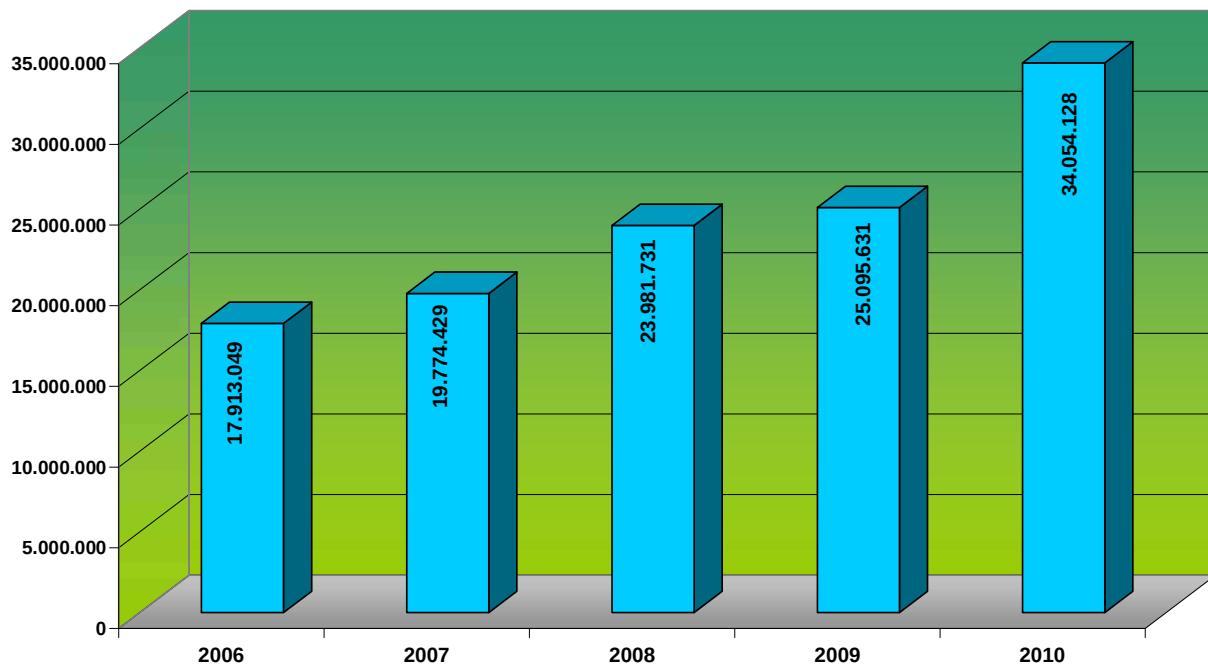
4.1 Desempenho Econômico - Financeiro

4.1.1 Composição das Receitas



As principais fontes de receitas da CEASAMINAS continuam sendo as permissões, concessões de uso dos espaços destinados a comercialização dos produtos alimentícios e não alimentícios e das áreas destinadas à prestação de serviços complementares e de apoio ao complexo operacional de seus entrepostos. A receita operacional bruta para o ano de 2010 foi de R\$ 30.665.812 (trinta milhões seiscentos e sessenta e cinco mil oitocentos e doze reais). O crescimento da receita se deveu ao reajuste das tarifas de uso pelo IPCA-E no mês de maio e contratos de concessão de uso (CCU) efetivados no período.

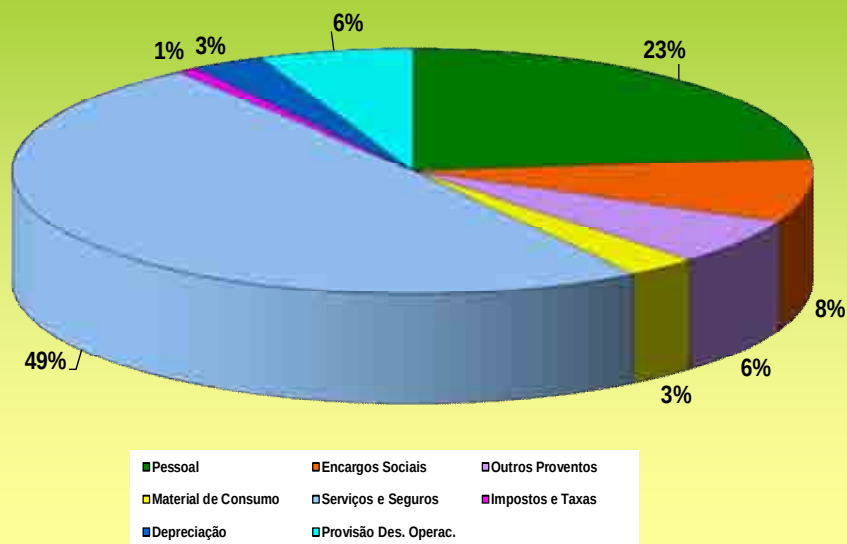
EVOLUÇÃO DA RECEITA OPERACIONAL BRUTA - 2006 - 2010 EM R\$ 1,000



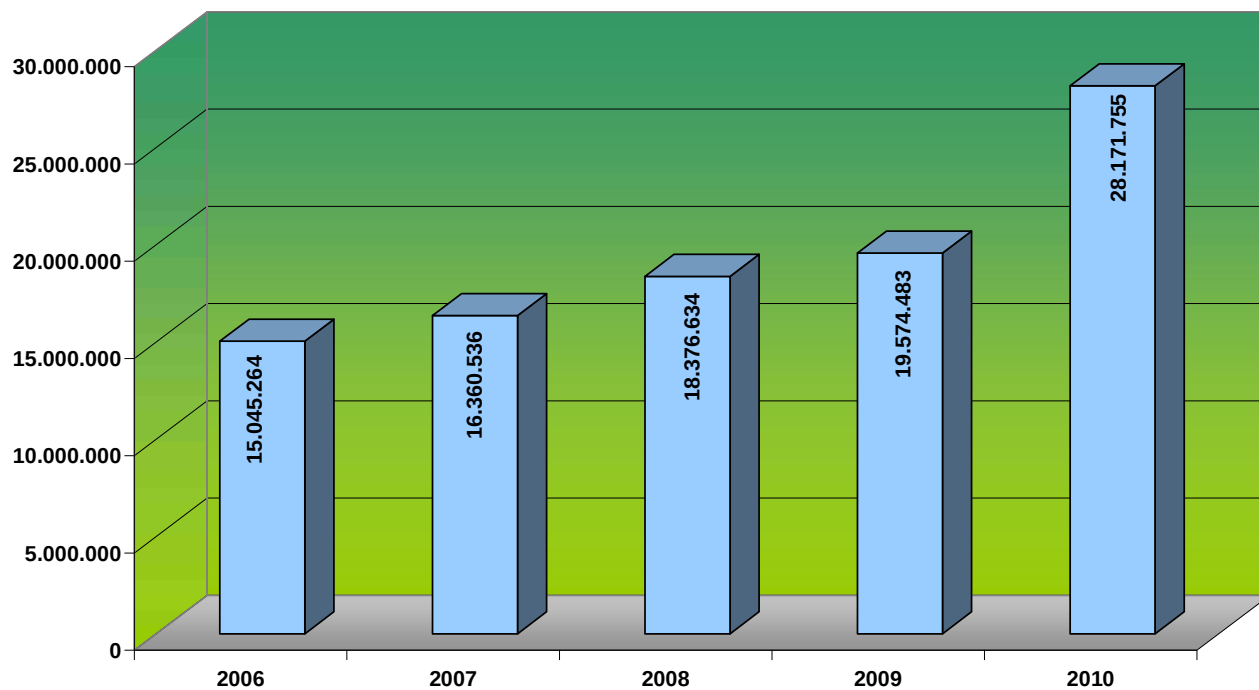
4.1.2 Composição das Despesas

No sentido de melhorar o seu desempenho no ano 2010 a empresa continuou no seu processo de melhoria de seus custos operacionais. Visando esse empreendimento a empresa deu continuidade à implantação de seu sistema de planejamento gerencial o que possibilitará um melhor gerenciamento de todos seus setores no futuro próximo.

COMPOSIÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS - CEASAMINAS



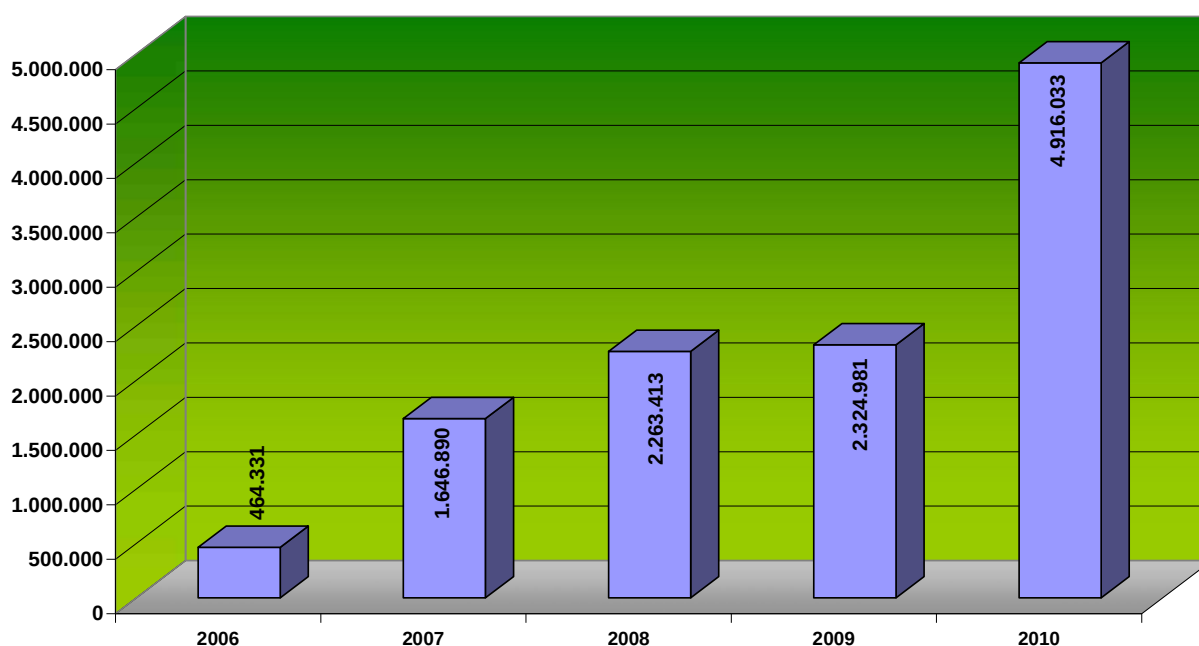
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OPERACIONAIS DE 2006 - 2010 - EM R\$1,00



Fonte: Secon

A CEASAMINAS no exercício de 2010 apurou lucro após impostos de R\$ 4.916.034 (quatro milhões, novecentos e dezesseis mil, trinta e quatro reais) 145,3% em relação ao exercício anterior, possibilitando pagamento da PLR (Participação nos Lucros e Resultados) a seus empregados de 280.214(duzentos e oitenta mil duzentos e quatorze reais). A empresa pagará a seus acionistas o valor de R\$ 1.390.347 (um milhão, trezentos e noventa mil, trezentos e quarenta e sete reais) como juros sobre o capital próprio. Após dedução da reserva legal o Lucro destinado a investimentos em expansão da empresa é de R\$ 3.013.682 (três milhões treze mil seiscentos e oitenta e dois reais).

EVOLUÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO - 2006- 2010 EM R\$ 1,00



5 ANÁLISE DOS QUOCIENTES

5.1 ÍNDICES DE LIQUIDEZ

5.1.1 Liquidez Corrente

Houve um aumento deste índice em relação ao exercício anterior na margem de 0,23, comprovada pelo aumento das receitas. Este quociente indica que a empresa tem no Ativo Circulante R\$ 1,83 para cada R\$ 1,00 de dívidas em curto prazo, apresentando situação favorável, independente de análise detalhada em relação aos prazos de vencimento das obrigações. Esta diferença indica à existência do Capital Circulante Líquido que é uma folga financeira a disposição da empresa para gerenciar a fim de gerar novos recursos.

5.1.2 Liquidez Geral

O aumento deste índice em relação ao exercício anterior foi de 0,09 passando a ser de R\$ 1,75, significando um aumento na disposição de recursos suficientes, no seu Ativo Circulante mais o Realizável a Longo Prazo, para garantir o pagamento das suas obrigações de curto e longo prazo. Este quociente evidencia que a empresa conseguiu gerir seus negócios com recursos próprios, evitando assim dependência de Capitais de Terceiros.

5.1.3 Liquidez Seca

Houve um aumento deste índice em relação ao exercício anterior na margem de 0,24. Este quociente indica que a empresa possui disponibilidades mais direitos de conversibilidade garantida de R\$ 1,79 para cada R\$ 1,00 de dívidas em curto prazo. Conjugando os resultados dos quocientes de Liquidez Corrente com os de Liquidez Seca observa-se a situação favorável de solvência da empresa e que a mesma não depende do giro do seu estoque para honrar seus compromissos em curto prazo.

5.2 ÍNDICES DE ENDIVIDAMENTO

5.2.1 Grau de Endividamento

Este índice apresenta-se estável em relação ao Exercício anterior, ou seja, apresentou 0,26 em 2009 e 0,26 em 2010, este quociente revela uma dependência de Capital de Terceiro satisfatório, uma vez que o endividamento representa obrigações imediatas e a empresa possui uma folga financeira. Como este quociente é do tipo quanto menor, melhor, podemos concluir que a empresa adota uma política saudável em relação à administração de suas dívidas a curto e longo prazo.

5.2.2 Garantia de Capital de Terceiros

Este índice apresentou uma aumento na margem de 0,10 em relação ao Exercício, a empresa possui para cada R\$ 1,00 de Capital de outrem R\$ 2,89 de recursos próprios, evidenciando que a empresa trabalha com Capitais Próprios em proporção maior do que com Capitais de Terceiros.

5.3 ÍNDICES DE RENTABILIDADE

5.3.1 Margem Bruta

Este índice apresentou o mesmo índice desde 2008 a 2010, pelo fato da Receita Líquida ser igual ao Lucro Bruto.

5.3.2 Margem Operacional

Este índice apresentou um aumento na ordem de 0,08 em relação ao Exercício de 2009. No Exercício vigente indica que a empresa conseguiu obter Lucro Operacional correspondente a 23% do valor da Receita Operacional Líquida.

5.3.3 Margem Líquida

Este índice apresentou um aumento na ordem de 0,06 em relação ao Exercício de 2009. No Exercício vigente indica que a empresa conseguiu obter Lucro Líquido correspondente a 16% do valor da Receita Operacional Líquida.

5.3.4 Rentabilidade dos Capitais Próprios

No Exercício de 2010 a empresa auferiu R\$ 0,18 de lucro para cada R\$ 1,00 de Patrimônio Líquido, pois para cada R\$ 1,00 investido no Patrimônio Líquido a empresa auferiu R\$ 0,18 de lucro líquido. Podemos observar que a empresa apresentou manteve o desempenho, declarando assim a sua continua busca por melhores resultados.

5.3.5 Imobilização do Patrimônio Líquido

Este quociente apresentou uma redução de 0,05 em relação ao exercício anterior, e o quociente de 0,70 revela que para cada R\$ 1,00 do Patrimônio Líquido a empresa imobilizou R\$ 0,70. Este quociente sendo inferior a um, indica a existência do Capital Circulante Próprio que se dá pelo excesso do Patrimônio Líquido sobre o Ativo Permanente, utilizado para financiar parte do capital de giro, constituindo ponto positivo para a situação financeira da empresa. Verifica-se então que este índice também apresentou uma melhora.

Conclusão

Após a análise e interpretação dos quocientes econômicos e financeiros calculados com base no Balanço Patrimonial e na Demonstração do Resultado do Exercício da CEAMINAS-MG, levantados em 31 de dezembro de 2009, apresentamos as seguintes informações:

5.4 ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA

5.4.1 Endividamento

A Sociedade sustenta o grau de endividamento satisfatório, podendo ser comprovado pela preponderância dos Capitais Próprios sobre os Capitais de Terceiros, pela margem existente entre as obrigações de longo prazo e curto prazo e pela não imobilização total dos Capitais Próprios, revelando a existência de liberdade financeira para tomada de decisões sem a necessidade de sujeitar-se a regras impostas por credores.

5.4.2 Liquidez

Considerando à solvência, a empresa evidencia números que tende ao favorecimento da governabilidade, apresentando situação financeira sólida que garante o cumprimento de seus compromissos de curto e de longo prazo, o que possibilita em uma situação de insolvência momentânea apresentar garantia a terceiros.

5.4.3 Econômica

Em conformidade com as informações apresentadas, e o prosseguimento da dissolução das questões com os permissionários desenvolvendo-se com as assinaturas do Termo de Ajuste de Conduta, entre permissionários, Ceasaminas e o Tribunal de Contas da União, pela continuidade dos investimentos realizados em expansão, percebe-se claramente que esta sociedade encontra-se no caminho do progresso com uma aguda tendência de crescimento a um panorama favorável atendendo ao princípio da continuidade.

ANÁLISE FINANCEIRA

EMPRESA: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - Ceasaminas				
RESPONSÁVEL PELA ANÁLISE: Názio Veloso da Silva – CRC/AM 006457/O-0 T-MG				
ÁREA ANALISADA: Contábil Financeira				
INDICADORES ECONÔMICOS – PERÍODO DE APURAÇÃO: 31/12/2010				
ITEM	QUESITOS	PARÂMETRO (A) 2008	PARÂMETRO (B) 2009	PARÂMETRO (C) 2010
1	LIQUIDEZ CORRENTE AC / PC (maior melhor)	2,30	1,60	1,83
2	LIQUIDEZ GERAL AC + ARLP / PC + PNC (maior melhor)	2,28	1,66	1,75
3	LIQUIDEZ SECA AC – Estoque / PC (maior melhor)	2,24	1,55	1,79
4	GRAU DE ENDIVIDAMENTO Passivo Exigível / Ativo Total (menor melhor)	0,25	0,26	0,26
5	GARANTIA DE CAPITAL DE TERCEIROS PL / PC + PNC	3,08	2,79	2,89
6	MARGEM BRUTA Lucro Bruto / Vendas Líquidas (maior melhor)	1,00	1,00	1,00
7	MARGEM OPERACIONAL Lucro Operacional / Vendas Líquidas (maior melhor)	0,20	0,15	0,23
8	MARGEM LÍQUIDA Lucro Líquido / Vendas Líquidas (maior melhor)	0,10	0,10	0,16
9	RENTABILIDADE DOS CAPITAIS PRÓPRIOS Lucro Líquido do Exercício / PLM (maior melhor)	0,04	0,10	0,18
10	IMOBILIZAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO AP / PL (menor melhor)	0,59	0,75	0,70

Fonte Depla

LEGENDA

AC – Ativo Circulante
 ARLP – Ativo Realizável a Longo Prazo
 AP – Ativo Permanente
 PC – Passivo Circulante
 PL- Patrimônio Líquido
 PLM- Patrimônio Líquido Médio
 Obs: As análises foram realizadas comparando o exercício de 2009 com 2010

5.5 DESEMPENHO ORÇAMENTÁRIO

Política de investimentos: Fechamos mais um período de resultados expressivos. A CEASAMINAS deu continuidade ao plano de investimentos exclusivamente com recursos próprios. Atingimos somente o percentual de 57% de nossa reprogramação aprovada pelo Decreto 7.417 de 30/12/2010, O baixo desempenho deveu-se também o atraso da aprovação da reprogramação.

COMPOSIÇÃO ORÇAMENTÁRIA

QUADRO DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

INVESTIMENTOS NO ATIVO IMOBILIZADO – ANO 2010 - Valores em Reais

PROGRAMA 0807 – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRAESTRUTURA DE APOIO				
EM REAIS				
AÇÕES	A	B	C	C/B(%)
AÇÕES ORÇAMENTÁRIAS	ORÇAMENTO INICIAL APROVADO CONF. DEC. 6.997 de 04/11/2009	REPROGRAMAÇÃO CONF. DEC. 7.417 DE 30/12/2010	REALIZADOS	ÍNDICE (%)
Manutenção, Adequação e Expansão da Infraestrutura Operacional – 20.605.0807.4105.0031	2.350.500	3.782.690	2.176.329	58%
* Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento – 20.605.0807.4103.0031	100.000	911.303.	416.664	46%
*Manutenção, Adequação e Aquisição dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos – 20.605.0807.4102.0031	199.500	627.173	432.657	69%
TOTAL	2.650.000	5.321.166	3.025.650	57%

Fonte: DEPLA - Departamento de Planejamento – Ceasaminas

- 4105 – Manutenção, Adequação e Expansão da Infraestrutura Operacional: Os investimentos nesta rubrica atingiram 58% do valor programado. Das realizações efetivadas cabe destaque: Re-estruturação do MLP- Mercado Livre Produtor de Contagem, Conclusão da Central de Segurança (Contagem), conclusão do Pavilhão GP1 (Caratinga-MG) e Barracões do Produtor (São José da Varginha e Jaboticatubas, ambos em Minas Gerais).

Devido o atraso na aprovação da reprogramação do orçamento de investimentos para o exercício de 2010 com a conseqüente escassez de prazo para efetivar as respectivas licitações, falta de conclusão em alguns projetos e obras: Pavilhão X e Projeto de Trânsito, ambos no entreposto de Contagem: reforma da estrutura metálica do MLP em Juiz de Fora, e Barracão do Produtor em Brumadinho.

Perspectivas de Investimentos para 2011: Construção do Pavilhão V e Pavilhão X, ambos com 2.658 m² no entreposto de Contagem: Pavilhão GP3 com 1708 m², no entreposto de Uberlândia – MG, entre outros.

- 4103 – Manutenção, Adequação e aquisição de ativos de Informática, Informação e Tele-processamento. Por decisão Administrativa transferimos a aquisição de determinados SOFTWARE para 2011, o que ocasionou a realização de somente 46% do valor reprogramado para o período.
- 4102 - Manutenção, Adequação e Aquisição de Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos: Atingimos somente 69% da reprogramação em decorrência da não aquisição dos equipamentos dos Barracões do Produtor não concluídos no período (Jaboticatubas, Varginha e Brumadinho).

EVOLUÇÃO DA APLICAÇÃO DE RECURSOS EM INVESTIMENTOS CEASAMINAS

	A	B	C	D
EXERCÍCIOS	ORÇAMENTO INICIAL (R\$)	REPROGRAMADOS (R\$)	REALIZADO JAN/DEZ (R\$)	ÍNDICE C/B (%)
2006	4.120.400	4.127.783	4.127.783	72
2007	2.850.000	2.348.000	2.348.000	77
2008	6.600.000	6.789.000	6.789.000	12
2009	2.500.000	6.382.000	6.382.000	99
2010	2.650.000	5.321.166	5.321.166	57

Fonte: DEPLA- Departamento de Planejamento – Ceasaminas

Indicadores ou parâmetros utilizados na análise: Para análise sobre os programas acima identificados, foram utilizados os respectivos índices de realização percentual, calculados conforme fórmula expressa na tabela acima. Os programas da CEASAMINAS estão sujeitos aos controles da realização financeira somente.

5.5.1 Indicadores Orçamentários

Nome do indicador: Percentual de Realização (%)

Descrição: Índice percentual do valor monetário efetivamente aplicado em relação ao montante global aprovado no orçamento inicial ou na reprogramação orçamentária, o qual evidencia, em termos relativos, a eficiência da empresa na realização de cada programa.

Fórmula de cálculo: O referido índice percentual é obtido mediante a divisão do valor monetário efetivamente aplicado pelo valor monetário aprovado para os respectivos programas, de acordo com o orçamento aprovado.

Responsável pelo cálculo/medição: Todo o acompanhamento orçamentário da Ceasaminas, incluindo o cálculo do índice acima indicado é de responsabilidade do Departamento de Planejamento – Depla.

Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas das ações

Identificação: Ação:

4105.0031 - Manutenção, adequação e Expansão da infra-estrutura Operacional. – No Estado de Minas Gerais. Valor Reprogramado de acordo com o Dec. 7.417, de 30/12/2010		
Orçado	Realizado	% Realização
3.782.690	2.176.329	58%

Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:

A Ceasaminas cumpriu parcialmente seus objetivos nesta rubrica atingindo 58% de realização do valor reprogramado para o exercício. Dentre os Investimentos realizados nesta rubrica destacamos:

Unidade de Contagem

- Reestruturação do MLP (Mercado Livre do Produtor),
- Instalações - infra-estrutura elétrica da MPL Contagem
- Pavilhão V - Projeto
- Pavilhão X – Projeto
- Prédio Central de Segurança
- Minas bolsa (Banheiro)
- Edificações - Sengel Construções Ltda. Pav. 6
- Instalações diversas - 288
- Cerca para fechamento terreno do Jardim Laguna

Unidades do Interior

- Elaboração do Projeto de Prevenção e Combate Incêndio – Barbacena
- Pavilhão GP2 – Governador Valadares
- Pavilhão GP1 – Caratinga
- Barracão do Produtor São José da Varginha
- Barracão do Produtor Jaboticatubas
- Reestruturação MLP Caratinga
- Quiosque - Uberlândia
- Refeitório / Almoxarifado de Uberlândia
- Para Raio – SPDA – Barbacena
- Reestruturação MLP de Juiz de Fora
- Quiosque 01 - Uberlândia
- Banco de Caixa (pav. Higienização de caixa) Governador Valadares
- Banco de Caixa (pav. Higienização de caixa) Caratinga
 - Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:
Não se Aplica
 - Responsáveis pela implementação das medidas: Não se Aplica
 - Identificação: Ação

4103.0031 - Manutenção, adequação e aquisição de ativos de Informática, Informação e tele processamento. No Estado de Minas Gerais – Valor. Reprogramado aprovado pelo Dec.7.417 de 30/12/2010		
911.303	416.664	46%

- **Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:**

A Empresa mudou a política de aquisição de máquinas “computadores” passando a alugar, motivo pelo qual realizamos apenas 46% do valor reprogramado nesta rubrica.

Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:

- Não se Aplica
- Responsáveis pela implementação das medidas: Não se Aplica
- Identificação: Ação

4102.0031 - Manutenção, adequação e aquisição dos bens móveis, veículos, máquinas e equipamentos – no estado de Minas Gerais. Valor. Reprogramado pelo Dec.7.417, de 30/12/2010		
627.173	432.657	69%

- **Disfunção estrutural ou situacional que prejudicou ou inviabilizou o alcance dos objetivos e metas colimados:**
- **Medidas implementadas e/ou a implementar para tratar as causas de insucesso:** Aquisição do mobiliário passará fazer parte do orçamento de investimento do exercício de 2010.
- **Responsáveis pela implementação das medidas:** Departamento de Planejamento – Depla.

6 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 2010 – CEASAMINAS

ITENS	A	B	B/A%
	REPROGRAMAÇÃO CONF. DEC. 7.417 DE 30/12/2010	REALIZADO JAN/DEZ/10 (R\$)	ÍNDICE: D/C %
Venda de Bens e Serviços	28.402.391	30.517.339	107,45
Juros de Aplicação Financeira	682.177	934.844	137,04
Dividendos Recebidos	4.091	4.729	115,60
Demais Receitas Não Operacionais	3.194.292	2.597.216	81,31
Total das Fontes	32.282.951	34.054.128	105,49

Fonte: Depla

ITENS	A	B	C
	REPROGRAMAÇÃO CONF. DEC. 7.417 DE 30/12/2010	REALIZADO JAN/DEZ/10 (R\$)	ÍNDICE: C/B%
Dispêndios de Capital	5.853.113	3.600.679	61,52
Investimento	5.321.166	3.025.650	56,86
Dividendos	531.947	575.029	108,10
Dispêndios Correntes	26.498.884	28.309.788	106,83
Despesas Com Pessoal	11.231.524	10.885.360	96,92
Materiais e Produtos	882.762	867.690	98,29
Serviços de Terceiros	8.019.402	8.180.835	102,01
Utilidades e Serviços	704.508	611.746	86,83
Tributos e Encargos Parafiscais	3.645.250	34.653.262	127,65
Outros Serviços	2.015.438	3.110.895	154,35
Total de Usos	32.351.997	31.910.467	98,64

Fonte: Depla

Indicadores ou parâmetros utilizados na análise: Para análise sobre os programas acima identificados, foram utilizados os respectivos índices de realização percentual,

calculados conforme fórmula expressa na tabela acima. Os programas da Ceasaminas estão sujeitos ao controle da realização financeira somente.

Nome do indicador: Percentual de Realização (%)

Descrição: Índice percentual do valor monetário efetivamente aplicado em relação ao montante global aprovado no orçamento inicial ou na reprogramação orçamentária, o qual evidencia, em termos relativos, a eficiência da empresa na realização de cada programa.

Fórmula de cálculo: O referido índice percentual é obtido mediante a divisão do valor monetário efetivamente aplicado pelo valor monetário aprovado para os respectivos programas, de acordo com o orçamento aprovado.

Responsável pelo cálculo/medição: Todo o acompanhamento orçamentário da Ceasaminas, incluindo o cálculo do índice acima indicado é de responsabilidade do Departamento de Planejamento – Depla.

Medidas adotadas para sanear disfunções detectadas das ações: As contas orçamentárias apresentam comportamento dentro dos limites esperados. O crescimento da receita se deveu ao reajuste das tarifas de uso no mês de maio e contratos de concessão de uso efetivados no período.

6.1 Programação Orçamentária

- Identificação da Unidade Orçamentária (UO) responsável pela programação das UJ. Não se aplica

I - Programação das Despesas Correntes

Origem dos Créditos Orçamentários	1-Pessoal e Encargos		2- Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
Exercícios	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Dotação Proposta pela UJ	10.742.536	11.809.060	N.A	N.A	13.393.619	11.262.635
Orçamento Aprovado	10.742.536	11.809.060			13.393.619	11.262.635
Orçamento Reformulado	10.717.271	11.231.524	N.A	N.A	10.558.333	15.134.373
Orçamento Reformulado Aprovado	10.717.271	11.231.524			10.558.333	15.134.373
Orçamento Revisado	10.848.679	11.231.524	N.A	N.A	12.179.961	15.134.373
Orçamento Revisado Aprovado	10.848.679	11.231.524			12.179.961	15.134.393

II - Programação das Despesas de Capital

Origem dos Créditos Orçamentários	4- Investimentos		5 – Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
Exercícios	2009	2010	2008	2009	2009	2010
Dotação Proposta pela UJ	2.500.000	2.650.000	N.A	N.A	546.125	274.635
Orçamento Aprovado	2.500.000	2.650.000			546.125	274.365
Orçamento Reformulado	4.535.000	5.321.116	N.A	N.A	600.000	531.947
Orçamento Reformulado Aprovado	4.535.000	5.321.116			600.000	531.947
Orçamento Revisado	6.382.000	5.321.116	N.A	N.A	258.000	531.947
Orçamento Revisado Aprovado	6.382.000	5.321.116			258.000	531.947

III - Resumo da Programação das Despesas e Reserva de Contingência

Origem dos Créditos Orçamentários		Despesas Correntes "Custeio Geral"		Despesas de Capital "Investimento e Dividendo"	
Exercícios		2009	2010	2009	2010
Dotação Proposta pela UJ		24.136.155	23.071.695	3.046.125	2.924.635
Orçamento Aprovado		24.136.155	23.071.695	3.046.125	2.924.635
Orçamento Reformulado		21.275.604	26.365.897	5.135.000	5.823.063
Orçamento Reformulado Aprovado		21.275.604	26.365.897	5.135.000	5.823.063
Orçamento Revisado		23.028.640	26.365.897	6.640.000	5.823.063
Orçamento Revisado Aprovado		23.028.640	26.365.897	6.640.000	5.823.063

IV - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas Correntes		
				1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Movimentação	Concedidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Externa	Recebidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Movimentação	Concedidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Interna	Recebidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A

Natureza da Movimentação de Crédito		UG Concedente ou Receptora	Classificação da Ação	Despesas de Capital		
				4 – Investimento	5 – Inversões Financeiras	6 – Outras Despesas de Capital
Movimentação	Concedidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Externa	Recebidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Movimentação Interna	Concedidos	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
	PROGRAMA 0807 – INVESTIMENTO DAS EMPRESAS ESTATAIS EM INFRA-ESTRUTURA DE APOIO					
	Recebidos	N.A	Ações do Programa: Manutenção, Adequação e Expansão da infra-estrutura operacional (20.605.0807-4105.0031)	3.782.690	N.A	N.A
	Recebidos	N.A	Manutenção, Adequação e Aquisição de Ativos de Informática, Informação e Teleprocessamento (20.605.0807.4103.0031)	911.303	N.A	N.A
	Recebidos	N.A	Manutenção adequação e aquisição dos Bens Móveis, Veículos, Máquinas e Equipamentos (20.605.0807.41020031)	627.173	N.A	N.A

ORGÃO SUPERVISOR.....:MAPA GRUPO.....: 09997
 CÓDIGO SIEST.....: 02651 ORGÃO/UNIDADE.....: 22208
 NOME.....: Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A
 CÓDIGO UASG.....: 131000

6.2 Execução Orçamentária

I “Despesas por Modalidade de Contratação” – Créditos Originários da UJ –

Modalidade de Contratação	Despesa Comprometida		Despesa Paga	
	2009 (R\$)	2010 (R\$)	2009 (R\$)	2010 (R\$) Ref. Dep. Cont. 08/10
Licitação				
Contratações indiretas	1.744.201,57	27.731.562,55	11.267.821,43	27.731.562,55
Convite	81.270,00	-	103.220,00	-
Concorrência	-	22.330.513,86	3.428.115,79	22.330.513,86
Pregão	1.662.931,57	5.255.095,86	7.736.485,64	5.255.095,86
Tomada de Preço	-	116.632,83	-	116.632,83
Leilão	-	29.320,00	-	29.320,00
Contratações Diretas	1.230.173,41	2.570.572,78	867.12 4,39	2.570.572,78
Dispensa	1.230.173,41	1.453.055,08	515.601,96	1.453.055,08
Inexigibilidade	-	1.117.517,70	351.522,43	1.117.517,70
Regime de Execução Especial				
Suprimento de Fundos	-	-	-	-
Pagamento de Pessoal	10.378.936	11.023.345,00	10.378.936	11.023.345,00
* Pagamento em Folha	10.848.679	10.885.360	10.354.098	10.885.360
* Diárias	24.838	137.985	24.838	137.985
Outros	-	-	-	-

II. Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários da UJ

Grupo de Despesa	Valores Pagos	
	2009	2010
1.Despesa Pessoal+Enc+Bem. de		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa		
Demais elementos do grupo	10.354.098	10.885.360
2 . Juros e Encargos da Dívida		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa		
Demais elementos do grupo		
3. Outras Despesas Correntes		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa		
Demais elementos do grupo	13.547.059	15.480.537

III- “Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa” – Créditos Originários da UJ – Não se Aplicam

Grupo de Despesa	Valores Pagos	
	2009	2010
4. Investimento		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa	6.297.612	5.321.166
Demais elementos do grupo		
5 . Inversões Financeiras		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa		
Demais elementos do grupo		
6. Outras Despesas de Capital		
1º elemento de despesa		
2º elemento de despesa		
3º elemento de despesa		
Demais elementos do grupo (dividendo)	552.193	575.029

6.3 Evolução de Gastos Gerais

	Ano	Ano	Ano
	2008	2009	2010
1. Passagens	54.788	184.844	239.056
2. Diárias e Ressarcimento de Despesa em Viagens	-	87.609	137.985
3. Serviços Terceirizados			
3.1 Publicidade	411.874	476.485	525.296
3.2 Vigilância, Limpeza e Conservação	3.217.073	6.188.210	1.751.400
3.3 Tecnologia da Informação	86.167	98.516	114.559
3.4 Serviços Técnicos Profissionais	3.283.019	2.310.238	2.926.932
3.5 Outras Terceirizações (*)	204.775	-	-
4. Cartão de Pagamento do Governo Federal	-	-	-
5. Suprimentos de Fundos	-	-	-
TOTAIS	7.257.696	5.353.125	5.695.231

Fonte: Depla

Execução Física e Financeira das Ações Realizadas pela UJ

Função	Subfunção	Programa	Ação	Tipo de Ação	Prioridade	Unid. Medida	Execução Física			Execução Financeira		
							Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta a ser Realizada em 2011
N.A	N.A	0807 – Investimento das Empresas Estatais em Infra-Estrutura de Apoio	20.605.0807.4105.0031	PROJETO	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	3.782.690	2.176.329	1.606.361
N.A	N.A		20.605.0807.4103.0031	PROJETO	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	911.303	416.664	494.639
N.A	N.A		20.605.0807.4102.0031	PROJETO	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	627.173	432.657	194.516

7- Indicadores de Desempenho ou Institucionais

7.1 Desempenho operacional

7.1.1 Indicador de ocupação da CeasaMinas – Unidade Grande BH

A base de constituição das receitas da CeasaMinas provém da locação dos pavilhões por ela administrados. Sendo assim, quanto mais atrativas forem as condições oferecidas para o comércio atacadista nestes entrepostos maiores são as chances de se ter nível adequado de ocupação. Assim, efetuamos cálculos para o indicador de eficácia, que visa a avaliar se a instituição está atingindo seus objetivos ou metas, a partir da comparação entre o valor estimado e o realizado. Desta forma podemos descrever:

1 – Meta: *ocupar toda a área disponível para o comércio atacadista.* Esta meta é coerente com a atividade da CeasaMinas, uma vez que sua receita guarda relação direta com o nível de ocupação dos pavilhões.

2 – Fórmula de cálculo: o mecanismo de cálculo adotado para mensurar o nível de ocupação da CeasaMinas é dado pela expressão:

$$I_o = \frac{\text{Área ocupada}}{\text{Área disponível}}$$

A expressão anterior pode assumir valores que vão de zero a um. Zero indica ausência de ocupação e um ocupação total.

3 – Método de aferição: expresso pelo indicador de ocupação, o qual deriva da relação entre área disponível e área efetivamente ocupada.

4 – Resultado do indicador no exercício

A tabela 7 descreve, para cada pavilhão, seu índice de ocupação:

Tabela 03: Índice do nível de ocupação da CeasaMinas

Pavilhão	Área disponível (m²)	Área ocupada (m²)	Índice de ocupação
A	3.592,80	3.592,80	1
B	3.571,00	3.571,00	1
C	3.600,00	3.600,00	1
D	1.771,00	1.771,00	1
D-1	2.413,40	2.413,40	1
E	1.800,00	1.800,00	1
E-1	2.413,40	2.413,40	1
F	1.771,00	1.771,00	1
F-1	2.413,40	2.413,40	1
G	1.790,00	1.790,00	1
G-1	2.508,00	2.508,00	1
H	1.800,00	1.800,00	1
I	1.771,00	1.771,00	1
J	1.800,00	1.800,00	1
L	1.742,00	1.742,00	1
M	1.800,00	1.800,00	1
N	1.951,00	1.951,00	1
O	1.800,00	1.800,00	1
P	1.800,00	1.800,00	1
PA	106,64	106,64	1
Q	1.771,00	1.771,00	1
R	1.800,00	1.800,00	1
S	1.779,00	1.779,00	1
SG	1.816,30	1.816,30	1
T	2.652,00	2.652,00	1
U	2.652,00	2.652,00	1
01	11.250,00	11.250,00	1
02	9.450,00	9.450,00	1
03	16.270,00	16.270,00	1
04	2.652,00	2.652,00	1
05	4.080,00	4.080,00	1
06	3.780,00	3.780,00	1
07	3.750,00	3.750,00	1
08	3.780,00	3.780,00	1
09	3.780,00	3.780,00	1
10	4.500,00	4.500,00	1
11	2.475,00	2.475,00	1
Shopping	2.993,88	2.993,88	1
Subtotal	123.445,82	123.445,82	
MB1	1.650,00	1.650,00	1
MB2	2.490,00	2.490,00	1
MB3	1.167,00	1.167,00	1
MB4	1.372,00	1.372,00	1
Subtotal	6.679,00	6.679,00	
Área Especial	14.477,30	14.477,30	1
T O T A L	144.602,12	144.602,12	

Fonte: SEEST/DETEC - CeasaMinas

De acordo com os resultados descritos na tabela 7 seguinte nota-se que o índice de ocupação alcançou o valor 1 para todos os pavilhões do entreposto. Este resultado indica que, em 2010, todos os pavilhões encontraram-se ocupados e, desta forma, gerando receita proveniente de sua locação.

O índice de ocupação observado significa ainda que há potencial de expansão para o entreposto, uma vez que todo seu complexo construído e destinado ao comércio encontra-se em uso. Neste sentido, em resposta a este nível de ocupação, já é contemplado nos planos de expansão da CeasaMinas, para o ano de 2011, incremento de mais dois pavilhões em seu complexo, o que elevaria em cerca de 5,0% a oferta de espaço no entreposto Grande BH da CeasaMinas.

Considerações Finais

O índice de ocupação calculado para 2010 revelou que os pavilhões administrados pela CeasaMinas estão todos ocupados, com o índice alcançando o valor máximo 1. Isso significa que todo o espaço da Unidade Grande BH vem proporcionando receita à CeasaMinas. No entanto, não basta que todos os espaços estejam em uso, mas também que o entreposto possa aproveitar sua condição diferenciada, em termos de espaço e organização de uma eficiente central de abastecimento, para expandir e aumentar sua capacidade de gerar receitas.

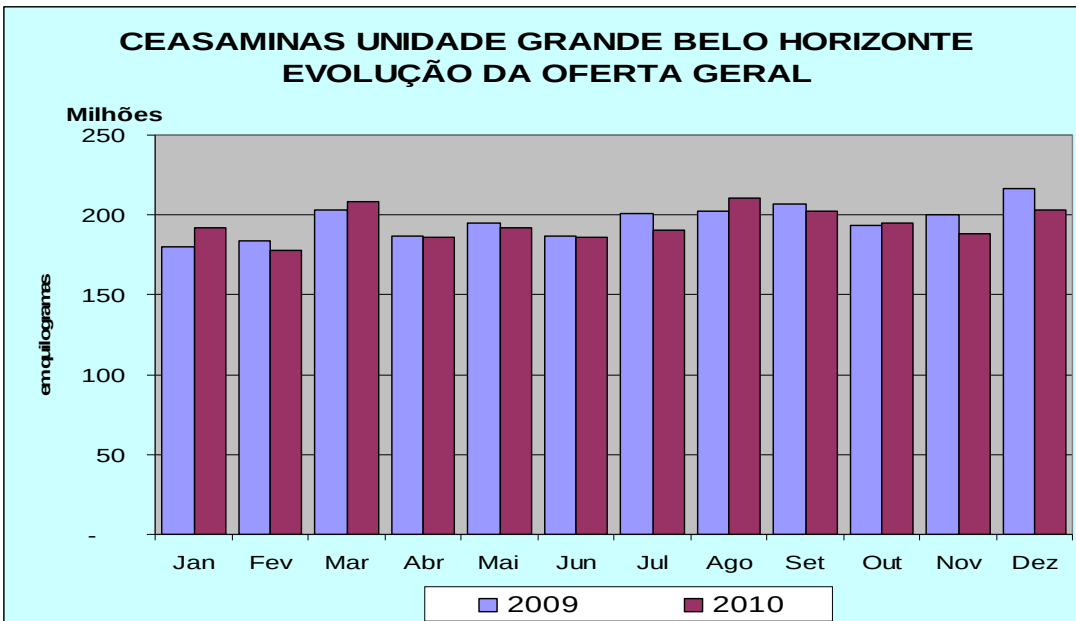
Neste sentido, faz-se necessário adotar uma estratégia que torne a CeasaMinas mais dinâmica, com soluções em logística de abastecimento, e na atratividade econômica. Certamente o foco nestas duas questões promoverá o crescimento da empresa, aumentando a oferta de produtos e contribuindo com sua expansão.

01. Anexo I – Área ocupada por pavilhão da CeasaMinas

Pavilhão	Nº de concessionários	Mezanino	Área ocupada	T O T A L
A	10	231,43	3.592,80	3.824,23
B	10	285,00	3.571,00	3.856,00
C	9	270,00	3.600,00	3.870,00
D	18	295,00	1.771,00	2.066,00
D-1	9		2.413,40	2.413,40
E	14	270,00	1.800,00	2.070,00
E-1	5		2.413,40	2.413,40
F	20	292,90	1.771,00	2.063,90
F-1	14		2.413,40	2.413,40
G	10	320,90	1.790,00	2.110,90
G-1	15		2.508,00	2.508,00
H	12	270,00	1.800,00	2.070,00
I	12	285,00	1.771,00	2.056,00
J	8	315,00	1.800,00	2.115,00
L	12	285,00	1.742,00	2.027,00
M	13	270,00	1.800,00	2.070,00
N	12	285,00	1.951,00	2.236,00
O	17	270,00	1.800,00	2.070,00
P	12	270,00	1.800,00	2.070,00
PA	2		106,64	106,64
Q	10	196,00	1.771,00	1.967,00
R	12	270,00	1.800,00	2.070,00
S	12	285,00	1.779,00	2.064,00
SG	6		1.816,30	1.816,30
T	14		2.652,00	2.652,00
U	19		2.652,00	2.652,00
01	10		11.250,00	11.250,00
02	15		9.450,00	9.450,00
03	6		16.270,00	16.270,00
04	6	91,00	2.652,00	2.743,00
05	1		4.080,00	4.080,00
06	8		3.780,00	3.780,00
07	9		3.750,00	3.750,00
08	10		3.780,00	3.780,00
09	6		3.780,00	3.780,00
10	4		4.500,00	4.500,00
11	1		2.475,00	2.475,00
Shopping	26	100,00	2.993,88	3.093,88
Subtotal	409	5.157,23	123.445,82	128.603,05
MB1	7		1.650,00	1.650,00
MB2	1		2.490,00	2.490,00
MB3	25		1.167,00	1.167,00
MB4	27		1.372,00	1.372,00
Subtotal	60		6.679,00	6.679,00
Área Especial	27		14.477,30	14.477,30
T O T A L	496	5.157,23	144.602,12	149.759,35

Fonte: SECAD/DEPAP

A conjuntura vivida pela economia mundial trouxe alguns reflexos adversos para a CeasaMinas, embora o país tenha sido menos afetado que outros. No fechamento do período, ficou evidente uma ligeira tendência de retração nos volumes comercializados no entreposto da estatal. Ao longo do ano em pauta, houve oscilações na oferta, tanto por motivo de demanda, safras quanto pelas adversidades climáticas que, ao fechamento do período foi transacionada algo em torno de 2.333,1 mil toneladas de produtos, contra 2.356,4 mil toneladas em 2009, gerando assim um pequeno revés de 1%.



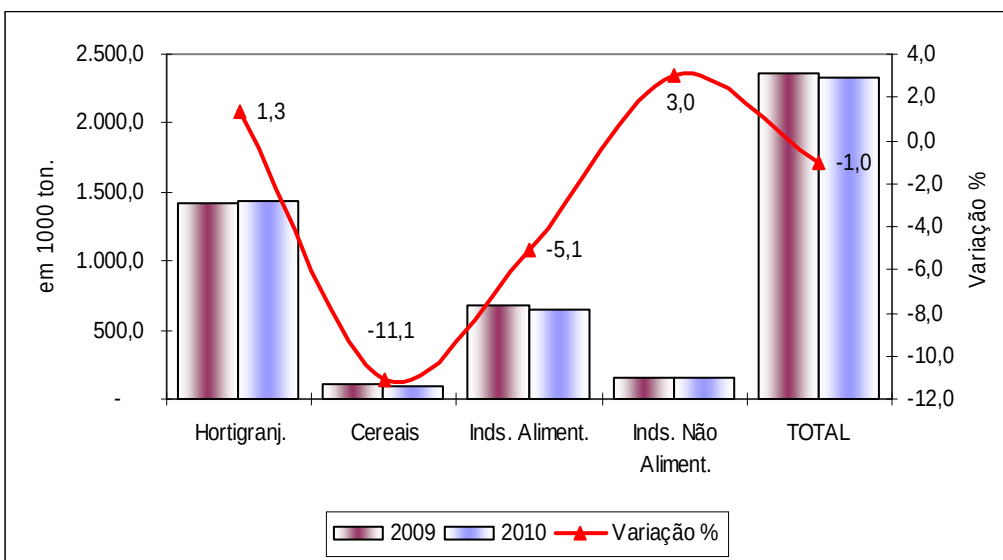
Fonte: SEEST/DETEC

A importância da participação do setor dos Produtos Hortigranjeiros no cenário da empresa pode ser facilmente notada, a partir da análise dos resultados. Mesmo com consideráveis oscilações dos Cereais (-11,1%) e Industrializados Alimentícios (-5,1%), ainda assim, a tendência de equilíbrio ficou mantida a partir dos números apresentados pelos hortigranjeiros, +1,3%.

COMPORTAMENTO DA OFERTA NA UNIDADE GRANDE BH DA CeasaMinas
POR SETORES DE PRODUTOS
Em 1000 ton.

Setores	2.009	2.010	Variação %
Hortigranjeiros	1.416,0	1.434,4	1,3
Cereais	103,5	92,0	-11,1
Inds. Alimentícios	682,9	648,2	-5,1
Inds. Não Alimentícios	153,9	158,5	3,0
TOTAL	2.356,3	2.333,1	-1,0

Fonte: DETEC



Fonte: SEEST/DETEC

O subgrupo cereais foi aquele em que o percentual de queda na oferta se mostrou mais elevado, atingindo patamares extremamente representativos (-11,1%). Esta característica está diretamente relacionada à queda da produção a nível nacional. Mas ele não foi o único a ter queda de oferta, pois os produtos diversos alimentícios tiveram sua oferta reduzida em 5,1, mas os hortigranjeiros e os industrializados não alimentícios cresceram 1,3% e 3%, de forma a amenizar a queda geral na Central, ficando esta em 1%.

Segundo dados do Departamento Técnico da CeasaMinas, praticamente todos os estados enviaram algum tipo de produto para a CeasaMinas Unidade Grande Belo Horizonte, alguns merecem destaques: Minas Gerais mantém a liderança da oferta com quase 61%, seguido de São Paulo com quase 14% e outros 27 Estados, países e o Distrito Federal.

É interessante observar que no ano de 2010, esse Central realizou negócio diretamente com Argentina, Chile, Uruguai e China, donde pode observar que vem crescendo o comércio internacional e com forte tendência de crescimento, principalmente se considerar que o Aeroporto Internacional de Confins passou a ser considerado Aeroporto Indústria.

CEASAMINAS
OFERTA DE HORTIGRANJEIROS E CEREAIS
POR ESTADO E PAÍSES - em kg

ESTADO OU PAÍS	2009	2010	VARIAÇÃO (%)	PART.% 2010
MINAS GERAIS	1.051.182.479	1.092.953.305	3,97	60,847
SÃO PAULO	277.714.508	243.667.076	-12,26	13,565
BAHIA	80.164.122	87.722.600	9,43	4,884
SANTA CATARINA	77.398.382	83.605.415	8,02	4,654
RIO GRANDE DO SUL	62.552.155	65.605.931	4,88	3,652
ESPIRITO SANTO	63.507.582	63.849.413	0,54	3,555
GOIÁS	43.690.011	45.953.428	5,18	2,558
PARANÁ	42.597.171	32.028.431	-24,81	1,783
TOCANTINS	15.547.390	19.167.481	23,28	1,067
PERNAMBUCO	18.452.058	12.716.046	-31,09	0,708
RIO DE JANEIRO	8.015.811	10.354.391	29,17	0,576
PARÁ	8.522.600	8.274.163	-2,92	0,461
RIO GRANDE DO NORTE	5.248.432	6.173.897	17,63	0,344
PARAÍBA	5.179.108	6.011.410	16,07	0,335
CEARÁ	3.548.728	5.071.886	42,92	0,282
ARGENTINA	4.398.020	4.021.292	-8,57	0,224
SERGIPE	3.817.899	4.419.689	15,76	0,246
MATO GROSSO DO SUL	2.785.154	1.470.206	-47,21	0,082
MATO GROSSO	1.230.992	1.053.199	-14,44	0,059
DISTRITO FEDERAL	779.150	1.118.362	43,54	0,062
PIAUÍ	345.774	469.782	35,86	0,026
AMAPÁ	43.650	195.421	347,70	0,011
ALAGOAS	117.200	72.212	-38,39	0,004
MARANHÃO	78.200	107.000	36,83	0,006
CHINA	26.000	62.060	138,69	0,003
CHILE	22.400	64.640	188,57	0,004
RORÁIMA	6.400	27.000	321,88	0,002
RONDÔNIA	19.500	7.470	-61,69	0,000
URUGUAI	22.600	-	-100,00	0,000
TOTAL	1.777.013.476	1.796.243.206	1,08	100,000

Elaboração: SEEST/DETEC/CEASA-MG

A produção mineira de hortigranjeiros está distribuída por todo o Estado, embora não de maneira uniforme, pois algumas mesorregiões se adaptaram e detém alto nível tecnológico, a exemplo da Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, embora a Metropolitana de Belo Horizonte, Campo das Vertentes e Norte de Minas detenham altos índices de participações.

CEASAMINAS
OFERTA MINEIRA DE HORTIGRANJEIROS POR
MESORREGIÃO - em kg

	2.009	2.010	VARIAÇÃO (%)
TRIANGULO MINEIRO / ALTO PARANAÍBA	268.316.434	279.736.012	4,26
METROPOLITANA DE BELO HORIZONTE	247.550.502	259.115.639	4,67
CAMPO DAS VERTENTES	151.677.021	156.986.615	3,50
NORTE DE MINAS	121.157.615	124.430.855	2,70
SUL/SUDOESTE DE MINAS	98.343.862	97.509.520	-0,85
VALE DO RIO DOCE	58.646.048	67.229.937	14,64
OESTE DE MINAS	41.544.067	44.671.060	7,53
ZONA DA MATA	25.414.892	25.318.174	-0,38
CENTRAL MINEIRA	21.565.823	22.428.948	4,00
NOROESTE DE MINAS	8.911.082	7.439.076	-16,52
JEQUITINHONHA	7.087.599	7.809.828	10,19
VALE DO MUCURI	967.534	277.641	-71,30
Total geral	1.051.182.479	1.092.953.305	3,97

Elaboração: SEEST/DETEC/CEASA-MG

O somatório da participação das mesorregiões mineiras: Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, Metropolitana de BH, Campo das Vertentes e Norte de Minas totalizou algo em torno de 75% de toda a oferta mineira ou mais de 57% de toda movimentação de hortigranjeiro nessa central.

O Triângulo Mineiro/alto Paranaíba tem a batata, cenoura, cebola amarela e grãos como seus principais produtos de entrada na estatal. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o município de Uberaba é o maior produtor mineiro de grãos.

A Região Metropolitana de Belo Horizonte, por apresentar grande proximidade ao grande mercado consumidor do Estado, tem em produtos com maior grau de perecibilidade suas principais ofertas, dos quais se destacam as hortaliças folha e fruto.

O repolho, o tomate e a cenoura conferiram destaque na mesorregião Campo das Vertentes, no que tange sua participação na oferta desta Central de abastecimento.

As condições climáticas e meteorológicas observadas no Norte de Minas conferiram A esta mesorregião grande destaque no fornecimento de frutas, sobretudo a bananas prata e nanica, mamão formosa e o limão Tahiti.

O papel estratégico que a empresa desempenha no sistema agroalimentar e, em especial, nas cadeias produtivas de frutas, legumes e verduras, decorre do modelo de abastecimento atacadista implementado no Brasil, baseado na regulação pública, que atribui às Centrais de Abastecimento como a Ceasaminas, funções normativas e regulatórias na implementação de normas e padrões de comercialização, bem como a produção de estatísticas e informações que contribuam efetivamente para a regulação da oferta alimentar, atenuando as variações sazonais, proporcionando oferta de gêneros alimentícios adequada às necessidades nacionais em termos de quantidade, preço e qualidade.

Ao contrário da oferta, os preços, de modo geral, sofreram variações ao longo do ano, com grupos em alta e outros em baixa, de modo que no fechamento do período a média ponderada ficou em R\$1,53 ou 9,3% acima daquela obtida no ano passado.

CEASAMINAS UNIDADE GRANDE BELO HORIZONTE
PREÇOS PREÇOS POR GRUPO, SUBGRUPO E SETOR DE PRODUTOS

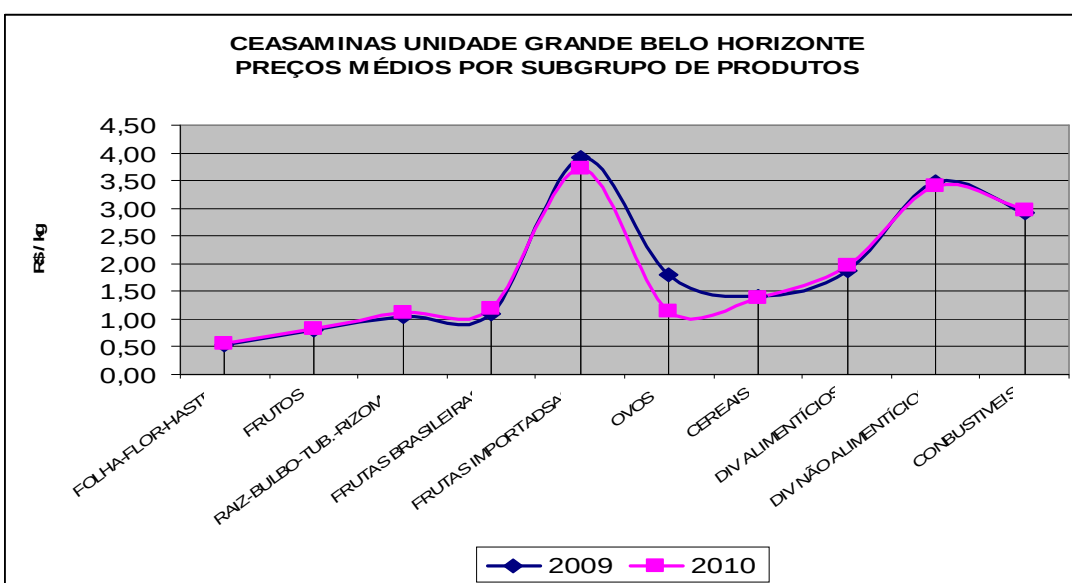
GRUPO / SUBGRUPO/SETOR	2009	2010	VARIAÇÃO %
OLERÍCOLAS	0,95	1,00	4,5
FOLHA-FLOR-HASTE	0,63	0,64	1,5
FRUTO	0,85	0,86	1,2
RAIZ-BULBO-TUBÉRC.-RIZOMA	1,08	1,16	7,0
FRUTÍCOLAS	1,20	1,28	7,1
BRASILEIRAS	1,11	1,20	8,0
IMPORTADAS	3,94	3,79	-3,9
AVES E OVOS	1,82	1,85	1,8
AVES	9,30	12,93	39,0
OVOS	1,82	1,85	1,8
HORTIGRANJEIROS	1,09	1,15	5,3
PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS	2,17	2,25	3,9
ALIMENTÍCIOS	1,88	1,98	5,4
NÃO ALIMENTÍCIOS	3,46	3,37	-2,6
CEREAIS	1,42	1,40	-1,7
MÉDIA	1,44	1,49	3,7

Fonte: SEEST/DETEC/CEASAMINAS

Ao analisar o comportamento dos preços em detalhes, observa-se que apenas as Frutas Importadas, Diversos Industrializados Alimentícios e Cereais tiveram queda em relação ao ano passado, -3,9%, -2,6% e -1,7% pela ordem. Interessante notar que algumas frutas importadas tiveram crescimento interessante na oferta (cereja 476,5%), (kiwi 53,2%) (maçã 21,7%), etec, quando seus preços sofreram

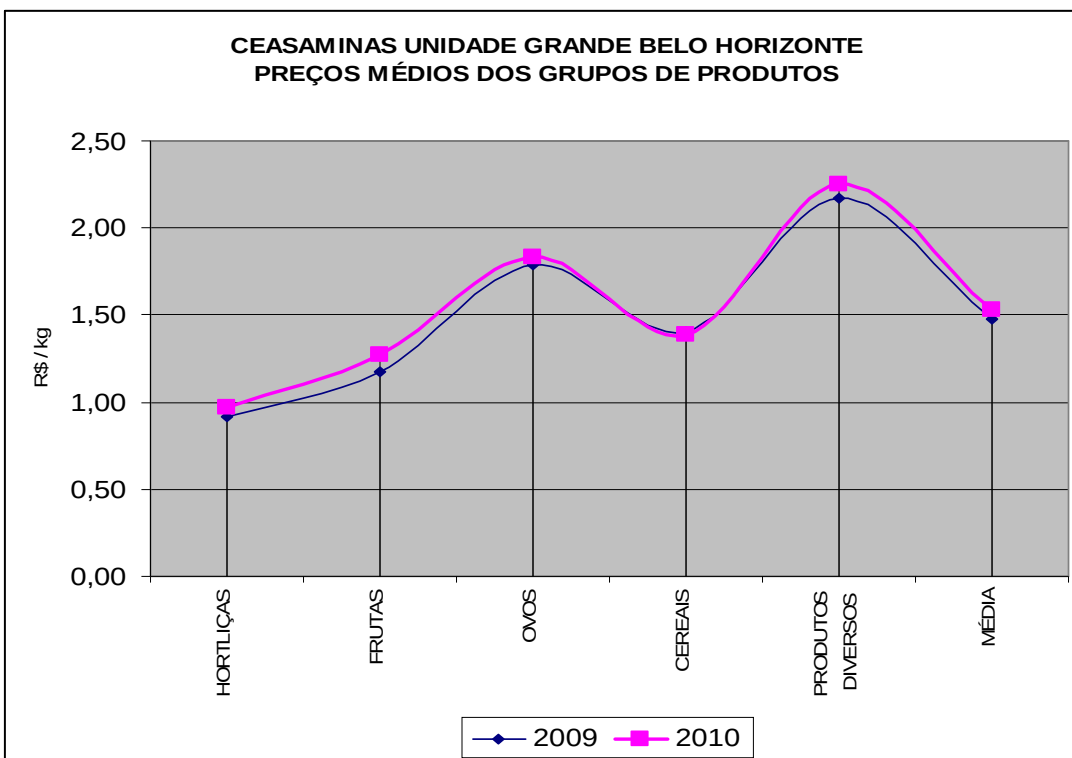
reduções de mais de 23%, kiwi 0,2%, maçã 8,8%, mas o mais importante foi a queda de 8,8% nos preços da pêra importada, contra um crescimento de 3,6% na oferta, pois esse produto representou mais de 67 % do volume das frutas importadas, de forma a puxar os preços para baixo, não só pelo bom nível de oferta, mas pelo baixo valor do dólar frente ao Real, que esteve bastante valorizado durante todo o ano. Já as frutas brasileira tiveram crescimento bastante modesto, de 0,02% na oferta, ou seja praticamente estável. Aliás, das 83 variedades de frutas nacionais que foram ofertadas, 43 tiveram suas ofertas reduzidas, mas daquelas que tiveram crescimentos nos seus montantes ofertados, algumas se destacaram, p.e. mamão formosa com mais de 29%, tangerina ponkan quase 30%, melão com mais de 21%, maçã com quase 7%, dentre outros, foram suficientes para frear a queda e fazer com a oferta total das frutas brasileiras ficassem praticamente estáveis em relação a 2009.

Interessante observar o comportamento de determinados produtos ou grupos de produtos: o abacaxi teve sua oferta aumentada em 7,2%, os mamões em 5,2%, as tangerinas em 18,8%, os cocos em 11%, a melancia em 8,3%, por outro lado, as bananas tiveram suas ofertadas reduzidas em 3,5% (com destaque para a banana prata, -6,2%) , as laranjas em 15,7% (destaque para a laranja percentual para a lima -34,2% e destaque nominal para a variedade pêra que apesar de ter redução de 14,3%, sua redução real chegou a mais de 17 mil toneladas), as uvas em 2,8% .



Fonte: SEEST/DETEC

Com relação aos grupos de produtos, é interessante observar pelo gráfico acima, que os preços do ano de 2010, ficaram praticamente nos mesmos níveis do ano anterior, acompanhando as mesmas curvas, exceção para ovos, quando a situação de inferioridade foi mais destacada, mas no geral o comportamento do mercado foi bem parecido com o do ano anterior.



Fonte: SEEST/DETEC

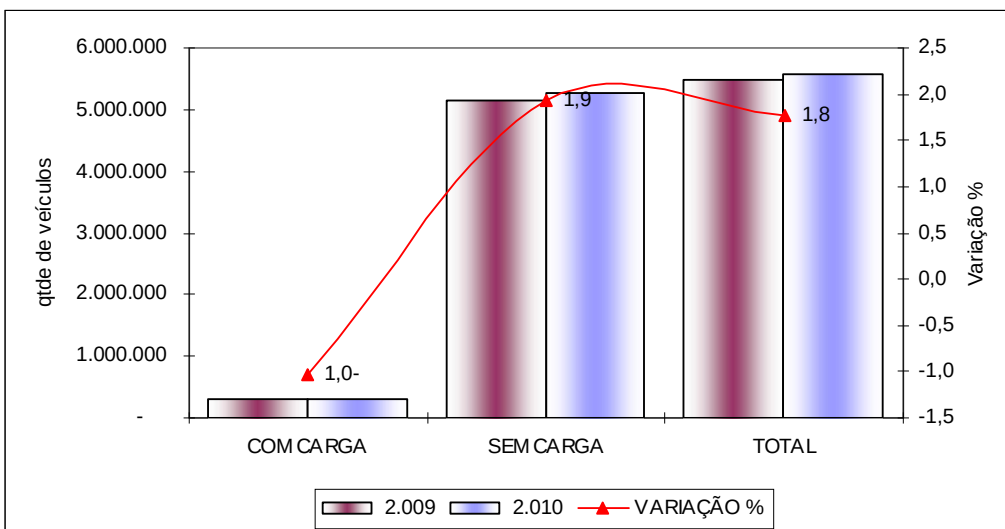
FLUXO DE VEÍCULOS

FLUXO DE VEÍCULOS NA CeasaMinas Unid. GRANDE BH

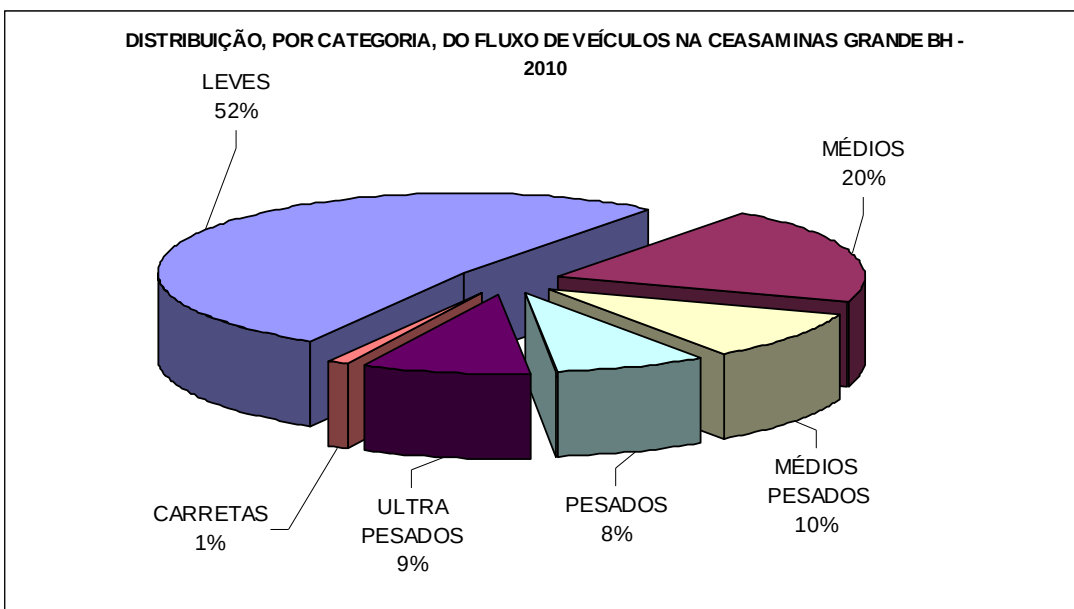
Veículos	2.009	2.010	Variação %
COM CARGA	308.541	305.338	-1,0
SEM CARGA	5.162.000	5.261.469	1,9
TOTAL	5.470.541	5.566.807	1,8

Fonte: Secim/Detec/CeasaMinas

Elaboração: Seest/Detec/CeasaMinas



Fonte: SECIM/DETEC/CeasaMinas
 Elaboração: SEEST/DETEC/CeasaMinas



Fonte: SECIM/DETEC/CeasaMinas
 Elaboração: SEEST/DETEC/CeasaMinas

Ao longo do ano de 2010 o Setor de Estudos estratégicos deu continuidade aos trabalhos iniciados em 2009, iniciou outros estudos e finalizou alguns projetos. Destacamos ainda as atividades de rotina do setor, bem como atividades que servem de apoio a outros setores da empresa.

Trabalhos iniciados em 2009 e finalizados e/ou que continuaram em 2010

Trabalhos iniciados em anos anteriores e que continuam em andamentos

Índice de “quilometrização” para as unidades de Uberlândia e Juiz de Fora – Iniciou-se em 2007 o estudo da “quilometrização” para as unidades de Uberlândia e Juiz de Fora, similarmente ao que foi desenvolvido para a unidade de Contagem. Este estudo permite quantificar a distância média percorrida pelos produtos comercializados pelos entrepostos. Esses trabalhos não foram terminados em 2008 devido a falta de funcionários, visto que o Economista que estava lotado no setor, foi deslocado para a chefia do Departamento e ainda não foi substituído, o que deverá ser feito na próxima chamada de concursados.

Pesquisa com os compradores na Ceasa BH – Dando seqüência às pesquisas de opinião no entreposto, foi elaborado o questionário e a definição da metodologia a ser empregada no processo de entrevista com os compradores, a qual deverá ser feita em conjunto a DIRTEC. Esta pesquisa permitirá avaliar a opinião das pessoas que vêm à Ceasa fazer compras relativamente ao dia a dia do entreposto, servindo de base para a tomada de decisão por parte da Diretoria Executiva da Empresa, pois serão levantados os mais variados temas relativos a administração do Entrepasto, bem como servirá para identificar espacialmente o destino das mercadorias comercializadas na Ceasa Grande BH.

Implantação do DetecWeb – Foi dada a continuidade da implantação do software que gerencia os dados de oferta dos produtos comercializados pelas unidades atacadistas (Ceasas) do interior de Minas (Poços de Caldas). Em 2010 foi dada assistência a essas Ceasas e continuou o processo de modernização da Administração de Centrais do Interior, administradas por prefeituras, tanto em termos de tecnologia de informação de mercados quanto no quesito administração de mercado propriamente dito, deu-se continuidade nos trabalhos nas Ceasas de Montes Claros e Patos de Minas. Foi iniciado o processo de implantação do PROHORT na CEASA GRANDE RIO (RJ), tendo sido feita uma viagem àquela central de meados de 2010 e até o momento continua o processo de parametrização do mercado, com perspectiva de implantação, treinamento dos técnicos e funcionamento do PROHORT em janeiro ou fevereiro de 2011.

Estruturação da base de dados de outras centrais de abastecimento – Foi dado prosseguimento nos trabalhos de assessoramento para preparação das bases de dados para incorporação ao sistema único de controle de dados das centrais de abastecimento brasileiras, juntamente com a CONAB, gestora do Programa.

Parametrização de dados – Continuidade da assessoria aos mercados de outras Ceasas brasileiras, visando implantação e manutenção do sistema de informação de mercado e treinamento de técnicos para que possam trabalhar com o software DetecWeb (PROHORT). Suporte à CONAB para implantação do Sistema de Informação (BI – Business Intelligence) a ser usado pelas Ceasa integrantes do PROHORT.

Trabalhos de rotina

1 – Conjuntura mensal – Análise econômica e mercadológica das principais olerícolas negociadas no entreposto Grande BH da CeasaMinas;

2 – Apuração do Valor Adicionado Fiscal (VAF) – Estimativa do valor movimentado, por municípios, a partir da comercialização de produtos de trânsito livre no estado de Minas, em onze Centrais de Abastecimento. Estes dados compõem o índice calculado pela Secretaria Estadual da Fazenda – SEF;

3 – Participação mensal no grupo de Coordenação das Estatísticas Agropecuárias – Participação na equipe responsável pela elaboração do relatório de Levantamento Sistemático da Produção Agrícola, presidido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;

4 – Participação no projeto de Desenvolvimento Regional Sustentável - DRS;

Participação, juntamente com o Banco do Brasil, Emater e outros parceiros no projeto DRS - Nova União. Este projeto visa apoiar a criação de uma agroindústria processadora de alimentos derivados de banana no município de Nova União/MG.

5 – Participação em diversas comissões internas designadas pela Diretoria Executiva da CeasaMinas;

6 – Participação na Comissão responsável pela elaboração do Projeto necessário à implantação do Banco de Caixas plásticas no entreposto Grande BH da CeasaMinas;

7 – Participação, juntamente com a FAEMG, EXPORTAMINAS e SEBRAE em parceria com a University of Massachusetts (USA) no desenvolvimento de Projeto visando a exportação de hortaliças frescas para os EUA;

8 – Participação, juntamente com a Secretaria de Desenvolvimento, SEBRAE, FAEMG e Associações Locais, no desenvolvimento do projeto visando à exportação do limão tahiti produzido nos municípios atendidos pelo Projeto Jaíba;

9 – Participação de elaboração de vários estudos de viabilidade técnico-econômica destinados à implantação de novas unidades do Barracão do Produtor, em todo o Estado de Minas Gerais;

10 – Participação no Grupo de Ações, visando construir um estudo de viabilidade para implantação do MERCAFLOR no entreposto Grande BH da CeasaMinas;

11 – Assistência à CEASAMINAS/ARBECE no processo do cálculo, implantação e funcionamento do Plano de Previdência Complementar;

12 – Participação no Projeto de Implantação de Embalagens Alternativas (Caixas de Papelão / plástico) para banana e tomate,

13 – Elaboração, pelo método de Intervalo de Médias, dos Calendários de Intensidade de Oferta e de Preços, para a CeasaMinas Unidade Grande BH e interior, o qual visa informar a todos os integrantes da cadeia comercial de hortigranjeiros, os períodos de oferta forte, regular e fraca, de forma a subsidiar o consumidor a melhor época para se comprar e ao produtor a melhor época para plantar.

14 – Responsável pela elaboração de projetos junto ao SICONV, realizando inclusive viagens a Brasília representando a CeasaMinas, junto aos órgãos responsáveis pela aprovação dos projetos que visam atender a liberação de verbas para expansão da CeasaMinas, Banco de Alimentos, Instituto CeasaMinas e implantação de mercados atacadistas em cidades do interior do Estado.

15 - Participação na elaboração de Nota Técnica sobre as Centrais de Abastecimento Brasileira e a Inserção da CeasaMinas, unidade Grande BH e Uberlândia neste contexto – Estudo de Viabilidade de construção dos Pavilhões V, X e GPIII.

16 – Elaboração de Estudo de Viabilidade de Implantação de Câmara Fria visando atender os produtores que atuam no MLP da Grande BH.

17 – Estudo de Viabilidade de implantação de Barracão do Produtor no município de Guapé-MG.

18 - Estudo de Viabilidade de implantação de Barracão do Produtor no município de Arcos-MG.

19 – Elaboração de Nota Técnica – Ações de Combate ao Comércio Irregular na CeasaMinas Unidade Grande Belo Horizonte.

20 – Início dos Estudos de Viabilidade para implantação de uma Unidade Atacadista (CEASA) em Varginha, Pouso Alegre e Patos de Minas.

21 – Coordenação da pesquisa de pesos das embalagens de diversos produtos hortigranjeiros comercializados na CeasaMinas Unidade Grande BH (trabalho iniciado em Nov/2010 e ainda em andamento).

22 – Finalização das pesquisas e relatório do Estudo dos Produtos minimamente processados, pré-embalados, orgânicos e desidratados, realizados na rede varejista de Belo Horizonte. Trabalho realizado juntamente com a SEAGRO.

22 – Pesquisa sobre a quantidade de caixa circulante no mercado da CeasaMinas Unidade Grande Belo Horizonte, visando subsidiar a implantação do Banco de Caixa.

Índice de desempenho do comércio atacadista no entreposto Grande BH da CeasaMinas

8 Contextualização

Os mercados ou entrepostos atacadistas são espaços econômicos ou sociais diversificados que reúnem vendedores e compradores, produtores e comerciantes, consumidores e prestadores de serviço, agentes públicos e informais em uma intensa relação comercial e social realizada em curto espaço de tempo.

O comércio de hortigranjeiros é o principal negócio da CeasaMinas, sendo que a concentração de agentes econômicos em um mesmo espaço suscitou a estruturação de atividades econômicas sinérgicas e complementares de bens e serviços. Dentre estas atividades estão o comércio de grãos, cárneos, alimentos processados, insumos agropecuários, embalagens, restaurantes, serviços financeiros e pessoais, agências públicas de saúde, educação e segurança, entre outros.

Considerando que a CeasaMinas tem a missão de cuidar do abastecimento de alimentos e que a base de constituição de suas receitas provém da locação dos pavilhões por ela administrados é importante que o volume ofertado e o nível de ocupação do entreposto sejam satisfatórios. Neste sentido,

apresentamos a seguir o índice descritivo do volume ofertado no entreposto Grande BH, bem como o índice de desempenho operacional, que indica o nível de ocupação do entreposto.

9 Índice de ocupação da área ofertada por pavilhão

As estatísticas de cadastro da CeasaMinas, relativas à área disponível para comércio e ao volume médio anual ofertado em cada pavilhão, permitiram estabelecer um índice de desempenho de cada pavilhão no período 2006-2010, relativamente ao ano base fixado em 2006 (2006=100). A área disponível para comercialização, em 2010, totalizou 128.603,05 m², a qual incluía 5.157,23 m² de mezanino. A descrição da área disponível para cada pavilhão encontra-se discriminada no anexo deste relatório. Na Tabela 1 tem-se a descrição do índice de evolução do volume ofertado para cada pavilhão da Unidade Grande BH da CeasaMinas, no período 2006 a 2010.

Tabela 01: Índice de evolução do volume ofertado por pavilhão (%)

Índice do volume ofertado por pavilhão - Base: 2006 = 100						
Pavilhão	Ano					Média (%)
	2006	2007	2008	2009	2010	
MLP	100	(0,04)	3,99	7,06	10,28	5,32
PAV 1	100	2,39	(0,70)	(6,90)	(13,50)	(4,68)
PAV 10	100	(14,26)	(19,46)	(31,30)	(48,90)	(28,48)
PAV 11	100	(9,52)	1,85	(17,87)	(13,58)	(9,78)
PAV 2	100	9,02	11,08	39,56	43,66	25,83
PAV 3	100	4,26	(0,86)	(7,18)	(8,40)	(3,05)
PAV 4	100	95,35	90,03	32,15	(16,00)	50,38
PAV 5	100	(0,74)	(3,36)	(7,90)	(14,35)	(6,59)
PAV 6 (*)	100	(98,47)	(100,00)	(100,00)	(55,18)	(88,41)
PAV 7	100	1,82	(22,32)	(23,56)	(25,58)	(17,41)
PAV 8	100	(10,00)	(26,12)	(39,81)	(50,44)	(31,59)
PAV 9	100	(16,67)	30,41	63,85	71,17	37,19
PAV A	100	(15,24)	(30,76)	(33,66)	(24,94)	(26,15)
PAV B	100	1,08	(15,05)	(5,47)	(16,70)	(9,03)
PAV C	100	(7,49)	(17,72)	(22,94)	(37,48)	(21,41)
PAV D	100	(34,51)	(32,95)	(3,20)	6,36	(16,07)
PAV D1	100	1,63	7,16	6,87	(20,46)	(1,20)
PAV E	100	10,81	5,80	6,39	0,77	5,94
PAV E1	100	15,31	71,44	88,96	54,84	57,64
PAV F	100	1,02	(8,96)	7,60	2,46	0,53
PAV F1	100	(5,54)	15,81	16,39	(4,45)	5,56
PAV G	100	(23,60)	14,74	(13,18)	(0,58)	(5,65)
PAV H	100	28,83	48,72	61,88	69,29	52,18
PAV I	100	(4,59)	(8,23)	(30,10)	(41,15)	(21,02)
PAV J	100	6,56	6,62	5,26	(7,66)	2,69
PAV L	100	(6,17)	(14,60)	(8,62)	(12,46)	(10,46)
PAV M	100	1,10	(7,40)	2,11	(9,03)	(3,30)
PAV N	100	18,39	34,65	35,94	25,39	28,59
PAV O	100	6,38	1,68	(4,63)	4,50	1,98
PAV P	100	0,54	59,93	73,13	113,85	61,86
PAV Q	100	12,01	25,11	23,14	25,97	21,56
PAV R	100	7,82	13,61	10,70	8,62	10,19
PAV S	100	15,65	19,68	29,07	32,64	24,26
PAV SG	100	58,94	71,57	41,68	41,82	53,50
PAV SHOPPING	100	13,29	(4,60)	22,93	8,92	10,13
PAV T	100	5,01	7,76	(2,84)	(11,20)	(0,32)
PAV U	100	7,30	28,87	10,37	33,95	20,12
PAV G1 (**)	-	-	-	460,10	866,05	663,07

(*) Incendiou-se no ano de 2006, tendo sido reconstruído. Voltou operar em 2010. (**) - Iniciou suas operações no ano de 2008. Portanto, para o pavilhão G1, a base está fixa em 2008.

Como exemplo, pode-se observar que, para o pavilhão MLP, houve uma queda na oferta de 0,04% para o ano de 2007, tomando-se como base o ano de 2006...Já para os anos seguintes houve elevação de,

respectivamente, 3,99%, 7,06% e 10,28%. Em média, o MLP apresentou aumento de 5,32% no período. Assim, alguns pavilhões experimentaram crescimento, outros retração e outros se mostraram estáveis. Em resumo, temos as estatísticas descritas na Tabela 4:

Tabela 02: Síntese do índice de evolução do volume ofertado por pavilhão

Estatística	Período			
	2007	2008	2009	2010
Mínimo	(34,51)	(32,95)	(39,81)	(50,44)
Máximo	95,35	71,57	460,10	866,05
Média	4,89	9,93	9,05	4,93
Desvio padrão	21,99	29,42	30,68	35,39
Coeficiente de variação	4,49	2,96	3,39	7,17

Fonte: SEEST/DETEC - CeasaMinas

Pode-se observar que, em 2007, o pior desempenho ficou com o pavilhão D (34,51%), o melhor desempenho com o pavilhão 4 (95,35%) e o valor médio ficou em 2,04%, indicando crescimento de 2,04%, relativamente ao ano de 2006. O valor observado de elevação para o pavilhão 4 explica-se pela transferência de volume anteriormente ofertado no pavilhão 6, o qual incendiou-se em 2006.

Tendo em vista o expressivo número de pavilhões, com desempenhos diferentes ao longo dos três anos, efetuou-se o cálculo do coeficiente de variação, o qual busca medir o nível de variabilidade dos dados permitindo, adicionalmente, estabelecer uma estrutura de comparação entre os três anos. Um coeficiente de variação é considerado baixo (indicando um conjunto de dados razoavelmente homogêneo) quando for menor que 25%. Desta forma, nota-se que o desempenho médio nos anos analisados (13,29%, 4,98%, 4,51% e 5,55%) foi caracterizado por baixo crescimento na oferta, com os pavilhões notadamente apresentando este perfil. Esta análise, desagregada por pavilhão, mostra-se coerente com a análise descrita para o desempenho global do entreposto, descrito anteriormente. Na verdade, podemos entender este desempenho aparentemente ruim, como sinal de que os pavilhões já vem trabalhando com seu nível de ocupação bem elevado, o que torna difícil implementar mais vendas.

8 Informações sobre a composição de Recursos Humanos

Quadro “Composição do Quadro de Recursos Humanos – Situação em 31/12/2009”

Composição do Quadro de Recursos Humanos Situação apurada em 31/12/2009		
Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Ideal
Celetistas	207	207
Cargos de livre provimento	13	13
Terceirizados	344	344
Estagiários	20	20
Total	584	584

**Composição do Quadro de Recursos Humanos
Situação apurada em 31/12/2010**

Regime do Ocupante do Cargo	Lotação Efetiva	Lotação Ideal
Celetistas	241	241
Cargos de livre provimento	13	13
Estagiários	21	21
Total	275	275

QUADRO PRÓPRIO

Tipologia	Qtd	Vencimentos e Vantagens Fixas	Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações
Celetistas (inclusive os cedidos, com ônus)						
2007	216	8.938.289,51	0	341.636,45	40.758,73	0
2008	237	10.672.476,31	0	433.836,77	51.181,86	0
2009	227	9.569.219,83	0	490.013,36	37.549,57	0
2010	241	10.914.676,77	0	530.259,72	43.053,48	0
Cargos de Livre Provimento						
2007	13	1.570.491,78	0	0	0	0
2008	13	1.663.304,15	0	0	0	0
2009	13	1.784.278,22	0	0	0	0
2010	13	1.840.028,00	0	0	0	0

Requisitados com ônus para a Entidade						
2007	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
2008	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
2009	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
Requisitados sem ônus para a Entidade						
2007	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
2008	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A
2009	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A	N.A

QUADRO TERCEIRIZADO										
Finalidade	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		OUTRAS ATIVIDADES		Atividades de Área-Fim		Atividades de Área-Fim	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007		3.125.253,38		-	-	2.266.220,82	N, A	N.A	27	116.136,68
2008	253	3.217.072,81		-	65	3.283.018,83	N.A	N.A	24	150.704,05
2009	280	6.188.210,71	35	652.877,46	29	585.450,84	N.A	N.A	20	153.997,35
2010	291	10.552.361,40	37	782.253,38	-	-	-	-	-	-

Informações sobre transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

A Ceasaminas, empresa de economia mista, controlada pelo Governo Federal, não trabalha com dotação orçamentária, obedecendo às Leis das Sociedades Anônimas. Os convênios firmados pela empresa buscam objetivos específicos, não ocorrendo situações de inadimplência nem financeira nem operacional. Como pode-se verificar pela planilha abaixo são todos de pequena monta e com objetivo específicos. Convênios /Cooperações de maior monta foram firmados com as seguintes entidades: SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento do Estado de Minas Gerais, visando a administração do MLP – Mercado Livre do Produtor, localizado dentro da área pertencente a Ceasaminas; Polícia Militar de Minas Gerais visando o aprimoramento da Segurança Pública do entreposto da Ceasaminas no entreposto de Contagem; ICEASA – Instituto Ceasaminas visando intercâmbio e cooperação mútua entre as empresas; muitos outros convênios são e foram firmado pela Ceasaminas com objetivos específicos como pode ser constatado pela planilha abaixo.



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeito de comprovação junto aos Órgãos Públicos da União que os membros da Administração da CEASAMINAS, abaixo relacionados, estão em dia com as obrigações junto a Receita Federal, como comprova cópia de suas Declarações de Bens e Renda em nosso poder.

Membro	Cargo ou Função
• JOÃO ALBERTO PAIXÃO LAGES	Diretor Presidente
• MÁRCIO LUIZ DA SILVA CUNHA	Diretor Financeiro
• ANA PASCOAL DOS ANJOS.....	Diretora Técnico-Operacional

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Contagem, 31 de Maio de 2011

Luciano Ferreira Ribeiro
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

End.: BR 040/KM 688 - Bairro Guanabara - CEP: 32145-900 - Contagem/MG
Caixa Postal 1211
Tel.: (31) 3399-2122 - Fax: (31) 3394-2709
www.ceasaminas.com.br



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

DECLARAÇÃO

Declaramos para efeito de comprovação junto aos Órgãos Públicos da União que os membros da Administração da CEASAMINAS, abaixo relacionados, estão em dia com as obrigações junto a Receita Federal, como comprova cópia de suas Declarações de Bens e Renda em nosso poder.

Membro	Cargo ou Função
• ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA	Conselheiro Fiscal
• LÚCIA AINDA ASSIS DE LIMA	Conselheiro Fiscal
• ROGÉRIO COLOMBINI MOURA	Conselheiro Fiscal
• ROMILDA MARIA DE FÁTIMA	Conselheiro Fiscal

Por ser verdade, firmamos a presente declaração.

Contagem, 31 de Maio de 2011

Luciano Ferreira Ribeiro
Chefe do Departamento de Gestão de Pessoas

End.: BR 040/KM 688 - Bairro Guanabara - CEP: 32145-900 - Contagem/MG
Caixa Postal 1211
Tel.: (31) 3399-2122 - Fax: (31) 3394-2709
www.ceasaminas.com.br

9 INFORMAÇÕES SOBRE O CONTROLE INTERNO

1 - Descrição das ações efetivadas da Auditoria Interna da CeasaMinas:

A) Descrição das ações efetivadas da Auditoria Interna da CEASAMINAS:

Nº rel at.	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cron og	Recurs os Human os (h/h)
		Descrição Procedimento			
01	FINANCEIRA	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a dezembro/09.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jan./10	32
02	GESTÃO	Análise da Execução do Orçamento 2º sem. 2009	Confrontar os valores previstos com os valores realizados.	Jan./10	80
03	DEFIN / SETES	Analisar o Trabalho da Comissão de Inventário de Caixa.	Verificar a consistência das informações.	Jan./10	40
04	SEDE - ADMINISTRAÇÃO	Posicionar o CONFIS e PRESI	Elaborar sumário das auditorias realizadas no exercício de 2009	Jan./10	40
05	SEDE - ADMINISTRAÇÃO	Posicionar o CONFIS e PRESI	Verificação das providências referente as recomendações da Auditoria Interna.	Jan./10	16
06	CONTÁBIL	Análise dos Balancetes do 4º Trim. 2009.	Analisar se as demonstrações financeiras do 4º Trim. 2009	Jan./10	120
07	CONTÁBIL	Posicionar o CONFIS	Elaborar o Demonstrativo de Remuneração da Diretoria Executiva Exercício/2009.	Fev./10	17
08	ACOMPANHAMENTO	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Almojarifado.	Verificar a consistência das informações.	Fev./10	80
09	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Fev./10	80
10	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a janeiro/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Fev/10	32
12	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a fevereiro/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Mar/10	32
13	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Mar./10	80
14	CONTÁBIL	Auditar convênios da Ceasa com Associações.	Análise referente a cobrança, comprovação de despesas, repasses efetuados a Associações.	Mar./10	80

15	CONTÁBIL	Auditar Departamento Financeiro Seção de Pagamentos - SEPAG.	Verificar as rotinas e procedimentos.	Mar./10	80
16	OPERACIONAL	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Mar./10	80
17	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a março/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Abr/10	32
18	OPERACIONAL	Auditar o Deptº de Comunicação – DECOM	Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas	Abr./10	80
19	OPERACIONAL	Auditar o Deptº Administrativo - Seção de Expediente - SEXPE.	Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas.	Abr./10	80
21	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a abril/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Mai/10	32
22	CONTÁBIL	Análise dos Balancetes do 1º trimestre de 2010.	Verificar se as demonstrações financeiras do 1º trimestre de 2010.	Mai./09	120
23	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Mai./10	80
24	CONTÁBIL	Análise da Execução do Orçamento 1º Quadrimestre de 2010	Confrontar os valores previstos com os valores realizados.	Mai/10	32
25	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a maio/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jun/10	32
26	OPERACIONAL	Auditar o Deptº Administrativo - Seção de Compras - SECOP.	Avaliar os procedimentos executados e cumprimento das normas internas	Jun./10	80
27	CONTÁBIL E OPERACIONAL	Auditar os contratos de Serviços Terceirizados.	Avaliar o cumprimento das cláusulas contratuais.	Jun/10	80
28	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a junho/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Jun/10	32
29	DEFIN / SETES	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES.	Verificar a utilização do caixa e movimentação das contas movimento, arrecadação e aplicação.	Jul/10	40
30	CONTÁBIL	Posicionar o CONFIS	Elaborar o Demonstrativo de Remuneração da Diretoria Executiva ref. 1º semestre/10.	Jul/10	17
31	Sumário Auditorias	Posicionar CONFIS e PRESI	Elaborar Sumário das auditorias realizadas 1º semestre de 2010	Jul/10	40
32	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Jul/10	80
33	COBRANÇA	Verificar análise de	Verificar o cumprimento das normas	Ago/10	80

		processos, cobrança de tarifas.	estabelecidas pela administração da empresa e procedimentos da Seção de Cobrança.		
34	OPERACIONAL	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Ago/10	80
35	OPERACIONAL	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Ago/10	80
36	CONTÁBIL	Análise dos Balancetes do 2º trimestre de 2010.	Verificar se as demonstrações financeiras do 2º trimestre de 2010.	Ago/10	120
37	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Ago/10	80
38	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a julho/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Ago/10	32
39	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a agosto/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Set/10	32
40	DEREH	Auditar Departamento Recursos Humanos - DEREH.	Análise das rotinas, procedimentos e atendimento a legislação vigente.	Set/10	80
42	GESTÃO	Análise da Execução do Orçamento 1º sem. 2010	Confrontar os valores previstos com os valores realizados.	Set/10	80
43	DENFA	Auditar o Departamento de Engenharia - DEMFA.	Análise dos serviços de manutenção. Verificar a ocorrência de processo licitatório, para a execução das obras. Observar a finalidade da construção do bem imóvel e termo de recebimento de obra	Set/10	80
44	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a setembro/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Set/10	32
45	OPERACIONAL	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Set/10	40
46	OPERACIONAL	Avaliar o cumprimento das normas internas. (Auditoria a ser realizada com dois auditores)	Análise das rotinas e procedimentos malotes, ligações interurbanas, compras, viagens, veículo, combustível, patrimônio, material, Fundo Fixo, segurança e manutenção.	Out/10	40
47	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Out/10	20

49	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Nov/10	20
50	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Nov/10	20
51	SEDE - ADMINISTRAÇÃO	Posicionar CONFIS e PRESI	Apresentação para o Conselho Fiscal e Presidência, as respostas das áreas auditadas pela Auditoria Externa.	Nov/10	16
52	Paint 2011	Cumprimento da Legislação	Elaborar e encaminhar à SFC/MG do PAINT- 2011	Nov/10	32
54	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a outubro/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Nov/10	32
56	CONTÁBIL	Análise dos Balancetes do 3º trimestre de 2010.	Verificar se as demonstrações financeiras do 3º trimestre de 2010.	Nov/10	80
57	GESTÃO	Análise da Execução do Orçamento 3º trim. 2010	Confrontar os valores previstos com os valores realizados.	Nov/10	40
58	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Nov/10	20
59	DEFIN / SETES	Auditar Deptº Financeiro / Seção de Tesouraria-SETES.	Verificar a utilização do caixa e movimentação das contas movimento, arrecadação e aplicação.	Nov/10	40
62	CONTÁBIL	Informar o saldo médio dos Bancos, referente a novembro/10.	Verificar o saldo de bancos em relação ao passivo de curto prazo.	Dez/10	32
63	SEMPPT	Auditar o Deptº Administrativo/ Seção de Transportes	Verificação do Procedimentos e controles adotados pelo setor.	Dez/10	80
64	OPERACIONAL	Análise das licitações encaminhadas pela CPL.	Verificar o cumprimento da Lei 8666/03 e legislação correlata.	Dez/10	80

RELATÓRIOS EXTRORDINÁRIOS

Nº rel at.	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Crono g	Recurso s Humano s (h/h)
		Descrição	Procedimento		
11	CPL	Formação de cartel e Processos Licitatórios	Focalizando os aspectos relevantes no contexto geral das diretrizes para combater o conluio entre concorrentes e contratações públicas.	Fev/10	32
20	ACOMPANHA-MENTO	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificar a consistência das informações.	Abr./10	80
41	Inadimplência	Relatório dos concessionários inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Set/10	16

48	Inadimplência	Relatório dos concessionários inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Out/10	16
53	CONTÁBIL	Recomendações de Auditoria	Recomendações utilizadas para elaboração de Mapa de Risco de Auditoria	Nov/10	16
55	Inadimplência	Relatório dos concessionários inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Nov/10	16
60	CPL	Resumo de Licitações em andamento em novembro de 2010.	Resumo do processo de licitação em andamento, com sua descrição.	Nov/10	32
61	Inadimplência	Relatório dos concessionários inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Dez/10	16

10 REGISTRO QUANTO À IMPLEMENTAÇÃO OU CUMPRIMENTO, PELA ENTIDADE, AO LONGO DO EXERCÍCIO, DE RECOMENDAÇÕES OU DETERMINAÇÕES EFETUADAS PELOS ÓRGÃOS CENTRAIS E SETORIAIS DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO E PELO CONSELHO FISCAL OU ÓRGÃO EQUIVALENTE DA ENTIDADE:

10.1 RECOMENDAÇÕES DA CGU e ACORDÃOS

TCU - 1ª Câmara

ACÓRDÃO 61/2010 - PLENÁRIO

GRUPO I / CLASSE I / Plenário

Interessados/Responsáveis

3.1 Recorrente: Ministério Público junto ao TCU.

3.2.Responsável: Flávio Ferreira de Lara Resende (CPF: 456.465.546-91)

Sumário: recurso de revisão. Perda superveniente de objeto. Não-conhecimento.

Não se conhece de recurso de revisão quando não atendidos os requisitos específicos previstos no art. 35, caput, e inciso III, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 278, § 2º do Regimento Interno

Assunto: Recurso de Revisão

Ministro Relator : Augusto Nardes

Relator da Deliberação Recorrida: Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral, Maria Alzira Ferreira

Unidade Técnica :Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG

Relatório do Ministro Relator

Adoto como parte integrante deste relatório a instrução elaborada no âmbito da Secex/MG (fls. 47/48, anexo 1), que contou com a anuência do titular da referida unidade técnica, a qual reproduzo com ajustes de forma que julgo oportunos:

"Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo Subprocurador-Geral Paulo Soares Bugarin (fls. 1/3, anexo 1), contra o Acórdão nº 2.909/2004 - TCU - 1ª Câmara, inserto na Relação nº 79 - Gabinete Ministro Substituto Augusto Sherman Cavalcanti - ata nº 40/2004 (fl. 89, v.p.), que julgou regulares com ressalva as contas da empresa CEASA/MG, referentes ao exercício de 2003, dando quitação aos responsáveis.

2. O fundamento do recurso foi a possível existência de irregularidades ocorridas na CEASA-MG, no período de maio de 2000 a dezembro de 2002, na gestão do ex-presidente Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende. Tais irregularidades foram objeto de apuração no processo de Representação - TC-001.851/2004-0, o qual foi convertido posteriormente em TCE (Acórdão nº 2.144/2005- Primeira Câmara).

3. O recurso foi conhecido conforme proposta da admissibilidade (fls. 8/9, anexo 1), tendo sido determinado seu sobrestamento pelo [então] relator, Ministro Guilherme Palmeira, nos termos do despacho de fl. 35, deste anexo.

4. Por seu turno, em Sessão Ordinária de 24/6/2009, o Plenário deste Tribunal aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata n. 25, publicada em 26/6/2009, que afeta o trâmite processual do presente recurso, pois atribui à unidade técnica responsável pela condução do processo que deu causa à reabertura das contas (TC- 001.851/2004-0) a competência para realizar o exame de mérito das contas reabertas em face deste Recurso de Revisão.

5. Em razão do despacho da Serur, à fs. 37, os presentes autos foram encaminhados a esta Secex-MG para prosseguimento da instrução do presente Recurso de Revisão, e assim o fazemos a partir de então.

6. Podemos considerar que o recurso de revisão foi interposto pelo MPTCU em 30/11/2006 (fl. 3). Naquela oportunidade, o TC-001.851/2004-0 encontrava-se em fase de saneamento. Consideramos desarrazoado juntar cópia dos vários atos interlocutórios ocorridos a partir da conversão da representação em TCE (por força do Acórdão nº 2.144/2005- Primeira Câmara), em razão do princípio da racionalidade administrativa.

7. Todavia, o TC-001.851/2004-0 foi apreciado na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008, julgadas regulares com ressalva as contas do responsável Flávio Ferreira de Lara Resende, dando-lhe quitação, determinando-se, ainda, a exclusão da empresa Point Park Serviços de Estacionamento S/C Ltda. da relação processual (v. Acórdão 1.269/2008-TCU-1ª Câmara).

8. Dessa forma, do ponto de vista de mérito, não houve impacto nestas contas da Ceasa-MG, exercício de 2003, sobretudo porque todas as irregularidades apontadas na representação convertida em TCE, dentre elas as inseridas no corpo da peça recursal do MPTCU (fls. 01/03) foram resolvidas sem afetar/macular a gestão dos responsáveis daquelas contas, seja do aspecto financeiro, contábil, orçamentário ou patrimonial.

9. No aspecto formal/processual, a questão de ordem suscitada em caráter geral (fls. 35-a, 35-verso), não teria o condão de produzir efeitos objetivos nestas contas, considerando-se o julgamento do processo sobrestante (TC-001.851/2004-0) ter ocorrido em 29/4/2008 (v. item 10 supra).

10. Vale dizer que o despacho do Ministro-Relator Guilherme Palmeira (fls. 35), determinando a reabertura/sobrestamento destas contas até o julgamento do TC-001.851/2004-0, foi eficaz e suficiente para dar a devida solução, à época, ao recurso de revisão interposto pelo MPTCU. Nesse sentido, entendemos que estas contas devam retornar ao seu status quo ante ao sobrestamento, considerando-se que nelas não se produziram os impactos que, potencialmente, justificaram a sua reabertura, proposta pelo MPTCU (fl. 3). Destarte, observando o princípio da instrumentalidade das formas, opinamos pelo encaminhamento dos autos na forma a seguir sugerida, que visa alcançar, sobretudo, a celeridade e a efetividade processual.

11. Isto posto, em cumprimento ao decidido pelo Plenário deste Tribunal que aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata n. 25, publicada em 26/6/2009, fl. 35-A), mas levando-se em conta os princípios da economia e celeridade processual, racionalidade e razoabilidade administrativa, com base, ainda, propomos o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro-Relator AUGUSTO NARDES, com a seguinte proposta:

a) arquivar as presentes contas, sem a reapreciação do mérito, mantendo-se em seus exatos termos o Acórdão nº 2.909/2004-TCU-1ª Câmara, tendo em vista que a tomada de contas especial TC-001.851/2004-0 foi julgada na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008 (Acórdão 1.269/2008-TCU-1ª Câmara), sem produzir qualquer impacto modificativo/negativo, que maculasse a gestão dos administradores da Ceasa/MG, relativas ao exercício de 2003;

b) dar conhecimento da medida ao MPTCU, autor do recurso de revisão interposto nestas contas da Central de Abastecimento de Minas Gerais-Ceasa/MG, exercício de 2003;

c) determinar o apensamento do TC-001.851/2004-0 a estas contas, nos termos dos arts. 34 e 36 da Resolução-TCU nº 191/2006.

2. O Ministério Público junto ao TCU, representado pela Subprocuradora-Geral, Maria Alzira Ferreira, em cota singela à fl. 48-v, anexo 1, endossa as conclusões da unidade técnica.

É o relatório

Voto do Ministro Relator

O presente recurso de revisão foi interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, com fulcro no art. 35, inciso III, da Lei nº 8.443/1992 c/c art. 288, § 2º do Regimento Interno TCU, em face da possibilidade de apuração de débito nos autos do TC-001.851/2004-0 que pudesse macular as contas do responsável, exercício de 2003, consoante Acórdão nº 2.144/2005-Primeira Câmara.

2. Acontece que, conforme visto no relatório precedente, os motivos que levaram o parquet especializado a interpor a peça recursal revisional visando à modificação do julgamento das contas do exercício 2003 não mais subsistem, em face do que restou assente no Acórdão nº 11.269/2008-TCU-1ª Câmara, por meio do qual, em sede do processo de tomada de contas especial, as contas do responsável foram julgadas regulares com ressalva.

3. Concorde com as conclusões da Secex/MG de que, no mérito, o julgamento da TCE não impactou as contas da Ceasa-MG, exercício de 2003, porquanto as irregularidades apontadas na representação convertida em TCE foram afastadas sem macular a gestão do responsável.

4. Assim, em que pese a admissibilidade precária do recurso à fl. 35, considerando que a superveniente e manifesta perda de objeto é uma das hipóteses que autorizam o relator ou o colegiado a não conhecer de recurso de revisão, com vênias aos pareceres da unidade técnica e do MP/TCU, entendo mais adequado como desfecho dos presente autos o não-conhecimento do recurso de revisão, com fulcro no § 2º do art. 278 do Regimento Interno, verbis:

"Entendendo não ser admissível, mesmo que por motivo decorrente de erro grosseiro, má-fé ou atitude protelatória, ou por estar prejudicado em razão da manifesta perda de seu objeto, o relator, ouvido o Ministério Público, quando cabível, não conhecerá do recurso mediante despacho fundamentado ou, a seu critério, submetê-lo-á ao colegiado." (Grifei)

Por essas razões, divergindo parcialmente da unidade técnica e do Ministério Público junto ao TCU, apenas quanto ao modo de finalização deste processo, VOTO por que seja adotada a deliberação que ora submeto a este Colegiado.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 27 de janeiro de 2010.

AUGUSTO NARDES

Relator

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revisão interposto contra o Acórdão nº 2.909/2004-TCU-1ª Câmara,

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no artigo 169, inciso II, do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, em:

9.1. não conhecer do recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão nº 2.909/2004-TCU-1ª Câmara, por perda superveniente de objeto;

9.2 dar conhecimento desta deliberação ao recorrente;

9.3. arquivar os autos

Quorum

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Walton Alencar Rodrigues, Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro, José Jorge e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditor convocado: Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Auditores presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Publicação

Ata 02/2010 - Plenário

Sessão 27/01/2010

Aprovação 27/01/2010

Dou 29/01/2010

Responsável pela implementação: Gestor da empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor responsável pela implementação: DEJUR

Providências adotadas: Acatou a recomendação do TCU ressaltando as possibilidades no que tange as esferas civis e criminais, pois são independentes e incomunicáveis.

ACÓRDÃO 170/2010 – PLENÁRIO

Natureza: Recurso de Revisão

Entidade: Entidade : Ceasa/MG

Interessados: Recorrente: Ministério Público junto ao TCU

Sumário : recurso de revisão. Contas julgadas regulares com ressalva. Supostas irregularidades ensejadoras de reabertura das contas. Conhecimento. Não caracterização das irregularidades apontadas. Desnecessidade de revisão. Não provimento.

1. Inexistindo fatos novos que justifiquem a alteração do acórdão recorrido ou ausente o liame de responsabilidade entre os recorridos e os achados de auditoria que fundamentaram a interposição da peça recursal, nega-se provimento ao recurso

Assunto: Recurso de Revisão

Ministro Relator: Augusto Nardes

Relator da Deliberação Recorrida: Iram Saraiva

Representante do Ministério Público: Lucas Rocha Furtado

Unidade Técnica: Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG

Advogado Constituído nos Autos : Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668) e Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098)

Dados Materiais : (c/ 1 anexo)

Relatório do Ministro Relator

Adoto como parte do relatório a instrução a cargo do Auditor da Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais, às fls. 53/54 do Anexo 1, a seguir transcrita, com os ajustes de forma que julgo pertinentes, a qual contou com a anuência do Diretor e do Titular da Unidade Técnica:

"Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo Subprocurador-Geral da Paulo Soares Bugarin (fls. 1/3, Anexo 1), contra a deliberação inserta na Relação nº 11/2002-TCU-1ª Câmara-Ata nº 3/2002 (fl. 97, vol. Principal), que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - CEASA/MG, referentes ao exercício de 2000, dando quitação aos responsáveis.

2. O fundamento do recurso foi a possível existência de irregularidades ocorridas na CEASA-MG, no período de maio de 2000 a dezembro de 2002, na gestão do ex-presidente, Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende. Tais irregularidades foram objeto de apuração no processo de Representação (TC- 001.851/2004-0), o qual foi convertido posteriormente em TCE (Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara).

3. O recurso foi conhecido conforme proposta da admissibilidade (fls. 8/9, Anexo 1), tendo sido determinado seu sobrestamento pelo relator, Ministro Guilherme Palmeira, nos termos do despacho de fl. 35, deste anexo.

4. Por seu turno, em Sessão Ordinária de 24/6/2009, o Plenário deste Tribunal aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata nº 25, publicada em 26/6/2009, que afeta o trâmite processual do presente recurso, pois atribui à Unidade Técnica responsável pela condução do processo que deu causa à reabertura das contas (TC- 001.851/2004-0) a competência para realizar o exame de mérito das contas reabertas em face deste Recurso de Revisão.

8. Em razão do parecer da Serur (fls. 42/43), os presentes autos foram encaminhados a esta Secex/MG para prosseguimento da instrução do presente Recurso de Revisão, e assim o fazemos a partir de então.

9. Podemos considerar que o recurso de revisão foi interposto pelo MP/TCU em 30/11/2006 (fls. 1/3). Naquela oportunidade, o TC-001.851/2004-0 [motivo para o pedido de abertura das presentes contas] encontrava-se em fase de saneamento. Consideramos desarrazoado juntar cópia dos vários atos processuais ocorridos a partir da conversão da representação em TCE, por força do Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara), em razão do princípio da racionalidade administrativa.

10. Todavia, o TC-001.851/2004-0 foi apreciado na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008, julgada regulares com ressalva as contas do responsável Flávio Ferreira de Lara Resende (ex-presidente da Ceasa/MG), dando-lhe quitação, determinando-se, ainda, a exclusão da empresa Point Park Serviços de Estacionamento S/C Ltda. da relação processual (v. Acórdão nº 1.269/2008-TCU-1ª Câmara, fl. 52 deste anexo).

11. Dessa forma, do ponto de vista de mérito, não houve impacto nestas contas da Ceasa/MG, exercício de 2003, sobretudo porque todas as irregularidades apontadas na representação convertida em TCE, dentre elas as inseridas no corpo da peça recursal do MP/TCU (fls. 103) foram resolvidas sem afetar/macular a gestão dos responsáveis daquelas contas, seja do aspecto financeiro, contábil, orçamentário ou patrimonial.

12. Sob a ótica formal/processual, a questão de ordem suscitada em caráter geral (fls. 41/41-v), não teria o condão de produzir efeitos objetivos nestas contas, considerando-se o julgamento do processo sobrestante (TC-001.851/2004-0) ter ocorrido em 29/4/2008 (v. item 10 supra).

13. Vale dizer que o despacho do Ministro-Relator Guilherme Palmeira (fls. 35), determinando a reabertura/sobrestamento destas contas até o julgamento do TC-001.851/2004-0, à época foi eficaz e suficiente para dar a devida solução ao recurso de revisão interposto pelo MPTCU. Nesse sentido, entendemos que estas contas devam retornar ao seu "status quo ante" ao sobrestamento, considerando-se que nelas não se produziram os impactos que, potencialmente, justificaram a sua reabertura, proposta pelo MP/TCU (fl. 03). Destarte, observando o princípio da instrumentalidade das formas, opinamos pelo encaminhamento dos autos na forma a seguir sugerida, que visa alcançar, sobretudo, a celeridade e a efetividade processual.

14. Isto posto, em cumprimento ao decidido pelo Plenário deste Tribunal que aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata n. 25, publicada em 26/6/2009, fls. 41-A), mas levando-se em conta os princípios da economia e celeridade processual, racionalidade e razoabilidade administrativa, propomos o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro-Relator Augusto Nardes, com a seguinte proposta:

a) arquivar as presentes contas, sem a reapreciação do mérito, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação inserta na Relação nº 11/2002-TCU-1ª Câmara-Ata nº 3/2002, Ministro Iram Saraiva, tendo em vista que a tomada de contas especial TC-001.851/2004-0 foi julgada na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008 (Acórdão nº 1.269/2008-TCU-1ª Câmara), sem produzir qualquer impacto modificativo/negativo que maculasse a gestão dos administradores da Ceasa/MG, relativas ao exercício de 2000;

b) dar conhecimento da medida ao MP/TCU, autor do recurso de revisão interposto nestas contas da Central de Abastecimento de Minas Gerais - Ceasa/MG, exercício de 2000."

2. Ouvido o Ministério Público, pronunciou-se o Procurador-Geral Lucas Rocha Furtado, nos seguintes termos:

"O presente processo trata de Recurso de Revisão interposto por este Ministério Público, por intermédio do Exmo. Subprocurador-Geral Paulo Bugarin, nos autos da Prestação de Contas referente ao exercício de 2000 das - Ceasa/MG.

Com as vênias de praxe, discordo da proposta da Unidade Técnica quanto ao arquivamento dos autos. Ocorre que o recurso em exame não atende a qualquer dos requisitos de arquivamento prescritos no artigo 169 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União.

Entendemos que, alternativamente à proposta de arquivamento, o presente recurso mereça ser antes julgado, para, só assim, ser arquivado.

Os indícios de irregularidade que fundaram o pedido recursal desta Procuradoria foram descaracterizados por força do julgamento do TC-001.851/2004-0. Referido processo tratou de Representação acerca do que antes se supunha pudessem ser irregularidades cometidas no âmbito do CEASA/MG no período das presentes contas. Convertida a Representação em TCE, as contas dos administradores da entidade foram julgadas regulares com ressalva, na Sessão de 29/4/2008 da Primeira Câmara.

Muito embora a descaracterização dos indícios de irregularidade possam pressupor, equivocadamente, perda de objeto do recurso em pauta, entendo, de forma distinta, tratar-se meramente de ausência de fundamentos para condenação do responsável, a implicar o devido desprovimento do presente recurso."

É o Relatório

Voto do Ministro Relator

Em apreciação recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra a deliberação inserta na Relação nº 11/2002-TCU-1ª Câmara-Ata nº 3/2002 (fl. 97, vol. Principal), que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2000, dando quitação aos responsáveis.

2. As irregularidades que motivaram a interposição do recurso foram apuradas no processo de Representação (TC 001.851/2004-4), convertida em tomada de contas especial (Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara).

3. Mediante despacho de fl. 35 deste anexo, o então Relator, Ministro Guilherme Palmeira, determinou o sobrestamento deste recurso de revisão até decisão de mérito quanto às irregularidades que o motivaram.

4. Contrapondo as irregularidades mencionadas no recurso apresentado pelo MP/TCU (fls.1 /3, Anexo 1), com as analisadas pela unidade técnica, no âmbito do TC 001.851/2004-0 (fls. 44/49, Anexo 1), verifico que todas foram afastadas, com o aval do representante do parquet especializado (fls. 50/51 do Anexo1).

5. Em razão disso, esta Corte prolatou, naquele processo, o Acórdão nº 1.629/TCU-1ª Câmara, em que julgou regulares com ressalva as contas do responsável Flávio Ferreira de Lara Resende (ex-Presidente da Ceasa/MG), dando-lhe quitação e determinando a exclusão da empresa Point Park Serviços de Estacionamento S/C Ltda. da relação processual.

6. Alinhando-me, portanto, ao entendimento expendido na instrução da Secex/MG, considero que as supostas irregularidades apontadas pelo MP/TCU foram descaracterizadas, razão pela qual o julgamento das contas da Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2000, não merece reparo.

7. Todavia, como bem alerta o Parquet especializado, a conclusão esperada, como sugere a unidade técnica, não é o arquivamento do presente recurso, mas o seu julgamento prévio, antes de arquivá-lo, pois, "muito embora a descaracterização dos indícios de irregularidade possam pressupor, equivocadamente, perda de objeto (...), trata-se meramente de ausência de fundamentos para condenação do responsável, a implicar o devido desprovemento do presente recurso."

8. Feitas essas considerações, com arrimo nos fundamentos e análises lançados pela Secex/MG, concluo pela negativa de provimento ao recurso.

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal de Contas da União aprove o acórdão que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 10/02/ 2010.

AUGUSTO NARDES

Relator

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto pelo MP/TCU contra deliberação inserta na Relação nº 11/2002-TCU-1ª Câmara-Ata nº 3/2002, que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2000, dando quitação aos responsáveis,

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer, com base no art. 32, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, do presente recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao recorrente

Quorum

13.1. Ministros presentes: Valmir Campelo (na Presidência), Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Aroldo Cedraz, Raimundo Carreiro e José Múcio Monteiro.

13.2. Auditores convocados: Augusto Sherman Cavalcanti e Marcos Bemquerer Costa.

13.3. Auditores presentes: André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Publicação

Ata 04/2010 - Plenário

Sessão 10/02/2010

Responsável pela implementação: Gestor da empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor responsável pela implementação: DEJUR

Providências adotadas: Acatou a recomendação do TCU ressaltando as possibilidades no que tange as esferas civis e criminais, pois são independentes e incomunicáveis.

Acórdão 1442/2010 - Plenário

Natureza: Recurso de Revisão

Entidade: Entidade: - Ceasa/MG

Interessados: Recorrente: Ministério Público junto ao TCU

Sumário: prestação de contas. Regularidade com ressalva. Recurso de revisão. Interposição pelo mp/tcu. Supostas irregularidades ensejadoras de reabertura das contas. Conhecimento. Não caracterização. Desnecessidade de revisão. Não provimento.

Inexistindo fatos novos que justifiquem a alteração do acórdão recorrido ou ausente o liame de responsabilidade entre os recorridos e os achados de auditoria que fundamentaram a interposição da peça recursal, nega-se provimento ao recurso

Assunto

Recurso de Revisão

Ministro Relator

AUGUSTO NARDES

Relator da Deliberação Recorrida

LINCOLN MAGALHÃES DA ROCHA

Representante do Ministério Público

Júlio Marcelo de Oliveira

Unidade Técnica

Secretaria de Recursos - Serur e Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG

Advogado Constituído nos Autos

Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668) e Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098)

Dados Materiais

c/ 1 volume e 1 anexo)

Relatório do Ministro Relator

Adoto como parte do relatório a instrução a cargo do Auditor Federal de Controle Externo lotado na Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais - Secex/MG, às fls.

29/30 do Anexo 1, a seguir transcrita, com os ajustes de forma que julgo pertinentes, a qual contou com a anuência do Gerente de Divisão e do Titular da unidade técnica:

"Trata-se de Recurso de Revisão interposto pelo Ministério Público junto ao Tribunal de Contas da União, representado pelo Subprocurador-Geral da Paulo Soares Bugarin (fls. 1/3, Anexo 1), contra o Acórdão nº 2183/2003 - TCU - 1ª Câmara, inserto na Relação nº 218/2003-Gabinete Ministro Substituto Lincoln Magalhães da Rocha - Ata nº 35/2003 (fls. 98/99, v.p.), que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - CEASA/MG, referentes ao exercício de 2001, dando quitação aos responsáveis.

2. O fundamento do recurso foi a possível existência de irregularidades ocorridas na CEASA-MG, no período de maio de 2000 a dezembro de 2002, na gestão do ex-presidente, Sr. Flávio Ferreira de Lara Resende. Tais irregularidades foram objeto de apuração no processo de Representação (TC- 001.851/2004-0), o qual foi convertido posteriormente em TCE (Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara).

3. O recurso foi conhecido conforme proposta da admissibilidade (fls. 8/9, Anexo 1), tendo sido determinado seu sobrestamento pelo relator, Ministro Guilherme Palmeira, nos termos do despacho de fl. 35, deste anexo.

4. Por seu turno, em Sessão Ordinária de 24/6/2009, o Plenário deste Tribunal aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata nº 25, publicada em 26/6/2009, que afeta o trâmite processual do presente recurso, pois atribui à Unidade Técnica responsável pela condução do processo que deu causa à reabertura das contas (TC- 001.851/2004-0) a competência para realizar o exame de mérito das contas reabertas em face deste Recurso de Revisão.

8. Em razão do parecer da Serur (fls. 18/19), os presentes autos foram encaminhados a esta Secex/MG para prosseguimento da instrução do presente Recurso de Revisão, e assim o fazemos a partir de então.

9. Podemos considerar que o recurso de revisão foi interposto pelo MP/TCU em 30/11/2006 (fls. 1/3). Naquela oportunidade, o TC-001.851/2004-0 [motivo para o pedido de abertura das presentes contas] encontrava-se em fase de saneamento. Consideramos desarrazoado juntar cópia dos vários atos processuais ocorridos a partir da conversão da representação em TCE, por força do Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara), em razão do princípio da racionalidade administrativa.

10. Todavia, o TC-001.851/2004-0 foi apreciado na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008, julgado regulares com ressalva as contas do responsável Flávio Ferreira de Lara Resende, dando-lhe quitação, determinando-se, ainda, a exclusão da empresa Point Park Serviços de Estacionamento S/C Ltda. da relação processual (v. Acórdão nº 1.269/2008-TCU-1ª Câmara, fl. 28 deste anexo).

11. Dessa forma, do ponto de vista de mérito, não houve impacto nestas contas da Ceasa/MG, exercício de 2001, sobretudo porque todas as irregularidades apontadas na representação convertida em TCE, dentre elas as inseridas no corpo da peça recursal do MP/TCU (fls. 1/3) foram resolvidas sem afetar/macular a gestão dos responsáveis daquelas contas, seja do aspecto financeiro, contábil, orçamentário ou patrimonial.

12. No aspecto formal/processual, a questão de ordem suscitada em caráter geral (fls. 17-/17-v), não teria o condão de produzir efeitos objetivos nestas contas, considerando-se o julgamento do processo sobrestante (TC-001.851/2004-0) ter ocorrido em 29/4/2008 (v. item 10 supra).

13. Vale dizer que o despacho do Ministro-Relator Guilherme Palmeira (fl. 17), determinando a reabertura/sobrestamento destas contas até o julgamento do TC-001.851/2004-0, à época foi eficaz e suficiente para dar a devida solução ao recurso de revisão interposto pelo MPTCU. Nesse sentido, entendemos que estas contas devam retornar ao seu status quo ante ao sobrestamento, considerando-se que nelas não se produziram os impactos que,

potencialmente, justificaram a sua reabertura, proposta pelo MP/TCU (fl. 3 deste anexo). Destarte, observando o princípio da instrumentalidade das formas, opinamos pelo encaminhamento dos autos na forma a seguir sugerida, que visa alcançar, sobretudo, a celeridade e a efetividade processual.

14. Isto posto, em cumprimento ao decidido pelo Plenário deste Tribunal que aprovou Questão de Ordem (conforme Anexo III da Ata nº 25, publicada em 26/6/2009), mas levando-se em conta os princípios da economia e celeridade processual, racionalidade e razoabilidade administrativa, propomos o encaminhamento dos autos ao Gabinete do Ministro-Relator Augusto Nardes, com a seguinte proposta:

a) arquivar as presentes contas, sem a reapreciação do mérito, mantendo-se em seus exatos termos o Acórdão nº 2183/2003-TCU-1ª Câmara - Ata nº 35/2003 (fls. 98/99, v.p.), tendo em vista que a tomada de contas especial TC-001.851/2004-0 foi julgada na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29/4/2008 (Acórdão nº 1.269/2008-TCU-1ª Câmara), sem produzir qualquer impacto modificativo/negativo, que maculasse a gestão dos administradores da Ceasa/MG, relativas a 2001;

b) dar conhecimento da medida ao MP/TCU, autor do recurso de revisão interposto nestas contas da Central de Abastecimento de Minas Gerais - Ceasa/MG, exercício de 2001."

2. Ouvido o Ministério Público, pronunciou-se o Procurador Júlio Marcelo de Oliveira, nos seguintes termos (fls. 31/32, Anexo 1):

"Trata-se de recurso de revisão (fls. 1/3), interposto pelo Ministério Público junto ao TCU, contra o Acórdão 2.183/2003 - 1ª Câmara, que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - Ceasa/MG relativas ao exercício de 2001, dando-se quitação aos responsáveis (fls. 4/6).

O apelo foi manejado em virtude do possível reflexo, na gestão vertente, de irregularidades apuradas no TC-001.851/2004-0, em tramitação nesta Corte à época, que tratou de representação convertida em tomada de contas especial por meio do Acórdão 2.144/2005 - 1ª Câmara. Na peça recursal, o Parquet requereu o conhecimento do feito, afim de reabrir as presentes contas, determinando-se o seu imediato sobrestamento, até que esta Corte proferisse decisão definitiva de mérito no âmbito do TC-001.851/2004-0.

O então Relator do recurso, nobre Ministro Guilherme Palmeira, conheceu do exame preliminar de admissibilidade efetuado pela Serur e autorizou o sobrestamento deste processo até a cessação do motivo determinante, sem prejuízo da efetivação das comunicações sugeridas (fl. 17).

Em cumprimento à questão de ordem aprovada pelo Plenário desta Corte em 24.6.2009 os autos foram encaminhados à Secex/MG para exame, a qual se pronunciou, em uníssono, no sentido de:

a) arquivar as presentes contas, sem a reapreciação do mérito, mantendo-se em seus exatos termos o Acórdão 2.183/2003 - 1ª Câmara, Ata 35/2003 (fls. 98/9, v.p.), tendo em vista que a tomada de contas especial TC-001.851/2004-0 foi julgada na Sessão Ordinária da Primeira Câmara deste Tribunal de 29.4.2008 (Acórdão 1.269/2008 - TCU - 1ª Câmara), sem produzir qualquer impacto modificativo/negativo que maculasse a gestão dos administradores da Ceasa/MG afeta a 2001;

b) dar conhecimento da medida ao MP/TCU, autor do recurso de revisão interposto nestas contas da Ceasa/MG, afetas ao exercício de 2001.

De fato, esta Corte, ao apreciar a tomada de contas especial tratada nos autos do TC-001.851/2004-0, proferiu o Acórdão 1.269/2008 - 1ª Câmara (fl. 28), por meio do qual julgou regulares com ressalva as contas do sr. Flávio Ferreira de Lara Resende, ex-Presidente da Ceasa/MG, dando-lhe quitação, e determinou o arquivamento daquele feito.

Destarte, tendo em vista que a TCE que ensejou o presente recurso não implicou reflexo no mérito desta prestação de contas anual, o melhor encaminhamento para o feito é

conhecer do apelo em vértice e considerá-lo prejudicado por perda de objeto, mantendo-se em seus exatos termos o aresto recorrido.

Ante o exposto, manifesta-se o Ministério Público no sentido de:

a) conhecer do presente recurso de revisão, para considerá-lo prejudicado por perda de objeto, mantendo-se em seus exatos termos o Acórdão 2.183/2003 - 1ª Câmara, considerando que a tomada de contas especial tratada no TC-001.851/2004-0, que ensejou o apelo, foi julgada, sem produzir qualquer impacto modificativo/negativo que maculasse a gestão dos administradores da Ceasa/MG afeta ao exercício de 2001 (Acórdão 1.269/2008 - TCU - 1ª Câmara);

b) dar conhecimento, ao MP/TCU, da decisão que sobrevier."

É o Relatório

Voto do Ministro Relator

VOTO

Em apreciação recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão nº 2.183/2003-TCU-1ª Câmara, inserto na Relação nº 218/2003 - Gabinete Ministro Substituto Lincoln Magalhães da Rocha - Ata nº 35/2003, que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2001, dando quitação aos responsáveis.

2. As irregularidades que motivaram a interposição do recurso foram apuradas no processo de Representação (TC 001.851/2004-4), convertida em tomada de contas especial (Acórdão nº 2.144/2005-TCU-1ª Câmara).

3. Mediante despacho de fl. 17 deste anexo, o então Relator, Ministro Guilherme Palmeira, determinou o sobrestamento deste recurso de revisão até decisão de mérito quanto às irregularidades que o motivaram.

4. Contrapondo as irregularidades mencionadas no recurso apresentado pelo MP/TCU (fls. 1/3, Anexo 1), com as analisadas pela unidade técnica, no âmbito do TC 001.851/2004-0 (fls. 20/25, Anexo 1), verifico que todas foram afastadas, com o aval do representante do Parquet especializado (fls. 26/27 do Anexo1).

5. Em razão disso, esta Corte prolatou, naquele processo, o Acórdão nº 1.629/TCU-1ª Câmara, em que julgou regulares com ressalva as contas do responsável Flávio Ferreira de Lara Resende (ex-Presidente da Ceasa/MG), dando-lhe quitação e determinando a exclusão da empresa Point Park Serviços de Estacionamento S/C Ltda. da relação processual.

6. Alinhando-me, portanto, ao entendimento expendido na instrução da Secex/MG, considero que as supostas irregularidades apontadas pelo MP/TCU foram descaracterizadas, razão pela qual o julgamento das contas da Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2001, não merece reparo.

7. Todavia, assim como procedi no âmbito do TC-013.793/2001-3, em concordância com o parecer do Parquet especializado naquela ocasião, a conclusão esperada, como sugerem a unidade técnica e o MP/TCU, não é o arquivamento do presente recurso, mas o seu julgamento prévio, antes de arquivá-lo, pois, muito embora a descaracterização dos indícios de irregularidade possam pressupor, equivocadamente, perda de objeto, trata-se meramente de ausência de fundamentos para condenação do responsável, a implicar o devido desprovemento do presente recurso.

8. Feitas essas considerações, com arrimo nos fundamentos e análises lançados pela Secex/MG, concluo pela negativa de provimento ao recurso.

Ante o exposto, VOTO por que o Tribunal de Contas da União aprove o acórdão que submeto a este Plenário.

TCU, Sala das Sessões Ministro Luciano Brandão Alves de Souza, em 23/06/2010.

AUGUSTO NARDES

Relator

Acórdão

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se aprecia recurso de revisão interposto pelo Ministério Público junto ao TCU contra o Acórdão nº 2.183/2003-TCU-1ª Câmara, inserto na Relação nº 218/2003 - Gabinete Ministro Substituto Lincoln Magalhães da Rocha - Ata nº 35/2003, que julgou regulares com ressalva as contas da empresa - Ceasa/MG, referentes ao exercício de 2001, dando quitação aos responsáveis,

ACORDAM os Ministros do Tribunal da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. com base no art. 32, inciso III, da Lei nº 8.443, de 1992, conhecer do presente recurso de revisão e, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo-se em seus exatos termos a deliberação recorrida;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do Relatório e Voto que a fundamentam, ao recorrente

Quorum

13.1. Ministros presentes: Ubiratan Aguiar (Presidente), Valmir Campelo, Walton Alencar Rodrigues, Augusto Nardes (Relator), Raimundo Carreiro e José Jorge.

13.2. Auditor convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Auditores presentes: Marcos B. Costa, André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira

Publicação

Ata 22/2010 - Plenário

Sessão 23/06/2010

Aprovação 30/06/2010

Dou 30/06/2010

Responsável pela implementação: Gestor da empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor responsável pela implementação: DEJUR

Providências adotadas: Acatou a recomendação do TCU ressaltando as possibilidades no que tange as esferas civis e criminais, pois são independentes e incomunicáveis.

11 RECOMENDAÇÕES DO CONTROLE INTERNO

No Exercício de 2010 a CEASAMINAS não foi auditada pela Controladoria Geral da União.

RECOMENDAÇÕES DA CGU RELATÓRIO Nº 224842/2008

11.1 Processos Licitatórios

RECOMENDAÇÃO: 001

Abster-se de incluir nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo da licitação, ante a vedação imposta no inciso I do § 1º do artigo 3º da Lei nº 8.666/93.

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor Responsável pela implementação: Departamento Jurídico /CPL

Providências adotadas

Os Editais de licitação foram alterados objetivando sanar as falhas apontadas

11.2 Aditamento do Contrato de Terceirização 12/2007, sem justificativa técnica

RECOMENDAÇÃO: 001

Elaborar, nas alterações dos valores e quantitativos originalmente, justificativas técnicas contendo as razões da necessidade dessas alterações e os critérios adotados para o cálculo dos novos valores acordados, de forma a dar cumprimento à Lei nº 8.666/93, art. 65, "caput".

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor Responsável pela implementação: Departamento Jurídico

Providências adotadas: Os Editais de licitação foram alterados objetivando sanar as falhas.

11.3 Gestão do suprimento de bens/serviços

Falhas quanto à atualização cadastral dos concessionários e/ou permissionários e regularização incompleta para o caso de todos os Contratos de Concessão de Uso.

RECOMENDAÇÃO: 001

Realizar a atualização cadastral dos concessionários e/ou permissionários de forma completa, com vistas a dar cumprimento integral ao Acórdão TCU nº 1398/2007 - Plenário.

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa: João Alberto Paixão Lages

Setor Responsável pela implementação: Departamento Jurídico

Providências adotadas: Existem atualmente 787 (setecentos e oitenta e sete) contratos sendo que existem alguns pendentes de regularização.

- 20 Estão sendo objetos de demanda de reintegração de posse.

RECOMENDAÇÃO: 002

Completar a regularização dos contratos de concessão de direito de uso firmados pela Ceasaminas, de forma a dar cumprimento ao Acórdão TCU nº 1398/2007 - Plenário.

Responsável pela implementação: Gestor da Empresa: João Alberto Paixão Lages

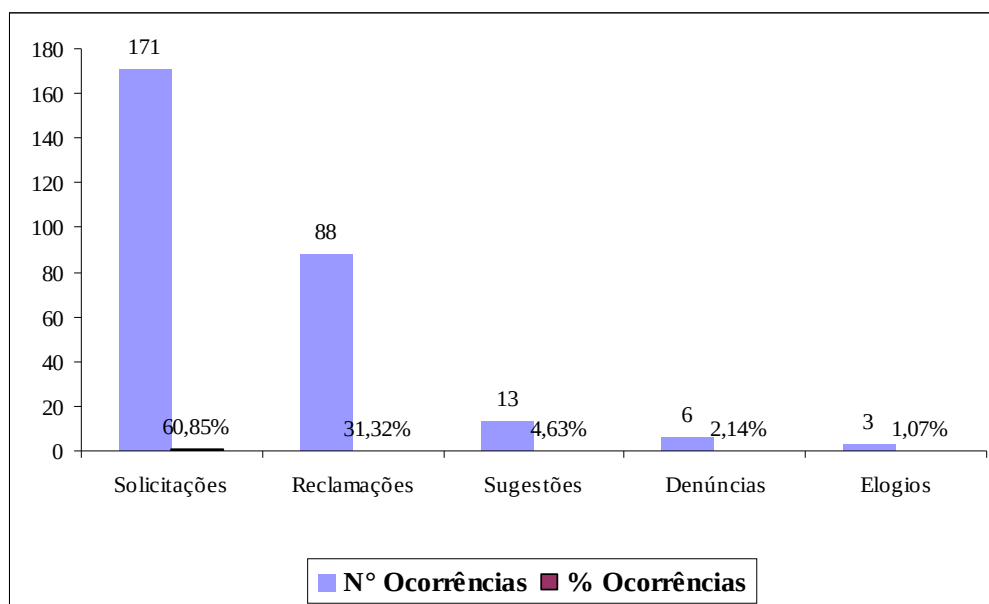
Setor Responsável pela implementação: Setor de cadastro

Providências adotadas: Está solicitando aos lojistas todas as certidões negativas desatualizadas

12 OUVIDORIA DA CEASAMINAS

No exercício das funções institucionais da Ouvidoria da CeasaMinas, no ano de 2010, observou-se a redução em torno de 16% (dezesseis por cento) do número de manifestações enviadas, em relação ao ano anterior. O ano de 2010 foi contemplado com 281 (duzentas e oitenta e uma) manifestações, distribuídas entre as modalidades: Sugestão, Elogio, Denúncia, Reclamação e Solicitação. A maior parte da demanda continua sendo relativa às Solicitações, que representaram no período 60,85% (sessenta vírgula oitenta e cinco por cento), sendo que os demais tipos de manifestação apresentaram homogeneidade na distribuição.

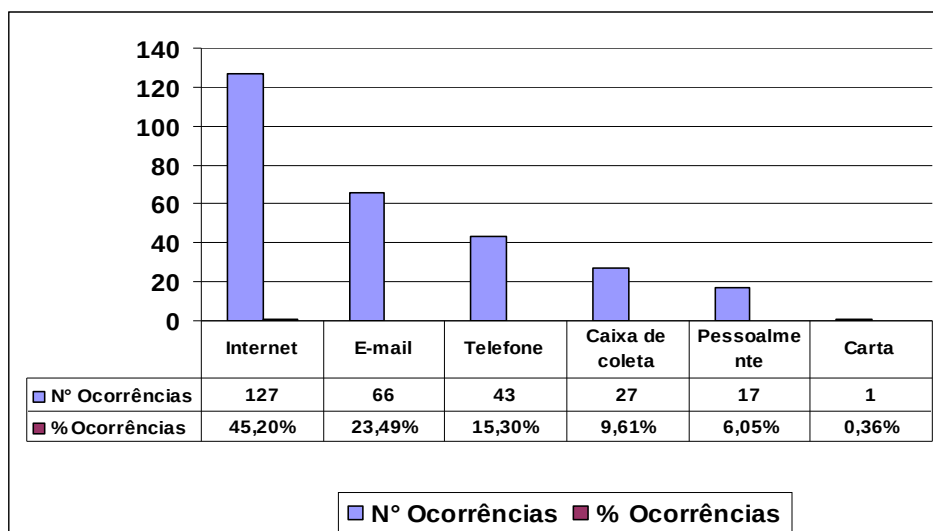
Gráfico 1



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

O atendimento da Ouvidoria é realizado por meio de telefone, fax, e-mail, internet, caixa de coleta, carta e pessoalmente sobre questões que os setores normais não solucionaram, negocia soluções com essas pessoas e dá encaminhamento às soluções, sendo que cada caso tem uma conclusão, relatório e arquivamento.

Gráfico 2

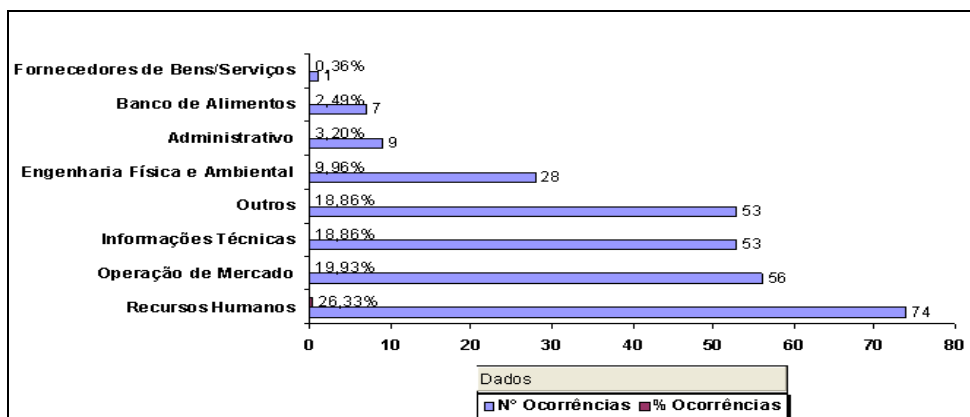


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

O gráfico 2 demonstra que em 2010, a maioria das manifestações se deu por meio do acesso pela Internet, representando 45,2 % (quarenta e cinco vírgula dois por cento)

As manifestações recebidas pela Ouvidoria são divididas em grupos específicos classificados por tema. Os grupos de assuntos estão classificados de acordo com a pertinência temática da competência de cada setor da CeasaMinas.

Gráfico 3

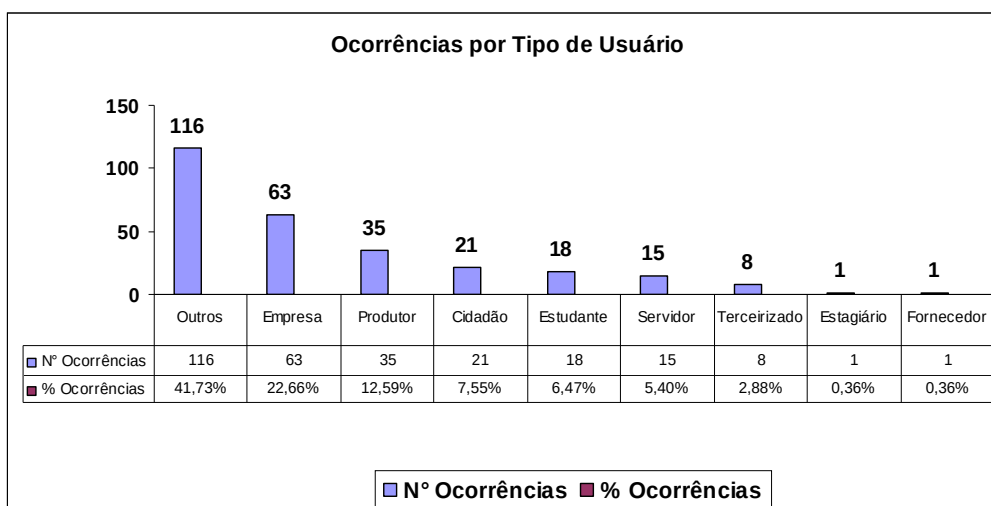


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

O gráfico 3 demonstra que em 2010 a maioria das manifestações recebidas, 22,01% (vinte e dois vírgula zero um por cento), foram aquelas pertinentes ao Grupo de Assuntos denominado Recursos Humanos. Esse crescimento em relação ao ano anterior de deu pelo advento da realização de Concurso Público pela CeasaMinas em 2009 e a consequente busca de informações acerca das convocações dos aprovados.

Os usuários da Ouvidoria também tem a sua classificação e consequente análise sobre os tipos de usuários conforme a seguir:

Gráfico 4

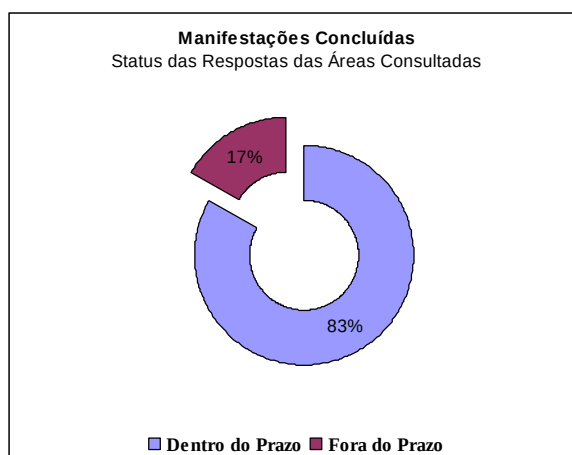


Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

O gráfico 4 mostra o perfil do usuário que utiliza os o serviço de Ouvidoria da CeasaMinas, com destaque para Empresa, 22,66% (vinte e dois vírgula sessenta e seis por cento) e Produtor que representa outros 12,59% (doze vírgula cinqüenta e nove por cento) do total de ocorrências.

O prazo de resposta do setor consultado é de 05 dias úteis, prorrogáveis por igual período, desde que justificado, e que o prazo de resposta ao ouvinte é de 07 dias úteis, sendo que todos os prazos são contados a partir da data de encaminhamento da manifestação à área competente.

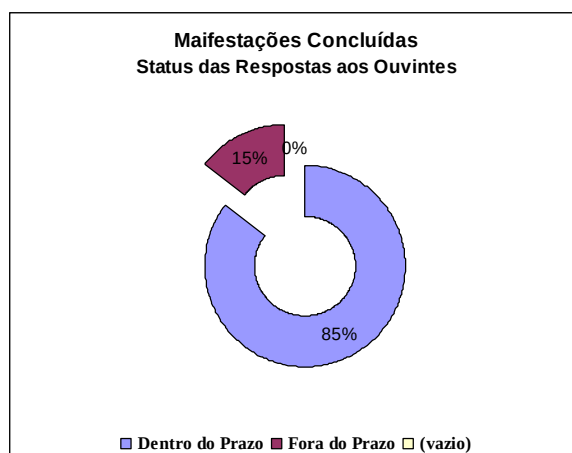
Gráfico 5



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

O gráfico 05 demonstra que 83% (oitenta e três por cento) das manifestações foram respondidas pelas áreas consultadas dentro do prazo.

Gráfico 6



Fonte: Ouvidoria (Banco de dados dos registros de atendimentos realizados em 2010)

PROCESSOS LICITATÓRIOS 2010				
Relatório nº	Processos Entregues à AUDIN	Processos Fracassados	Processos Homologados	Processos Auditados
9	2	-	2	2
13	7	5	2	2
23	3	2	1	1
32	3	-	3	3
37	4	3	1	1
47	2	1	1	1
49*	4	-	4	4
50*	4	-	4	4
58	18	4	14	3
64	8	2	6	2
Total	55	17	38	23

Processos homologados (%) 69,09
Processos homologados auditados (%) 60,53

*Nos meses de setembro/outubro ocorreu uma situação atípica, com o repasse de 111 processos licitatórios à AUDIN, a maioria referentes aos exercícios de 2008 e 2009. Impossibilitada de analisar integralmente tantos processos, a AUDIN selecionou e auditou, por meio de amostragem, uma parcela dos mesmos.

9 - FATOS RELEVANTES DE NATUREZA ADMINISTRATIVA OU ORGANIZACIONAL COM IMPACTO SOBRE AUDITORIA INTERNA:

RISCO DE AUDITORIA

Foram estabelecidos os objetivos tendo como base uma análise de riscos, através do trabalho realizado pelo grupo de auditores internos da CeasaMinas, submetendo este trabalho, para validação do corpo técnico da CGU – Controladoria Geral da União.

O trabalho de análise de risco deve ser continuamente melhorado, devendo ser sistematicamente revisto, acompanhando as mudanças na legislação, o crescimento da empresa, a disponibilidade orçamentária e a evolução da tecnologia.

Depois de escolhido um processo, o primeiro passo é identificar quais são as suas possíveis falhas, avaliar o que pode estar saindo errado no processo, para em seguida propor uma revisão dos controles que deverão ser monitorados, a fim de reduzir o risco ou eliminá-lo.

Este trabalho segue a seguinte estrutura:

Item: Identifica a atividade.

Risco: elenca os prováveis impactos.

Controle: Elenca os possíveis procedimentos, que seguidos poderão evitar os riscos ou minimizar seus impactos.

9.1. Execução Orçamentária.

Risco:

A não execução das Receitas;

A forma de execução das Despesas.

Controle:

Verificar as diretrizes estabelecidas;

Verificar se a Unidade cumpriu com as diretrizes;

Comprovar a observância dos dispositivos legais;

Determinar a materialidade das eventuais divergências encontradas;

Alertar para a correção dos desvios.

Resultado Esperado: Que a arrecadação se efetive, e que as despesas se mantenham no nível desejado.

9.2. Auditoria Relatório Inventário Físico do Caixa.

Risco:

Falta de recurso no caixa;

Divergência entre valor contabilizado e valor utilizado;

Utilização inadequada de recursos.

Controle:

Verificar se foi feita a contagem de caixa;

Verificar a coerência de informações entre a Contabilidade e a Tesouraria.

Resultado Esperado: A utilização correta das contas bancárias, e o controle dos saldos relevantes.

9.3. Balancete.

Risco

Ativo Super-avaliado;

Despesa Super-avaliada;

Passivo Sub-avaliado;

Receita Sub-avaliada.

Controle:

Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Super-avaliação;

Aplicar os procedimentos básicos de auditoria do teste para Sub-avaliação.

Resultado Esperado:

Que as contas tenham um comportamento previsível e permaneçam com bons os índices financeiros.

9.4. Deptº Financeiro – Seção de Tesouraria.

Risco

Erro no lançamento entre contas bancárias;

Falta de registro de aplicações financeiras;

Falta de registro de transferências;

Valor elevado de numerário em trânsito.

Controle:

Identificar os tipos de contas de movimentação (contas de movimento, contas de depósitos, contas de cobrança);

Identificar as contas de aplicação;

Verificar as contas de transferências;

Verificar as contas de valores em trânsito.

Resultado Esperado: Que efetue os pagamentos dentro do prazo, e tenha bons controles de entrada e saída de numerário.

9.5. Deptº Financeiro – Seção de Cobrança.

Risco:

Recebimentos não efetuados dentro do prazo;

Existência de saldos a receber não confirmados;

Não pagamento de multas e juros de devedores em atraso;

Existência de controles inadequados;

Controle:

Verificar mediante relatório analítico, contas a receber;

Verificar os processos de cobrança;

Verificar as conciliações de contas da contabilidade.

Resultado Esperado: Que a empresa mantenha controles adequados de cobrança, e que possa maximizar os recebimentos.

9.6. Auditoria Relatório Inventário Patrimônio.

Risco:

Cada setor verifica seus próprios bens, quando da assinatura do Termo de Responsabilidade;

Não há fiscalização das saídas dos móveis e equipamentos dos setores;

Existência de bens não localizados;
Desatualização das informações no sistema patrimonial.

Controle:

Verificação do trabalho da Comissão incumbida da verificação física dos bens;
Obrigatoriedade e instrução de preenchimento dos formulários de movimentação de bens;
Apuração de responsabilidade dos bens não localizados;
Treinamento dos funcionários, e sistema adequado para atualização das informações.

Resultado Esperado: Que os bens imobilizados estejam devidamente regularizados, e que tenha um bom controle das aquisições e baixas.

9.7. Deptº de Engº – Manutenção Física e Ambiental.

Risco:

Instalações elétricas em más condições;
Irregularidade nas licitações;

Verificação:

Das condições de segurança e laudo do Corpo de Bombeiros;
Verificação das licitações e dos contratos.

Resultados Esperado: Que a empresa tenha seu equipamento e imóveis em bom estado de funcionamento e de conservação, correndo o menor risco possível.

9.8. Deptº Administrativo – Recursos Humanos.

Risco:

Pagamento de vantagens e benefícios concedidos de forma indevida;
Funcionários em desvio de função;
Funcionários terceirizados ocupando cargos de funcionários efetivos (concursados);
Passivo trabalhista e fiscal.

Controle:

Examinar o cadastro de pessoal do quadro permanente da empresa;
Verificar o controle dos rendimentos, gratificações e benefícios;
Verificar o recolhimento das obrigações.

Resultado Esperado: Adequação dos controles de pessoal a legislação vigente.
Evitar passivo trabalhista e fiscal.

9.9. Processos Licitatórios.

Risco:

Favorecimento a Fornecedores;

Controle:

Verificar se os procedimentos adotados na licitação estão em conformidade com a legislação vigente;

Resultado Esperado: Que a empresa possa obter os produtos e serviços necessários, de acordo com a legislação vigente e os princípios da Administração Pública.

9.10. Auditoria Relatório Inventário Físico de Almoxarifado.

Risco:

Erro na conferência da relação de bens.

Controle:

Verificar os Termos de Responsabilidade de matérias;
Verificar as conciliações contábeis;
Verificar o relatório emitido pela Comissão de Inventário.

Resultado Esperado: Que a Comissão de Inventário Físico de Almoxarifado, tenha desempenhado bem o seu trabalho.

9.11. Deptº Financeiro – Seção de Pagamentos.

Risco:

Critérios inadequados de cobrança;
Existência de favorecimentos;
Não efetivação dos pagamentos nos prazos de vencimento.

Controle:

Examinar as exigibilidades mais relevantes;
Verificar o nível de endividamento da empresa;
Verificar os critérios para pagamento de contas vencidas;
Verificar os prazos de vencimento da conta Fornecedores.

Resultado Esperado: Que a empresa mantenha níveis razoáveis de endividamento, e que os fiscais de contrato cumpram bem a sua função de conferência e acompanhamento dos contratos.

9.12. Deptº Administrativo Seção de Compras.

Risco:

Fracionamento de compras;
Ilegalidade;
Pesquisas de preços com incidência dos mesmos fornecedores;
Nota Fiscal com rasura e data de emissão vencida;

Controle:

Planejamento das necessidades, considerando histórico e projeção de demanda;
Rever os processos de compras;
Considerar os preços do almoxarifado como referência para negociação;
Rodízio de fornecedores,
Consultar novos Fornecedores nos sistemas públicos.
Exigir o documento fiscal devidamente preenchido sem erros ou rasuras.

Resultado Esperado: Que as compras sejam feitas de acordo com a legislação vigente, e que seja evitado o fracionamento de despesas e o favorecimento de fornecedores.

9.13. Deptº Administrativo Seção de Materiais e Patrimônio.

Risco:

Desvio de estoque;

Controle:

Verificar o armazenamento dos materiais;
Verificar o controle de entradas e saídas, dos materiais;
Verificar o inventário e confrontar com a contabilidade;
Verificar as conciliações contábeis.

Resultado Esperado: Que a empresa mantenha um bom controle e distribuição dos bens em estoque.

9.14. Deptº Administrativo – Seção de Expediente.

Risco:

Falta de controle de processos;
Falta de controle de contratos;
Erros na remessa de malotes para Interior;
Falta de controle das contas telefônicas.

Controle:

Verificação dos procedimentos para abertura de processos;
Verificação dos controles de contratos, malotes e contas telefônicas.

Resultado Esperado:

Que o setor mantenha um bom controle dos contratos, e das ligações telefônicas e envio de malotes ao Interior.

9.15. Deptº Administrativo – Seção de Comunicação.

Risco:

Falta de contratos;
Gastos acima do limite de contratos;
Fracionamento de despesas;
Publicidades irregulares.

Controle:

Verificação dos contratos;
Verificação das requisições de serviços e materiais do setor;
Verificação de gastos com Autônomos;
Verificação da legalidade das publicidades.

Resultado Esperado: Que a empresa tenha bons controles dos contratos de comunicação e cumpra com a legislação vigente.

9.16. Contratos de Prestação de Serviços Contínuos.

Risco:

Ausência de registro das ocorrências;
Prejuízo financeiro para empresa;
Insatisfação com a qualidade dos serviços previstos nos contratos;
Quantidade de funcionários disponibilizados, inferior à contratada;
Terceirizados sem crachás ou uniformes;

Controle:

Registro formal das planilhas de avaliação/medição de serviço;
Aplicar as cláusulas de controle de qualidade prevista no contrato;
Verificação das obrigações e direitos contratuais;
Supervisão do controle de frequência;
Verificação por amostragem;
Controle de uso de EPIs.

Resultado Esperado: Que as empresas contratadas mantenham uma boa qualidade nos serviços prestados, e que os gastos estejam de acordo com os princípios da Administração Pública e legislação vigente.

9.17. Associação de Funcionários da Ceasa.

Risco:

Descontos indevidos na folha de pagamento de funcionários;
Repasse indevidos para a Associação;

Controle:

Verificação da folha de pagamento de funcionários;
Verificação dos convênios e repasses para a Associação.

Resultado Esperado: Que os repasse e descontos dos funcionários estejam de acordo com a legislação vigente.

9.18. Associação dos Comerciantes da Ceasa.

Risco:

Repasse indevidos para a associação.

Controle:

Verificação dos convênios e repasses efetuados para a Associação.

Resultado Esperado: Que o repasse a Associação esteja de acordo com a legislação vigente.

9.19. Acompanhamento do Sistema Integrado de Gestão.

Risco:

Falha nos procedimentos e rotinas dos setores;
Falta de segurança dos relatórios gerados pelos setores.

Controle:

Verificação das rotinas implementadas no sistema informatizado;
Verificação da confiabilidade das informações geradas;
Confronto dos relatórios com os procedimentos executados;
Propostas de alteração nos procedimentos e rotinas dos setores da empresa.

Resultado Esperado: Que a empresa tenha bom controle de processos, e que sejam informatizados de forma racional e eficiente.

9.20. Deptº Operações – Seção de Cadastro.

Risco:

Sublocação não autorizada;
Concessionário com contrato vencido;
Comercialização de produtos não autorizados;

Controle:

Verificação dos dados de cadastro;
Verificação do Contrato de concessão do espaço.

Resultado Esperado: Que os cadastros de Produtores e Comerciantes, estejam de acordo com a legislação vigente, e evite o comércio dos atravessadores.

9.21. DETEC – Seção de Informação de Mercado.

Risco:

Falhas nas informações de mercados;
Falhas nas pesquisas de mercado;
Falhas na apuração da procedência dos produtos.

Controle:

Acompanhamento dos procedimentos de informações e pesquisas de mercado;
Verificação da apuração do VAF – Valor Adicionado Fiscal.

Resultado Esperado: Que as informações fornecidas pelo setor sejam confiáveis.

9.22. Auditoria nas Unidades do Interior

Risco:

Venda de produtos de atravessadores;
Descumprimento do Regulamento de Mercado;
Comercialização sem atestado de produção da EMATER;
Falta de cobrança de Romaneio e Carnet de marcação de área.

Controle:

Verificar as informações do Romaneio e confrontar com as credenciais e documentação do produtor;
Verificação da atuação dos Orientadores de Mercado;
Verificação da emissão do atestado da EMATER;
Verificar o controle de entrada de mercadorias com o Romaneio e apresentação do carnet para marcação de área no MLP.

Resultado Esperado: Que as Unidades do Interior mantenham um bom controle de suas atividades e mantenham suas operações com eficiência e de acordo com as normas internas e legislação vigente.

MAPA ANÁLISE DE RISCO DE AUDITORIA

Fator de Risco / Setor	Pontuação	% Risco	Risco Máximo	% Relevância
Processos Licitatórios	11,00	100,00	12	91,8
Materialidade	4,00	36,36	4	33,3
Relevância	3,50	31,82	4	29,1
Criticidade	3,50	31,82	4	29,1
Auditoria Unidades do Interior	8,75	100,00	12	72,9
Materialidade	3,00	34,29	4	25,0
Relevância	2,75	31,43	4	22,9
Criticidade	3,00	34,29	4	25,0
Departamento de Comunicação - DECOM	9,25	100,00	12	77,0
Materialidade	3,50	37,84	4	29,1
Relevância	3,00	32,43	4	25,0
Criticidade	2,75	29,73	4	22,9
Agro-Qualidade	5,50	100,00	12	45,8
Materialidade	2,00	36,36	4	16,6
Relevância	2,00	36,36	4	16,6
Criticidade	1,50	27,27	4	12,5
Acompanhamento Inventário Físico do Almoxarifado	8,00	100,00	12	66,6
Materialidade	3,25	40,63	4	27,0
Relevância	2,50	31,25	4	20,8
Criticidade	2,25	28,13	4	18,7
Acompanhamento Elaboração Inventário Patrimônio	9,25	100,00	12	77,0
Materialidade	3,75	40,54	4	31,2
Relevância	2,75	29,73	4	22,9
Criticidade	2,75	29,73	4	22,9
Acompanhamento Inventário Físico do Caixa	8,50	100,00	12	70,8
Materialidade	3,25	38,24	4	27,0
Relevância	2,75	32,35	4	22,9
Criticidade	2,50	29,41	4	20,8
Balancete	10,50	100,00	12	87,5
Materialidade	4,00	38,10	4	33,3
Relevância	3,25	30,95	4	27,0
Criticidade	3,25	30,95	4	27,0
Execução Orçamentária	10,50	100,00	12	87,5
Materialidade	4,00	38,10	4	33,3
Relevância	3,25	30,95	4	27,0
Criticidade	3,25	30,95	4	27,0
Deptº Financeiro - Seção de Cobrança	9,50	100,00	12	79,1
Materialidade	3,50	36,84	4	29,1
Relevância	3,25	34,21	4	27,0
Criticidade	2,75	28,95	4	22,9
Seção de Pagamentos SEPAG	8,50	100,00	12	70,8
Materialidade	3,75	44,12	4	31,2
Relevância	2,50	29,41	4	20,8
Criticidade	2,25	26,47	4	18,7

Departamento de Recursos Humanos	8,75	100,00	12	72,9
Materialidade	3,25	37,14	4	27,0
Relevância	3,25	37,14	4	27,0
Criticidade	2,25	25,71	4	18,7
Sistema Integrado de Gestão	8,50	100,00	12	70,8
Materialidade	2,75	32,35	4	22,9
Relevância	3,50	41,18	4	29,1
Criticidade	2,25	26,47	4	18,7
DETEC - Seção Informação de Mercado	7,00	100,00	12	58,3
Materialidade	2,25	32,14	4	18,7
Relevância	2,75	39,29	4	22,9
Criticidade	2,00	28,57	4	16,6
Deptº de Engº, Manutenção Física Ambiental	9,50	100,00	12	79,1
Materialidade	4,00	42,11	4	33,3
Relevância	3,00	31,58	4	25,0
Criticidade	2,50	26,32	4	20,8
Deptº Administrativo - Seção de Compras	10,25	100,00	12	85,4
Materialidade	4,00	38,02	4	33,3
Relevância	3,25	31,71	4	27,0
Criticidade	3,00	29,27	4	25,0
Deptº Financeiro - Seção de Tesouraria	9,25	100,00	12	77,0
Materialidade	3,50	37,84	4	29,1
Relevância	3,00	32,43	4	25,0
Criticidade	2,75	29,73	4	22,9
Deptº Administrativo - Seção de Expediente	6,50	100,00	12	54,1
Materialidade	2,25	34,62	4	18,7
Relevância	2,25	34,62	4	18,7
Criticidade	2,00	30,77	4	16,6
Associação dos Funcionários da Ceasa - ARBECE	6,75	100,00	12	56,2
Materialidade	2,25	33,33	4	18,7
Relevância	2,50	37,04	4	20,8
Criticidade	2,00	29,63	4	16,6
Deptº Administrativo - Seção de Materiais e Patrimônio	9,25	100,00	12	77,0
Materialidade	4,00	43,24	4	33,3
Relevância	3,00	32,43	4	25,0
Criticidade	2,25	24,32	4	18,7
Associação dos Comerciantes da Ceasa - ACCEASA	5,25	100,00	12	43,7
Materialidade	1,75	33,33	4	14,5
Relevância	1,75	33,33	4	14,5
Criticidade	1,75	33,33	4	14,5

10 - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E CAPACITAÇÃO DA AUDITORIA INTERNA

A Auditoria Interna apesar de vital importância para a empresa, figura em posição de destaque no organograma, mas ainda não está totalmente fortalecida, pois existe a necessidade de uma carga maior nos cursos de reciclagem. Não dispõe de uma consolidação dos Atos Normativos atualizados sistematicamente o que prejudica o desenvolvimento de novas metodologias e aplicadas à ação de auditoria.

Do nosso quadro de auditores participaram de cursos e seminários:

1. Participação de Marcus Vinicius D. Gomes Carneiro, José Cupertino Pereira Filho
Formação de Cartel em Processos Licitatórios
Ministério Público do Estado
Minas Gerais – Belo Horizonte

Av. Álvares Cabral 1.740
Período de 25 e 26/02/2010

2. Participação de Carlos Cássio de Abreu Domingues, Marcus Vinicius D. Gomes
Carneiro, José Cupertino Pereira Filho
Speed Contábil e Fiscal
Totvs/RM
Minas Gerais - Belo Horizonte
Sede da empresa
Período de 16 e 17/09/2010
3. Participação de D. G. Carneiro
Promotoria Estadual de Combate aos Crimes Cibernéticos
Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Período 16/05/2010

11 - CONCLUSÃO:

Das constatações, críticas e sugestões apresentadas em Relatórios de Auditoria originaram, em observância as Resoluções da Diretoria, Resoluções diversas, Normatizações e Atualizações determinantes de procedimentos internos da Empresa, traduzidos em melhor organização maiores integração entre as áreas visando eficiência e economicidade.

Demais inconsistências detectadas em auditorias, foram solucionadas ou estão sendo acertadas através de reuniões entre as áreas envolvidas e registradas através de Correspondência Internas



Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna
CRC/MG 63815

13 LICITAÇÕES

13.1 Contratações Indiretas

Ano de 2010

Item	Quantidade	Modalidade de Contratação	Valores(R\$)
	81	Concorrência	R\$ 22.330.513,86
	0	Concurso	R\$ -
	5	Convite	R\$ -
	1	Leilão	R\$ 29.320,00
	55	Pregão	R\$ 5.255.095,86
	3	Tomada de Preços	R\$ 116.632,83
TOTAL			R\$ 27.731.562,55

Ano de 2009

Item	Quantidade	Modalidade de Contratação	Valores(R\$)
	88	Concorrência	R\$ 5.898.673,00
	0	Concurso	-
	7	Convite	R\$ 81.270,00
	0	Leilão	-
	40	Pregão	R\$ 3.484.682,62
	11	Tomada de Preços	R\$ 1.522.237,44
TOTAL			R\$ 10.986.863,06

13.2 Contratações Diretas

ÍTEM	2009	2010
Dispensa		1.453.055,08
Inexigibilidade	893.764,97	1.117.517,70
TOTAL		2.570.572,78

Fonte: Relatório de Licitações (31/03/2011)					
<u>Concorrência</u>	001/2010	CCU Lj 49 Pav. GPI Valadares	49 m²	NORTE MINAS COMERCIAL LTDA CNPJ:	R\$ 14.106,00
<u>Concorrência</u>	010/2010	CCU Lj 05 Pav. GA Juiz de Fora	36,50 m²	MAMATA COMÉRCIO DE FRUTAS LTDA	R\$ 6.000,00
<u>Concorrência</u>	011/2010	CCU Box 09-, Pav.GA - Caratinga	17 m²	JOSÉ IRAMAR DE SENA VIANA	R\$ 26.000,00
<u>Concorrência</u>	012/2010	CCU Ljs 01 e 02 Pav. 4 GrandeBH	204 m²	DIVINA GULA HORTIFRUTI LTDA. EPP	R\$ 333.000,00
<u>Concorrência</u>	014/2010	CCU Ljs 07 a 10 Pav. 4 GrandeBH	408 m²	CEREALISTA GIRASSOL LTDA	R\$ 571.500,00
<u>Concorrência</u>	015/2010	CCU Ljs 11 e 12 Pav. 4 GrandeBH	204 m²	ATACADÃO PONTO DA PEDRA LTDA	R\$ 291.000,00
<u>Concorrência</u>	016/2010	CCU Ljs 13 e 14 Pav. 4 GrandeBH	204 m²	CASA DO ADUBO LTDA.	R\$ 291.100,00
<u>Concorrência</u>	017/2010	CCU Lj 37-A CeasaShopping	60 m²	EMBALAGENS PACHECO LTDA	R\$ 110.000,00
<u>Concorrência</u>	018/2010	CCU Lj 38-B CeasaShopping	40 m²	SEBASTIÃO GERALDO DOS SANTOS ME	R\$ 40.000,00
<u>Concorrência</u>	019/2010	CCU Lj 51 CeasaShopping	60 m²	SVC INSUMOS AGRÍCOLAS LTDA.	R\$ 60.006,00
<u>Concorrência</u>	020/2010	CCU Lj 57-A CeasaShopping	60 m²	SEBASTIÃO GERALDO DOS SANTOS ME	R\$ 65.000,00
<u>Concorrência</u>	023/2010	CCU Lj 1, 2, 15 e 16 Pav. 8 GrandeBH	540 m²	COMERCIAL BIGÇUCAR LTDA	R\$ 930.000,00
<u>Concorrência</u>	030/2010	CCU Lj 05 Pav. GPI Caratinga	32 m²	WILLIANS RIBEIRO DA SILVA	R\$ 32.000,00
<u>Concorrência</u>	033/2010	CCU Quiosque Área Especial Uberlândia	68,00m²	CARLOS ANDRE DE LIMA - ME	R\$ 17.100,00
<u>Concorrência</u>	034/2010	CCU Área Pav. GP-IV Juiz de Fora	3.419,63 m²	MONTE SINAI COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.	R\$ 803.101,00
<u>Concorrência</u>	037/2010	CCU Ljs 03 e 04 Pav. 4 GrandeBH	204m²	COMERCIAL CORREIA HORTIFRUTI LTDA	R\$ 291.600,00
<u>Concorrência</u>	038/2010	CCU Ljs 05 e 06 Pav. 4 GrandeBH	204m²	LUMABRE ALIMENTOS LTDA	R\$ 287.600,00

<u>Concorrência</u>	039/2010	CCU 2 Quiosques 1-A e 1-B GrandeBH	8,25m ² cada	1A:MARIA DAS DORES DA SILVA GOMES 1B:COMERCIAL XODOZINHO LANCHES LTDA.	R\$41.230,97 R\$21.100,00
<u>Concorrência</u>	040/2010	CCU Quiosque 2 GrandeBH	9m ²	ELAINE DE FÁTIMA GOMES FERNANDES - ME	R\$ 20.500,00
<u>Concorrência</u>	042/2010	CCU Box 04 Módulos 07 e 08 Pav. M GrandeBH	90m ²	PAMPAS COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.,	R\$ 560.100,00
<u>Concorrência</u>	043/2010	CCU Boxs 38 e 40 Pav. Q GrandeBH	61m ² + 16m ²	COMERCIAL NETO DO LIMÃO LTDA	R\$ 500.000,00
<u>Concorrência</u>	045/2010	CCU Sala 315 Minasbolsa	32m ²	EGE FACTORING E FOMENTO MERCANTIL LTDA	R\$ 18.001,00
<u>Concorrência</u>	046/2010	CCU Estacionamento Contagem	-	CENTRO AUTOMOTIVO WASH WASH BARÃO LTDA.	R\$16.100,00
<u>Concorrência</u>	047/2010	CCU Ljs 19 e 30 Pav. GP-I Uberlândia	64m ²	VIEIRA TANNUS & CIA. LTDA	R\$ 162.100,00
<u>Concorrência</u>	048/2010	CCU Ljs 07 e 08 Pav. P	90m ²	COMERCIAL MH HORTIFRUTIGRANJEIROS LTDA.	R\$ 405.000,00
<u>Concorrência</u>	049/2010	Alienação Imóvel Ibiá	-	FB CONSTRUTORA DE OBRA LTDA.	R\$ 732.000,00
<u>Concorrência</u>	050/2010	CCU Sala 325 Minasbolsa	32m ²	BW EMPREENDIMENTOS E ASSESSORIA LTDA.	R\$ 19.200,00
<u>Concorrência</u>	051/2010	CCU Box 17 Pav. GPI-A Uberlândia	32,80 m ²	KYOTO FRUTAS TROPICAIS LTDA.,	R\$ 100.007,00
<u>Concorrência</u>	052/2010	CCU Quiosque 3 GrandeBH	9,00 m ²	ENGENHOCA SUCOS NATURAIS LTDA.,	R\$ 23.011,00
<u>Concorrência</u>	053/2010	CCU Boxes 01 e 02 Modulos 01 e 02 Pav. Q GrandeBH -	90 m ² + 45 m ²	DISTRIBUIDORA DE FRUTAS CORDEIRO VIEIRA LTDA	R\$ 602.000,00
<u>Concorrência</u>	054/2010	CCU Lj 56 Pav. CeasaShopping GrandeBH	60 m ²	CARLINDO FIALHO DA SILVA - ME	R\$ 91.000,00

<u>Concorrência</u>	056/2010	CCU Lj 02-D Pav. GA Uberlândia	14,20 m²	CIA. DAS FRUTAS LTDA	R\$ 7.121,00
<u>Concorrência</u>	061/2010	CUU Lj 06 Pav. GPI Caratinga	40m²	JOSÉ IRAMAR DE SENA VIANA	R\$ 42.000,00
<u>Concorrência</u>	062/2010	CCU Box 48 Pav. GPI Juiz de Fora	32,80 m²	SCARPINELLI PRODUTORA E DISTRIBUIDORA DE FRUTAS LTDA	R\$ 38.000,00
<u>Concorrência</u>	063/2010	CCU Sala 420 Minasbolsa - Transf	32 m²	VBO REPRESENTÇÕES LTDA.	R\$ 19.250,00
<u>Concorrência</u>	066/2010	CCU Lj B Pav. GA Uberlândia	39 m²	GM DISTRIBUIDORA PRODUÇÃO E COMERCIO DE VERDURAS LTDA.	R\$ 63.001,00
<u>Concorrência</u>	067/2010	CCU Pav. GP-IV. Juiz de Fora - Normal	513 m²	MONTE SINAI COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.	R\$ 62.560,00
<u>Concorrência</u>	068/2010	Garagem n.º 2 Pav. Minasbolsa	13,5 m²	ATACADISTA ORIZÂNIA LTDA.	R\$ 10.000,00
<u>Concorrência</u>	073/2010	CCU Pav. GP-IV - Juiz de Fora - Normal	385,76m²	MONTE SINAI COMÉRCIO ATACADISTA LTDA.	R\$ 46.291,20
<u>Concorrência</u>	075/2010	Pavilhão GP3 – Uberlândia	-	TFF CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.,	R\$ 3.054.449,61
<u>Concorrência</u>	076/2010	Pavilhão X – Contagem	-	TFF CONSTRUÇÕES E MONTAGENS LTDA.,	R\$ 3.999.601,08
<u>Concorrência</u>	077/2010	CCU Lojas Pav. GP3	32,80 m²	* COMERCIAL MELORY LTDA. (lojas 41, 42, 43 e 44); * KYOTO FRUTAS TROPICAIS LTDA. (lojas 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35 E 36); * MARCOS ARAÚJO MATEUS ME. (lojas 37 e 38); * MARIA APARECIDA DE OLIVEIRA ME. (lojas 14 e 15); * MOREIRA E BORGES COMÉRCIO DE FRUTAS E VERDURAS LTDA. (Lojas 11 e 12).	* R\$ 262.400,00 * R\$ 1.380.077,00 * R\$ 131.200,00 * R\$ 134.000,00 * R\$ 139.200,00
<u>Concorrência</u>	078/2010	CCU Lojas Pav. X	102 m²	*CENTRAL DE ALIMENTOS SENHOR DO BONFIM LTDA. Lojas 01 a 08 *COMERCIAL IRMÃOS PEREIRA LTDA. Lojas 21 a 26 *AMARAL.COM COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA. Lojas 13 e 14	*R\$1.721.000,00(01 a 06) e *R\$512.000,00(07 e 08). *R\$ 1.531.000,00(21a 26). *R\$ 522.000,00(13 e 14)

<u>Concorrência</u>	079/2010	CCU Loja 20 Pav. 1 Contagem	375 m²	ÉPOCA COMÉRCIO E DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS E INDUSTRIALIZADOS LTDA.,	R\$ 750.000,00
<u>Concorrência</u>	080/2010	CCU Loja 05 Pav. 8 - Contagem	135 m²	L & A INDUSTRIA E COMÉRCIO DE CEREAIS LTDA	R\$ 210.000,00
<u>Concorrência</u>	081/2010	CCU Box 02 Módulo 03 Pav. Q Contagem	45 m²	KKAU DISTRIBUIDORA DE LEGUMES LTDA.	R\$ 231.000,00

<u>Pregão Eletrônico</u>	002/2010	Manutenção elétrica - Contrato	HG CONSTRUTORA LTDA	Lote 1) R\$ 43.346,49
<u>Pregão Eletrônico</u>	003/2010	Material de Construção	.OBRADEC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA., (lotes 01 e 02) e DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS ROMANELLI LTDA., (lote 03)	Lote 1) R\$ 48,00.Lote 2) R\$ 114,30.Lote 3) R\$ 40,99.
<u>Pregão Eletrônico</u>	004/2010	Passagens aéreas	RODNA TRAVEL - VIAGENS E TURISMO LTDA	Lote 1) R\$ 221.040,00.
<u>Pregão Eletrônico</u>	007/2010	Aquisição de Veículos	FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA	Lote: 1)R\$ 141.000,00 Lote: 2)R\$ 38.000,00 Lote:3)R\$ 90.000,00
<u>Pregão Eletrônico</u>	008/2010	Material de Copa	Lote 1) Fracassado - Lote 2)NEWBYTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Lote: 2) R\$ 6,96 Total anual estimado: R\$ 14.132,00
<u>Pregão Eletrônico</u>	009/2010	Suprimentos de Informática	LOTES 1e 7) VIBHUTI COMERCIO LTDA MEDA. LOTES 2, 3 e 5) NEWBYTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA. LOTE 4) DISK SUPRIMENTOS LTDA. LOTE 6) INDICE SUPRIMENTOS E COMERCIO LTDA.	Lote: 1)R\$ 2.389,90 Lote: 2)R\$ 2.279,80 Lote: 3)R\$ 964,95 Lote: 4) R\$ 172,00 Lote: 5) R\$ 506,00 Lote: 6) R\$ 91,00 Lote: 7) R\$ 669,50
<u>Pregão Eletrônico</u>	010/2010	Aquisição de Papel A4	CCL PAPELARIA E SUPRIMENTOS DE INFORMATICA LTDA	R\$ 8,60
<u>Pregão Eletrônico</u>	011/2010	Móveis para Barracões Produtores S. J. Varg. e Jabouticatubas	Lote 1) Fracassado - Lote 2)WEBLINES TECNOLOGIA E INFORMATICA LTDA ME - Lote 3) PRECISAO ABSOLUTA BALANCAS LTDA ME	Lote: 2) R\$ 4.696,00 Lote: 3) R\$ 4.180,00
<u>Pregão Eletrônico</u>	013/2010	Material Gráfico	Lotes 1,2, 3 e 4) NEWBYTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	Lote 1) R\$ 23,30 Lote 2) R\$ 3,38 Lote 3) R\$ 5,79 Lote 4) R\$ 64,85

<u>Pregão Eletrônico</u>	014/2010	Material de Limpeza	NEWBYTE COMERCIO E SERVIÇOS LTDA 3 PODERES COMERCIAL LTDA - ME DISPAPER LTDA	Lote 1) R\$ 112,60 Lote 2) R\$ 33,40 Lote 3) R\$ 165,14
<u>Pregão Eletrônico</u>	015/2010	Material de Copa	FLEXX DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA.	R\$ 38.498,00 / R\$ 12,53.
<u>Pregão Presencial</u>	001/2010	Seguro Patrimonial	COMPANHIA DE SEGUROS ALIANÇA DO BRASIL	R\$ 343.980,81
<u>Pregão Presencial</u>	002/2010	Cerca Jardim Laguna	SÃO JOSÉ E SÃO JOSÉ LTDA	R\$ 28,00
<u>Pregão Presencial</u>	003/2010	Forro PVC	TOP LINE CONSTRUTORA LTDA.	R\$ 40.198,10
<u>Pregão Presencial</u>	004/2010	Locação de Computadores	Empresa Mineira de Computadores Ltda.	R\$ 80.640,00
<u>Pregão Presencial</u>	005/2010	Retirada de Resíduos Sólidos	SDR SERVIÇOS DE DESCONTAMINAÇÃO DE RESÍDUOS LTDA.,	R\$ 56,00
<u>Pregão Presencial</u>	006/2010	Aquisição de Móveis para Central de Segurança	Lotes 1 e 2) LS MÓVEIS PARA ESCRITÓRIO LTDA Lote 3) MÓBILE TOY COMERCIO DE MOVEIS E BRINQUEDOS LTDA. Lote 4) VLP COMERCIO, CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA. Lote 5) COMERCIAL MAKÁRIOS EQUIPAMENTOS E ARTIGOS PARA ESCRITÓRIO & SERVIÇOS LTDA.,	R\$ 12.500,00 R\$ 2.977,64 R\$ 5.269,15 R\$ 5.518,00
<u>Pregão Presencial</u>	008/2010	Gás GLP	SHV GÁS BRASIL LTDA	R\$ 33.228,72
<u>Pregão Presencial</u>	009/2010	Combustíveis	Boa Esperança Petróleo Ltda.	0,01% de desconto
<u>Pregão Presencial</u>	010/2010	Integração Caixas do MLP	CONSULT SOLUÇÕES EM TI LTDA.	R\$ 69.185,90
<u>Pregão Presencial</u>	011/2010	Manutenção Equipamentos Informática	DIGITUS COMÉRCIO E SERVIÇOS DE ELETRÔNICA LTDA.	R\$ 37,10
<u>Pregão Presencial</u>	013/2010	Retirada de Resíduos Sólidos	MARAPÉLU CONSTRUTORA E EMPREENDIMENTOS LTDA.	R\$ 53.953,90
<u>Pregão Presencial</u>	015/2010	Manutenção Elétrica	TECKCEM CONSTRUÇÕES LTDA	R\$ 79.056,00

<u>Pregão Presencial</u>	016/2010	Pintura MLP	DHD PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA.	R\$ 59.516,97
<u>Pregão Presencial</u>	018/2010	Reforma MLP JF	ENGEFAP EMPREENDIMENTOS E CONSTRUÇÕES LTDA.	R\$ 166.648,80
<u>Pregão Presencial</u>	019/2010	Reforma Pav. SG e Minasbolsa	LEONARDO BRUNO ROSSI	R\$ 15.773,47
<u>Pregão Presencial</u>	020/2010	Retirada de Resíduos Líquidos (Chorume)	MSTER CLEAN DESENTUPIDORA E SERVIÇOS LTDA	R\$ 250,00 por viagem
<u>Pregão Presencial</u>	021/2010	Solução customizada - Totvs S/A	TOTVS S.A	R\$ 290,00
<u>Pregão Presencial</u>	022/2010	Execução Projeto de Trânsito	SITRAN – SINALIZAÇÃO DE TRÂNSITO INDUSTRIAL LTDA	R\$ 1.335.000,00
<u>Pregão Presencial</u>	023/2010	Pavimentação acesso entrada e saída Ceasaminas	CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARA OPEBA LTDA	R\$ 724.567,21
<u>Pregão Presencial</u>	024/2010	Construção Rampas MLP Juiz de Fora	ENGEFAP - EMPREENDIMENTOS & CONSTRUÇÕES LTDA.	R\$ 20.980,00
<u>Pregão Presencial</u>	025/2010	Substituição de Calhas	SESMARIA MANUTENÇÃO E MONTAGEM INDUSTRIAL LTDA.	R\$ 75.758,16
<u>Pregão Presencial</u>	026/2010	Aquisição de Materiais de Pintura	CASTRO ARANTES QUÍMICA INDUSTRIAL LTDA.	Lote1)R\$ 169,13 Lote2)R\$ 943,40 Lote3)R\$ 38,60
<u>Pregão Presencial</u>	027/2010	Perfilados Pav. 3 e MLP	ROCCA SERVIÇOS E INSTALAÇÕES LTDA.	R\$ 216.749,96
<u>Pregão Presencial</u>	028/2010	Armarios Escaninhos	S.A GÔNDOLAS DE AÇO LTDA	R\$ 21.150,00
<u>Pregão Presencial</u>	030/2010	Estacionamento Motos	CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARA OPEBA LTDA.	R\$ 213.050,68
<u>Pregão Presencial</u>	032/2010	Construção Arquivo CONAB	NOVE ENGENHARIA LTDA.	R\$ 121.984,53
<u>Pregão Presencial</u>	033/2010	Ampliação Plantão MLP	NOVE ENGENHARIA LTDA.	R\$ 42.997,42
<u>Tomada de Preços</u>	002/2010	Barreira New Jersey	Eficiência Construtora Ltda.	R\$ 116.632,83
<u>Tomada de Preços</u>	003/2010	Leiloeiro Oficial	DILSON MARCOS MOREIRA	05% Sobre os valores arrematados

13.3 Contratos e Convênios

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A.						
LISTAGEM CONTRATOS E CONVÊNIOS DO AO DE 2010						
Nº DO CONTRATO	DATA FIM	DATA INÍCIO	VALOR PAGAO EM 2010	NOME	VALOR DO CONTRATO	CNPJ
0001A/2010	4/5/2010	4/4/2010	38.023,00	WYUK RAMOS	R\$ 29.500,00	08.685.329/0001-45
0002_/2010	21/2/2010	8/1/2010	9.332,00	SERV BRAS	R\$ 10.726,60	10.772.802/0001-73
0004_/2010	14/1/2011	15/1/2010	33.358,05	DEMARA COMERCIAL	R\$ 39.137,45	03.389.852/0001-00
0005_/2010	18/1/2011	19/1/2010	6.872,00	RESMA	R\$ 15.085,00	17.470.790/0001-71
0006_/1068	14/5/2011	15/5/2006	1.018.125,62	COPASA	R\$ 495.176,12	17.281.106/0001-03
0006A/2009	21/1/2011	22/1/2010	244.457,66	LUME COMUNICAçoes	R\$ 461.660,00	65.146.375/0001-00
0006A/2010	26/4/2010	27/3/2010	31.169,50	INSTITUTO OLHAR	R\$ 32.300,00	05.633.719/0001-83
00071/2010		16/8/2010	1.872.387,98	Prefeitura Municipal de Contagem	R\$ 3.411,52	18.715.508/0001-31
0007A/2010	2/2/2011	3/2/2010	172.667,47	NEWBYTE COM/RC	R\$ 44.389,41	10.334.839/0001-10
0007B/2009	8/1/2012	9/1/2011	9.600,00	ANDRELINA	R\$ 12.000,00	007.028.716-30
00083/2010	24/10/2011	25/8/2010	204.141,79	EMPRESA MINEIRA DE COMPUTADORES LTDA	R\$ 9.586,92	22.261.093/0001-40
0009_/2010	2/2/2011	3/2/2010	59.087,16	OBRADDEC	R\$ 27.260,29	17.502.576/0001-50
00096/2010	26/10/2010	27/9/2010	2.046,00	BETASYSTEM SOLUçoes E TECNOLOGIA LTDA	R\$ 8.350,00	10.279.291/0001-52
0010_/2010	2/2/2011	3/2/2010	3.719,35	BELCLIPS	R\$ 14.699,56	25.897.729/0001-33
0011_/2010	2/2/2011	3/2/2010	3.905,50	MERCANTIL AQUARELA	R\$ 12.496,45	02.380.940/0001-89
0012O/2007	14/1/2011	15/1/2010	771.807,96	ALBINA 12 07	R\$ 2.761.506,06	01.379.954/0001-10
0014_/2010	15/1/2011	16/2/2010	4.243,00	BRASILSEG	R\$ 343.980,81	28.196.889/0001-43
0018_/2009	7/4/2010	8/4/2009	4.788,60	GASMAX DIST COM ESER LTDA	R\$ 23.781,60	71.398.697/0001-49
0018_/2010	1/3/2011	2/3/2010	21.019,27	PREGÃO MATERIAIS CONSTRUçoes	R\$ 39.658,73	25.546.193/0001-01
0018_/2011	14/2/2012	15/2/2011	4.791.055,59	CONSTRUTORA E DRAGAGEM PARA OPEBA	R\$ 6.635.400,00	18.322.925/0001-14
0019_/2009	7/4/2010	8/4/2009	39.026,14	DISTRIB. NOVA ESPERANça	R\$ 51.877,90	86.617.164/0001-88
0019_/2010	1/3/2011	2/3/2010	59.087,16	OBRADDEC	R\$ 14.391,20	17.502.576/0001-50
0020_/2009	23/4/2010	24/4/2009	4.367,87	INOVA	R\$ 7.000,00	05.208.408/0001-77
0020_/2011	17/2/2012	18/2/2011	3.760,00	VISUALE TELECOM	R\$ 5.880,00	08.025.596/0001-96

0021_/2009	30/5/2010	31/5/2009	20.400,00	MPC COM/RCIO	R\$ 43.800,00	71.379.812/0001-38
0021_/2010	1/3/2011	2/3/2010	3.288,10	PLAMAX	R\$ 5.517,00	07.918.483/0001-57
0021C/2008	16/3/2012	17/3/2011	51.289,33	TAMASA	R\$ 80.478,00	18.823.724/0001-09
0022A/2010	11/9/2010	14/7/2010	216.190,73	CASTRO NEVES EMPREENDIMENTOS	R\$ 136.213,98	04.067.241/0001-09
0023_/2010	10/3/2011	11/3/2010	20.796,24	TOP LINE CONSTRUTORA	R\$ 40.198,10	07.747.831/0001-70
0024_/2010	10/3/2011	11/3/2010	204.141,79	E.M.C.	R\$ 80.640,00	22.261.093/0001-40
0025A/2009	27/7/2009	12/7/2009		TECAD PROJETOS LTDA	R\$ 3.500,00	01.442.057/0001-03
0025A/2010	15/3/2012	16/3/2011	2.091,00	INFOLINE COMUNICAçŁES	R\$ 2.688,00	00.958.288/0001-01
0026_/2010	15/3/2011	16/3/2010	9.824,57	OFFICE PRINT	R\$ 9.840,00	03.647.029/0001-58
0027_/2010	16/4/2010	17/3/2010	2.977,64	MOBILE TOY	R\$ 2.977,64	06.027.193/0001-50
0028_/2010	16/4/2010	17/3/2010	5.518,00	COMERCIAL MAKARIOS	R\$ 5.518,00	07.419.834/0001-85
0029_/2010	16/4/2010	17/3/2010	12.500,00	LS MOVEIS	R\$ 12.500,00	06.296.528/0001-36
0030_/2010	16/4/2010	17/3/2010	5.269,15	VLP COM/RCIO	R\$ 5.269,15	08.561.743/0001-42
0030_/2011	21/6/2011	24/3/2011	71.839,72	TERRA VIAGENS	R\$ 60.500,00	65.205.585/0001-21
0030A/2009	7/6/2011	8/6/2010	1.371.385,76	SODEXO PASS - TICKET	R\$ 217.000,00	69.034.668/0001-56
0031A/2010	16/4/2012	17/4/2011	9.212,00	A & C ELEVADORES	R\$ 4.560,00	11.425.189/0001-80
0031C/2009	11/1/2010	11/12/2009	56.35,66	DªVILA ARQUITETURA	R\$ 56.889,00	05.391.121/0001-25
0032_/2010	25/5/2010	27/3/2010	39.288,57	HG CONSTRUTORA	R\$ 43.346,49	66.190.646/0001-97
0034A/2009	24/6/2011	25/6/2010	2.998,80	NET-ROSAS	R\$ 2.998,80	02.287.806/0001-38
0035_/2010	24/3/2011	25/3/2010	157.379,20	RODNA TRAVEL	R\$ 221.040,00	04.212.886/0001-98
0036_/2009	22/9/2010	23/9/2009	1.179,75	ACESSOTI TEC INF LTDA	R\$ 1.089,00	00.891.833/0001-90
0037_/2009	2/9/2010	3/9/2009	30.026,14	DISTRIBUIDORA NOVA ESPERANÇA	R\$ 109.225,78	86.617.164/0001-88
0037_/2010	7/4/2011	8/4/2010	88.773,35	BOA ESPERANÇA	R\$ 113.626,80	21.648.654/0001-04
0039A/2009	27/8/2011	28/8/2010	47.983,74	PRODEMGE	R\$ 107.897,65	16.636.540/0001-04
0040_/2010	11/5/2011	12/5/2010	8.471,55	EXTERMINE CONTROLE DE PRAGAS	R\$ 7.173,96	05.144.095/0001-30
0040C/2009	30/4/2010	2/3/2010	234.552,85	ELO CONSTRUTORA	R\$ 8.635,04	07.328.889/0001-80
0041_/2009	30/7/2010	31/7/2009	15.595,80	ATACADÃO MATERIAL LIMPEZA	R\$ 30.841,00	02.954.216/0001-11
0042_/2010	19/4/2011	20/4/2010	59.087,16	OBRADDEC	R\$ 49.553,94	17.502.576/0001-50
0043_/2010	21/7/2010	22/6/2010	107.302,20	EFICIÊNCIA CONST LTDA	R\$ 116.632,83	04.764.300/0001-06
0044_/2009	30/8/2010	31/8/2009	1.993,60	A 1500 DESINSETIZADORAS LTDA	R\$ 3.840,00	09.564.958/0001-80
0044_/2010	2/5/2011	3/5/2010	7.920,00	KENIA MARA DE SOUZA ME	R\$ 11.520,00	07.430.213/0001-00
0046_/2009	24/8/2010	25/8/2009	10.457,50	DESENTUPIDORA E HIGIENIZADORA MODERNA	R\$ 16.000,00	00.782.082/0001-73
0046D/2008	31/8/2011	1/9/2010	13.468,64	CRED M.H.S.	R\$ 16.738,59	65.181.380/0001-53

0047_/2009	10/9/2010	10/9/2009	4.103,20	SERV FED DE IN E PROC DAD	R\$ 4.923,84	33.683.111/0007-94
0048_/2010	28/4/2011	29/4/2010	10.947,80	SHV GAS BRASIL LTDA	R\$ 33.228,72	19.791.896/0001-00
0049B/2009	15/5/2010	31/3/2010	193.923,07	ENGETEC	R\$ 38.651,17	05.879.351/0001-38
0049B/2010	1/12/2010	2/9/2010	10.566,26	Mario Henrique Marteleto	R\$ 14.668,54	497.257.346-53
0051_/2010	20/5/2011	21/5/2010	2.465,00	CENTRAL ELEVADORES	R\$ 3.480,00	01.030.914/0001-68
0051A/2009	10/9/2011	11/9/2010	25.836,75	W & M PUBLICAÇÕES	R\$ 28.627,20	01.527.405/0001-45
0052_/2010	6/6/2010	26/5/2010	8.000,00	FAEMG	R\$ 8.000,00	17.194.853/0001-04
0052B/2008	6/8/2011	7/8/2010	5.744,00	SDR	R\$ 127.200,00	07.362.386/0001-20
0052B/2009	1/6/2010	2/5/2010	234.552,85	ELO CONST E INCORP LTDA	R\$ 25.642,12	07.328.889/0001-80
0054_/2009	23/9/2010	24/9/2009	20.637,40	TINTORAUTO	R\$ 38.390,74	06.224.973/0001-90
0055_/2010	30/5/2011	31/5/2010	265.000,00	FORD MOT CIA BRASIL LTDA	R\$ 265.000,00	03.470.727/0016-07
0055B/2009	21/10/2011	22/10/2010	58.664,89	CLARO S.A.	R\$ 74.788,80	40.432.544/0001-47
0056_/2010	10/5/2011	11/5/2010	34.082,53	CORREIOS	R\$ 50.000,00	34.028.316/0015-09
0056D/2008	18/8/2011	19/8/2010	99.353,07	Visual Sistema Eletronicos Ltda	R\$ 65.178,50	23.921.349/0001-61
0058_/2009	9/11/2010	10/11/2009	17.337,00	EXTRA FORMULÁRIO CONTÍNUO	R\$ 26.750,00	06.248.418/0001-07
0059_/2002		7/8/2002	1.841,35	SERASA	R\$ 498,72	62.173.620/0064-63
0059_/2010	16/6/2011	17/6/2010	6.020,00	CCL PAPELARIA E SUPRIMENT	R\$ 12.900,00	05.786.956/0001-84
0059D/2007	15/5/2012	16/5/2011	176.146,62	EMATER	R\$ 198.756,46	19.198.118/0001-02
0059G/2005	14/9/2010	19/11/2009	227.119,66	TOTVS	R\$ 335.087,06	53.113.791/0012-85
0060_/2009	2/12/2010	3/12/2009	2.500,00	DIGITALNET BRASIL	R\$ 2.500,00	05.933.907/0001-27
0060_/2010	7/6/2011	8/6/2010	79.731,81	PD CASE	R\$ 1.439.040,00	38.519.484/0001-52
0060F/2008	25/8/2011	26/8/2008	5.033,080,04	PLANTÃO	R\$ 6.187.201,33	25.183.468/0001-90
0061_/2009	12/11/2010	13/11/2009	67.412,81	ESTADO DA ARTE INFORMÁTICA	R\$ 37.250,00	35.793.033/0001-10
0061_/2010	18/9/2010	21/7/2010	21.168,00	SESMARIA MANUTENÇÃO	R\$ 25.200,00	04.124.289/0001-01
0061A/2008	31/8/2010	1/9/2009	6.950,16	ATT/OS INFORMATICA S/A	R\$ 11.910,00	33.485.335/0001-04
0062_/2009	15/4/2010	15/12/2009	240.708,68	FERREIRA JUNIOR ENG.	R\$ 246.123,61	23.798.317/0001-10
0062A/2010	23/8/2010	9/8/2010	13.162,22	REPOX SERVIÇOS	R\$ 14.352,00	07.372.735/0001-95
0064_/2010	6/7/2011	7/7/2010	30.735,45	CONSULT SOLUÇÃO EM TI LTDA	R\$ 69.185,90	02.226.813/0001-20
0065_/2009	25/11/2014	27/11/2009	230.549,78	QUALIGHT	R\$ -	08.393.717/0001-52
0065_/2010	6/7/2011	7/7/2010	26.198,91	VIBHUTI COMERCIO	R\$ 176.053,50	00.710.985/0001-49
0066_/2009	2/12/2010	3/12/2009	367.963,87	CEI - SERV DE ENG	R\$ 410.302,20	73.738.239/0001-37
0068_/2010	6/7/2011	7/7/2010	2.275,00	INDICE SUPRIMENTOS	R\$ 31.850,00	09.636.361/0001-01
0069A/2009	16/4/2010	1/4/2010	94.193,50	LMF	R\$ 52.622,06	08.856.175/0001-07

0069A/2010	15/7/2011	16/7/2010	3.549,61	DIGITUS COMERCIO E SERVIÇOS	R\$ 16.630,00	21.725.536/0001-44
0072_/2010	26/7/2011	26/7/2010	9.027,024	SEGURANCA IMOVEIS LTDA	R\$ 9.027,24	20.808.044/0001-50
0075_/2010	19/8/2011	20/8/2010	2.609,50	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE MINAS GERAL	R\$ 4.860,00	17.486.275/0001-80
0076_/2010	23/9/2011	23/9/2010	1.089,00	ACESSO TI	R\$ 1.089,00	00.891.833/0001-90
0079_/2010	30/9/2010	15/9/2010	48.288,74	Marapelu Construtora e Empreendimento Ltda	R\$ 53.953,90	10.959.163/0001-50
0080_/2010	12/9/2010	13/8/2010	14.190,00	M.C.Ferreira Comercio e Distribuidora	R\$ 14.190,00	11.060.390/0001-01
0081_/2010	12/8/2011	13/8/2010	4.180,00	PRECISÃO ABSOLUTA	R\$ 4.180,00	05.364.996/0001-38
0084_/2010	23/10/2010	22/9/2010	12.775,10	BELO BOMBAS LTDA	R\$ 13.390,00	10.842.998/0001-25
0086A/2008	16/9/2010	17/9/2009	1.134,75	SIMMAX	R\$ 1.377,00	05.983.758/0001-00
0089_/2010	13/9/2011	14/9/2010	2.703,85	EFICAZ LIMPEZA	R\$ 14.329,20	41.858.598/0001-31
0089D/2008	27/2/2010	21/10/2009	334.603,88	SENGEL	R\$ 161.704,46	17.723.933/0001-00
0093M/2006	29/3/2011	30/3/2010	96.545,32	TELEMAR	R\$ 361.037,01	33.000.118/0001-79
0097_/2010	28/9/2011	27/9/2010	205.383,80	FLEXX DISTRIBUIDORA	R\$ 38.498,50	11.069.669/0001-56
0097C/2008	8/12/2011	9/12/2010	3.295,07	TRANSIMÃO	R\$ 108.144,96	71.487.466/0001-01
0098_/2010	26/9/2011	27/9/2010	4.091,25	DISPAPER	R\$ 22.161,12	04.209.123/0001-98
0098C/2008	9/8/2010	9/4/2010	68.776,00	COOPERMINAS	R\$ 151.309,96	08.827.469/0001-00
0099_/2008	4/12/2009	5/12/2008	889,36	PAPELARIA E DISTRIB. ROMA	R\$ 5.356,25	00.862.603/0001-00
0100_/2010	26/9/2011	27/9/2010	689,52	3 PODERES	R\$ 2.877,52	06.009.747/0001-97
0101_/2010	30/9/2011	23/11/2010	0,00	DHD PREST. SERV. DE CON. CIV. LTDA	R\$ 52.500,00	08.334.857/0001-50
0102E/2007	5/10/2011	6/10/2010	21.773,94	ADSERTE	R\$ 25.725,37	08.139.629/0001-29
0103_/2008	28/12/2009	29/12/2008	12.138,00	TERRAO COM E REP LTDA	R\$ 84.566,80	64.088.214/0001-44
0106_/2010	17/12/2010	18/11/2010	38.218,00	AGF PROJETOS E CONSULTORIA	R\$ 9.600,00	05.300.062/0001-32
0112_/2010	3/11/2011	4/11/2010	980	MASTER CLEAN DESENTUPIDORA	R\$ 18.000,00	05.954.020/0001-15
0121_/2010	30/11/2011	1/12/2010	26.984,75	DISTRIBUIDORA DE FOGUAS	R\$ 37.125,00	00.201.182/0001-69
0125_/2010	15/1/2011	16/12/2010	12.655,90	EEB	R\$ 28.853,00	07.521.564/0001-19
C0007/2011	14/10/2011	20/12/2010	55.000,00	AMIS	R\$ 60.000,00	17.511.734/0001-38
C0016/2010	15/4/2010	18/2/2010	25.000,00	ADEMIG	R\$ 25.000,00	06.240.740/0001-81
C0033/2011	8/4/2011	10/3/2011	44.000,00	ABRACEN	R\$ 6.000,00	03.656.907/0001-00
C005A/2009	29/4/2011	30/4/2010	174.000,00	INSTITUTO CEASAMINAS	R\$ 162.000,00	07.979.270/0001-35
C0073/2010	26/8/2011	26/8/2010	19.000,00	SOC MINEIRA PROT ANIMAIS	R\$ 27.360,00	18.824.029/0001-53
C0074/2010	25/7/2010	22/7/2010	10.000,00	SINDICATO RURAL DE SANTO ANTONIO DO AMPA	R\$ 10.000,00	19.055.599/0001-99
C012F/2007	23/10/2011	24/10/2010	189.792,00	ARCA-PEQUENO JARDINEIRO	R\$ 66.041,56	03.459.034/0001-37



CEASAMINAS
Centro de Abastecimento

PARECER DA AUDITORIA INTERNA

A Unidade da Auditoria Interna das CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – CEASAMINAS, em cumprimento das atribuições estabelecidas pelo Anexo V da Decisão Normativa nº. 81 06 de dezembro de 2006, emitida pelo Tribunal de Contas da União, consoante disposição contida na Portaria nº.555, de 28 de dezembro de 2006 emitida pela Controladoria Geral da União, examinou a Prestação de Contas anual da CEASAMINAS correspondente ao exercício encerrado em 31/12/2010.

A nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os seguintes pontos abaixo elencados pertinentes a Prestação de Contas retrocitada.

O processo de Prestação de Contas contém todas as peças exigidas pelos normativos vigentes.

Os indicadores de desempenho utilizados pela CEASAMINAS observaram todas as recomendações do item 3 da Decisão Normativa nº. 81 de 06/12/2006 emitida pela pelo TCU – Tribunal de Contas da União.

Através de acompanhamentos realizados durante o exercício em referência, avaliamos os controles internos administrativos. Verificamos que os princípios fundamentais de controles internos estão sendo observados; e as recomendações/determinações expedidas pela Auditoria Interna foram objetos de ações, com vistas ao cumprimento das mesmas.

Os processos licitatórios foram auditados por amostragem. As recomendações da Auditoria Interna foram acatadas pela Comissão Permanente de Licitação. Foi adotado pela CPL o CHECK LIST da Auditoria Interna da CEASAMINAS, objetivando sanar todas falhas detectadas durante os processos licitatórios. Os apontamentos realizados nos Processos auditados não comprometeram a lisura dos referidos processos.

Reportamo-nos aos convênios acordados e ajustes do Exercício de 2010, somos de opinião que, as formalizações exigidas nas legislações pertinentes, foram observadas. As situações que estavam em desacordo com a legislação foram detectadas pela Auditoria Interna e Controladoria Geral da União, com as suas devidas recomendações e ajustes.

End.: BR 040/KM 688 - Bairro Guanabara - CEP: 32145-900 - Contagem/MG.
Caixa Postal 1211

Tel.: (31) 3399-2122 - Fax: (31) 3394-2709

www.ceasaminas.com.br



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

As auditorias realizadas pela AUDIN e pela ACE – Auditoria e Consultoria Empresarial (Auditoria Externa), no exercício de 2010, analisaram a consistência da folha de pagamento, legalidade dos atos, confirmação física dos beneficiários e também dos processos de admissão. As recomendações realizadas foram acatadas pelo Setor de Recursos Humanos. Algumas foram justificadas e as providências foram tomadas, pela CEASAMINAS.

Auditorias Setoriais Realizadas: Seção de Contabilidade, Cobrança, Extra-Contábil, Informação de Mercado, Compras, Agro-Qualidade, Tesouraria, Expediente, Material e Patrimônio, Departamento de Engenharia Manutenção Física e Ambiental, Assessoria de Segurança/Vigilância, Departamento de Recursos Humanos, ACCEASA-Associação dos Comerciantes da Ceasa/MG, Comissão de Inventário Patrimonial, Assessoria de Comunicação, Comissão de Inventário Físico do Almoxarifado, ARBECE - Associação Beneficente dos Funcionários da Ceasa/MG, Comissão de Inventário Físico do Caixa, CPL - Processos Licitatórios e Unidades do Interior, Assessoria de Informática.

Das auditorias programadas para o Exercício de 2010, conforme Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna foi cumprido 85% do proposto,

Tal fato se deu em função de Auditorias Extraordinárias.

RELATÓRIOS EXTRAORDINÁRIOS

Nº relat. 1.	Áreas/ Setores auditados	Escopos das ações		Cronog	Recursos Humanos (h/h)
		Descrição	Procedimento		
11	CPL	Fórmula de custo e Processos Licitatórios	Focalizando os aspectos relevantes no contexto geral das diretrizes para combater o colusão entre concorrentes e conluias públicas.	Fev/10	32
20	ACOMPANHAMENTO	Verificar o Trabalho da Comissão de Inventário de Patrimônio.	Verificar a consistência das informações.	Abr/10	80
41	Inadimplência	Relatório de concorrentes inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Set/10	16
48	Inadimplência	Relatório de concorrentes inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Out/10	16
53	CONSÁRIL	Recomendações de Auditoria	Recomendações utilizadas para elaboração de Mapa de Risco da Auditoria.	Nov/10	16
55	Inadimplência	Relatório de concorrentes inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Nov/10	16
60	CPL	Resumo de licitações em andamento em dezembro de 2010	Resumo dos processos de licitação em andamento, com sua descrição.	Nov/10	32
61	Inadimplência	Relatório de concorrentes inadimplentes.	Verificar comparativamente a evolução da inadimplência.	Dez/10	16

End. - BR 040KM 688 - Bairro Guanabara - CEP: 32145-900 - Contagem/MG
Caixa Postal 1211

Tel.: (31) 3399-2122 - Fax: (31) 3394-2709

www.ceasaminas.com.br



CEASAMINAS

Centrais de Abastecimento

Fazemos uma Ressalva quando a Nota a Explicativa nº8 do Balanço Patrimonial do exercício de 2010. Vejamos:

A CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem – MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos imóveis construídos no local pelos usuários. Em 2009 a CEASAMINAS optou em contabilizar cerca de R\$1.236 mil referente à parte destes imóveis construídos no local pelo usuário. De acordo com a Administração da Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, que deveriam estar refletidos no ativo imobilizado e no Patrimônio Líquido da Companhia, depende de ações da União Federal e do Estado de Minas Gerais com relação às áreas reservadas pelo Decreto Estadual nº40963 de 22 de março de 2000 a serem excluídos do processo de privatização.

Destarte, em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo acima com ressalva sobre as demonstrações contábeis, as mesmas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes a posição patrimonial e contábil das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

É o nosso PARECER.

Contagem 25 de fevereiro de 2011

Carlos Cássio de Abreu Domingues
Chefe da Auditoria Interna
CRC/MG 63.815

End.: BR 040/KM 588 - Bairro Guanabara - CEP: 32146-900 - Contagem/MG
Caixa Postal 1211
Tel.: (31) 3399-2122 - Fax: (31) 3394-2708
www.ceasaminas.com.br

**PARECER DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DAS CENTRAIS DE
ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS – CEASAMINAS**

O Conselho de Administração das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S.A. – CEASAMINAS, no uso de suas atribuições, em reunião extraordinária realizada em 24/02/11, às 18:00 (dezoito horas) na sede da CASEMG, localizada à Rua Timbiras, nº 1754, 14º andar, Bairro Lourdes, Belo Horizonte/MG, tomou conhecimento e aprova as demonstrações contábeis e financeiras de 2010, orçamento de capital e investimento e proposta da diretoria da CEASAMINAS, manifestando o encaminhamento para deliberação, conforme parecer emitido pela auditoria externa, ACE – Auditoria assessoria e consultoria empresarial, referente ao exercício findo em 2010, não encontrando qualquer fato relevante que comprometa a Administração da CEASAMINAS.

Belo Horizonte, 24 de fevereiro de 2011.


José Gerardo Fontelles
Presidente


Cid Jorge Caldas
Conselheiro


Luiz Gonzaga Baião
Conselheiro


João Alberto Paixão Lages
Conselheiro

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S.A. - CEASAMINAS

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais – CEASAMINAS, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, após analisar o Balanço Patrimonial, as Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, do Fluxo de Caixa e o Orçamento de Investimentos, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício, as Notas Explicativas e o Relatório da Administração atinente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, e considerando o Parecer da Auditoria Interna, o Relatório dos Auditores Independentes e o Parecer do Conselho de Administração, manifesta-se pelo encaminhamento da referida documentação à Assembléia Geral dos Acionistas, mantidas as ressalvas apontadas pelas Auditorias, por entender que as demonstrações refletem, em todos os aspectos relevantes, as situações patrimonial, financeira e de gestão da Empresa.

Contagem – MG, 14 de março de 2011.


ANDRÉ LUIZ GONÇALVES GARCIA
Presidente do Conselho


ROGÉRIO COLOMBINI DE M. DUARTE
Conselheiro


ROMILDA Mª DE F. RESENDE
Conselheira

14 Informações Contábeis

Demonstrações Contábeis



***Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A-
Ceasaminas.***

– 2010 –

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A-CEASAMINAS
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

CONTEÚDO

- 1 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO / PASSIVO**
- 2 - DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS EXERCÍCIOS - DRE**
- 3 - DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**
- 4 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**
- 5 - NOTAS EXPLICATIVAS**
- 6-RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS

CNPJ 17.504.325/0001-04

BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO 2009 EM REAIS

ATIVO	Notas explicativas	31/12/2010	31/12/2009
Circulante		13.494.821	11.112.512
Disponibilidades Imediatas	4	446.343	399.460
Aplicações Financeiras	5	7.487.576	4.572.151
Contas a Receber de Clientes	6	3.844.561	3.821.211
Valores a Recuperar	32	965.841	1.435.981
Adiantamentos	33	252.398	246.248
Impostos e Encargos a Recuperar	34	2.500	49.864
Almoxarifados	35	303.604	287.713
Despesas Exercícios Seguintes	36	186.312	163.083
Despesas a Recuperar	7	5.686	136.801
Não Circulante		22.069.595	20.363.836
Realizável a Longo Prazo		2.555.747	2.703.229
Créditos em Cobrança Judicial	9	495.893	338.330
Créditos a Recuperar	10	1.428.416	1.744.510
Depósito e Ação Judicial	37	382.595	307.342
Direito de Uso a Realizar	11	248.843	313.047
		19.513.848	17.660.607
Investimentos	8a	306.079	303.277
Imobilizado Líquido	8b	18.511.987	17.356.305
Intangível	30	695.782	1.025
		35.564.416	31.476.348

Contagem, 31 de Dezembro de 2010.

João Alberto Paixão Lages
Diretor Presidente

Marcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Ana Pascoal dos Anjos
Diretora Técnico Operacional

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.504.325/0001-04
BALANÇO PATRIMONIAL COMPARATIVO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO
2009 EM REAIS

PASSIVO	Notas explicativas	31/12/2010	31/12/2009
Circulante		7.373.746	6.362.891
Fornecedores	38	2.220.813	2.021.813
Obrigações Tributárias e Previdenciárias	12	1.431.362	1.966.925
Salários, Provisões e Contribuições Sociais	31	1.200.232	1.310.146
Dividendos	17	11	552.194
Juros sobre Capital Próprio	17	1.390.347	-
Participações de Empregados	25	281.310	138.550
Outras Obrigações Contas a Pagar	13	849.671	973.255
Não Circulante		1.772.758	1.341.016
Provisão para Contingências	14	1.570.688	1.145.357
Credores por Caução	26	157.288	147.271
Encargos Previdenciários	47	37.427	48.387
Receita Diferida		7.352	-
Patrimônio Líquido		26.417.915	23.172.442
Capital Social	15	22.593.213	18.150.573
Reserva de Capital	39	112.335	112.335
Reserva Legal	16	698.685	466.894
Reserva de Lucro p/ Expansão	18	3.013.682	4.442.640
		35.564.416	31.475.348

Contagem, 31 de Dezembro de 2010

João Alberto Paixão Lage
Diretor Presidente

Marco Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Ana Pascoal dos Anjos
Diretora Técnica Operacional

Názeo Vileco da Silva
CRCIAM 006457/O-0 T-MG

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.504.325/0001-04
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS COMPARATIVA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010
E 31 DEZEMBRO DE 2009 EM REAIS

	Notas explicativas	31/12/2010	31/12/2009
RECEITA OPERACIONAL BRUTA		30.665.812	25.095.631
Serviços	42	30.665.812	25.095.631
DEDUÇÃO DA RECEITA BRUTA		(2.494.074)	(2.152.420)
Imposto Faturado	43	(2.345.601)	(2.095.013)
Serviços Cancelados	43	(148.473)	(57.407)
LUCRO BRUTO		28.171.738	22.943.211
DESPESAS OPERACIONAIS		(21.557.168)	(19.574.483)
Pessoal	44	(7.741.139)	(7.465.948)
Encargos Sociais	45	(2.774.540)	(2.594.611)
Outros Proventos	20	(2.055.964)	(1.820.501)
Material de Consumo	46	(937.536)	(913.505)
Serviços e Seguros	19	(16.352.833)	(15.960.679)
Impostos e Taxas	23	(270.386)	(167.641)
Depreciação / Amortização	41	(966.339)	(887.876)
Provisões Despesas Operacionais	24	(2.061.513)	(1.094.344)
Sub-total		(33.160.250)	(30.905.105)
Recuperação Despesas	19	10.394.190	10.404.875
Recuperação de Despesas Comum		-	-
Despesas Financeiras	22	(113.801)	(57.326)
Receitas Financeiras	21	1.322.693	983.073
Sub-total		11.603.082	11.330.622
LUCRO OPERACIONAL		6.614.570	3.368.728
OUTRAS RECEITAS	28	567.043	852.430
OUTRAS DESPESAS	29	(213.689)	(318.488)
LUCRO ANTES DOS IMPOSTOS		6.967.924	3.902.670
(-) Contribuição Social		(560.027)	(397.553)
(-) Imposto de Renda		(1.491.863)	(1.042.104)
LUCRO APÓS IMPOSTOS		4.916.034	2.463.013
(-) Participações dos Empregados	25	(280.214)	(138.032)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		4.635.820	2.324.981
Lucro Líquido por ação do Capital Social no final do exercício		0,9241	0,4635

Contagem, 31 de Dezembro de 2010

João Alberto Paixão Lages
Diretor Presidente

Marcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Ana Pascoal dos Anjos
Diretora Técnico Operacional

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG
Contador

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2010 E 31/12/2009 EM REAIS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Eventos	Capital Social	Reserva Lucro para Essencial	Reserva de Capital	Reserva Legal	Reserva Intencional Fiscal	Reservas de Lucros	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2008	18.150.873	2.786.091	112.338	350.648	-	-	21.399.950
Lucro Líquido do Exercício						2.324.881	2.324.881
Reserva Legal				116.246		(116.246)	
Dividendos Propostos		1.656.548				(552.183)	(552.183)
Reserva de Lucro						(1.656.548)	
Saldo em 31 de dezembro de 2009	18.150.873	4.442.640	112.338	466.894	-	-	23.172.745
Lucro Líquido do Exercício						4.658.820	4.658.820
Aumento Capital offReserva Lucro p/Expansão	4.442.640	(4.442.640)				(231.791)	-
Reserva Legal				231.791		(1.392.347)	
Reserva de Capital						(3.013.882)	
Lucro Sobre Capital Próprio		3.013.882					
Reserva de Lucro							
Saldo em 31 de Dezembro de 2010	22.593.513	3.013.882	112.338	698.685	-	-	26.417.418

Contagem: 31 de Dezembro de 2010.

 João Alberto Faria Lima
 Diretor Presidente

 Valério Luiz de Souza Cunha
 Diretor Financeiro

 Ruy Francisco dos Anjos
 Diretora Técnica Operacional

 Roberto Vitorino da Silva
 CREA/MG 000437/O-1/MG
 Contador

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A - CEASAMINAS
CNPJ 17.504.325/0001-04
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010 E 31 DE DEZEMBRO DE 2009 EM REAIS

	Notas Explicativas	31/12/2009	31/12/2009
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro Líquido do Exercício		4.635.820	2.324.981
Ajustes pra reconciliar o lucro líquido do exercício com o caixa gerado			
pelas atividades operacionais:			
Depreciação e Amortização	41	966.339	887.876
Provisão para contingências	24	543.648	12.413
Provisão para Credito de Liquidação Duvidoso	24	1.352.570	723.324
Ajuste a Valor Presente	24	165.295	358.606
Cessão de Uso	11	-	(60.963)
Imobilizações sem Desembolso		109.211	(790.694)
Ajuste de Investimento a Valor de Mercado		-	394
Lucro na Alienação de Imobilizado	28	(540.470)	-
Encargos financeiros provisionados – Caução		-	9.669
Participações	25	280.214	138.032
		7.512.627	3.603.638
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Contas a receber de clientes	6	(23.350)	(529.080)
Valores a recuperar	32	470.140	(1.225.056)
Adiantamento	33	(6.150)	(50.413)
Impostos e encargos a recuperar	34	47.364	2.577
Almoxarifado	35	(15.890)	(11.217)
Depósitos judiciais		-	9.503
Outros		-	-
Despesas para o próximo exercício	36	(23.229)	582.875
Valores a recuperar	7	131.115	(6.291)
Créditos a recuperar		-	(74.834)
Variação do Ativo Não Circulante		(1.705.759)	-
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	38	199.000	189.709
Impostos a recolher	12	(116.888)	150.923
Obrigações Tributárias	12	30.427	7.676
Encargos Previdenciários		-	48.387
Salários, provisões e encargos sociais	31	(109.914)	205.851
Variações Participações de Empregados	25	142.760	-
Imposto de renda e contribuição social	12	(449.106)	699.625
Outras obrigações contas a pagar	13	(123.588)	558.167
Contingências	14	-	(49.333)
Variação do Passivo Não Circulante		431.739	-
Caixa gerado pelas atividades operacionais		(1.121.329)	509.069
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	8	(2.876.808)	(6.297.612)
Caixa aplicado nas atividades de investimento		(2.876.808)	(6.297.612)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Pagamento de dividendos	17	(552.182)	(560.406)
Caixa aplicado nas atividades de financiamento		(552.182)	(560.406)
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE DISPONIBILIDADES		2.962.308	(2.745.310)
DISPONIBILIDADES			
Saldo inicial		4.971.611	7.716.921
Saldo final		7.933.919	4.971.611
		2.962.308	(2.745.310)

Contagem, 31 de Dezembro de 2010

João Alberto Paixão Lages
Diretor Presidente

Marcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro

Ana Pascoal dos Anjos
Diretora Técnico Operacional

Názio Veloso da Silva
Contador - CRC/AM 006457/O-0 T-MG

PARNE002-11 A 02

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010

Nota nº. 01 – Contexto Operacional

A Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS, sociedade de economia mista, controlada pela União, tem como compromisso estatutário, entre outros, executar, por meio da implantação, instalação e administração de entrepostos atacadistas, a política de abastecimento no Estado de Minas Gerais, visando orientar e disciplinar a comercialização e distribuição de hortifrutigranjeiros e outros produtos alimentícios, sob a supervisão do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. As demonstrações contábeis da empresa consolidam o movimento financeiro das unidades localizadas nos municípios de Barbacena, Uberlândia, Governador Valadares, Juiz de Fora, Caratinga e Contagem.

Nota nº. 02 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, abrangendo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e a edição da Medida Provisória nº. 449/08, convertida na Lei 11.941/09, foram alterados, revogados e introduzidos dispositivos na Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV da Lei nº6.404/76 sobre matéria contábil, em vigência a partir do encerramento das demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e aplicáveis a todas as companhias constituídas na forma de sociedades anônimas.

Essas alterações têm como objetivo principal atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de harmonização das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IASB) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis fossem expedidos pelos órgãos reguladores em consonância com as normas internacionais de contabilidade.

Nota nº. 03 – Principais Práticas Contábeis

- a) As disponibilidades compreendem os valores de caixa, bancos e aplicações financeiras que podem ser resgatadas a qualquer tempo pela Sociedade. Essas aplicações são registradas ao custo acrescido dos rendimentos

aufendos até a data do balanço, que não excedem o respectivo valor de mercado.

- b) As receitas e despesas são reconhecidas no resultado apurado do exercício pelo regime de competência;
- c) Os bens do almoxarifado foram avaliados pelo custo médio ponderado de aquisição, não ultrapassando, portanto, os preços de mercado;
- d) A provisão para o Imposto de Renda foi calculada com base no lucro real trimestral à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%; a provisão para Contribuição Social calculada à alíquota de 9%;
- e) As férias vencidas e proporcionais, inclusive o adicional de 1/3 (um terço) previsto pela Constituição Federal, e os respectivos encargos estão registrados em conta de provisão segundo o regime contábil da competência;
- f) As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face às ações consideradas de êxito remoto;
- g) Os demais ativos e passivos, com vencimentos previstos até o encerramento do exercício social seguinte, encontram-se devidamente contabilizados no circulante e não circulante, acrescidos de seus respectivos valores de mercado, registrados com base em índices contratuais até a data do balanço.

Nota nº. 04 – Disponibilidade Imediata

Os saldos das Disponibilidades Imediatas estão representados pelos recursos no final dos exercícios após suas respectivas movimentações, como segue:

Descrição	2010	2009
Fundo Fixo	22.200	22.200
Numerário em Trânsito	28.461	24.202
Bancos Contas Movimento	385.682	353.058
Total	446.343	605.896

Nota nº. 05 – Aplicações Financeiras

O valor contábil líquido das aplicações financeiras da Sociedade aproxima-se do valor presente devido a seu vencimento no curto prazo, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, como segue:

Descrição	2010	2009
Banco do Brasil S/A	7.487.576	2.824.252
Banco Itaú S/A	-	1.747.899
Total	7.487.576	7.111.025

Nota nº. 06 – Contas a Receber de Clientes

O saldo em 31 de dezembro demonstrou as operações com clientes no período e está evidenciando os valores relevantes. Para cada cliente é feito um contrato de concessão de uso, através de processo de licitação na forma da Lei 8.666/93, por um período de 20 ou 25 anos, como segue:

Descrição	2010	2009
Banco do Brasil S/A	40.091	33.106
DHF Produtos Alimentícios Ltda.	65.834	67.382
Petrobras Distribuidora S/A	-	56.856
CEMA – Central Distribuidora Ltda.	285.910	292.787
Distribuidora Guarape Ltda.	28.013	77.613
EFN Logística e Serviços Ltda.	220.692	230.191
Megaminas Alimentos Ltda.	38.794	38.220
Diversos Clientes + 540 Usuários	3.283.471	3.221.985
(-) Ajuste a Valor Presente	(118.244)	(196.929)
Total	3.844.561	3.821.211

Nota nº. 07 – Despesas a Recuperar

As despesas a recuperar em 2010 e 2009, aproximam ao valor presente e refletem o saldo da Conta Gráfica que controlou as operações dos MLP's (Mercado Livre do Produtor), no exercício de 2005. Por ser de responsabilidade do Estado de Minas Gerais, por força do Convênio nº. 1.1949, de 29/12/2004, celebrado entre a CEASAMINAS e a SEAPA – Secretaria de Estado de Agricultura Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais, o saldo atual é reflexo de transferência de longo prazo, para o curto prazo e tem a previsão de ser recebido durante o exercício fiscal de 2011.

Nota nº. 08 – Ativo Permanente

Em 2010 os investimentos foram pouco expressivos em ativo permanente, e representados por ativos de natureza tecnológica e empreendimento imobiliário e reconhecimento e contabilização dos valores em edificações realizadas por terceiros, nas áreas denominadas **Áreas Especiais de nº. AE-01** de Governador Valadares/MG e Caratinga/MG, com reflexo na **Nota nº. 13**.

Tais fatores contribuíram com a migração das disponibilidades da empresa, os quais podem ser demonstrados da seguinte forma:

a) Investimentos

Os investimentos em ações de outras companhias estão registrados pelo custo de aquisição e podem ser demonstrados da seguinte forma:

Descrição	Bens Permanentes Valores Liquido	
	2010	2009
Participação Societária	291.777	291.777
Obras de Arte	14.302	11.500
Totais	306.079	303.277

b) Imobilizado

O Imobilizado está escriturado pelo custo de aquisição ou construção, deduzido das suas respectivas quotas de depreciações, calculadas pelo método linear com base nas taxas estipuladas pela vida útil do bem observado ao artigo 183 parágrafo 3º da Lei 6.404/76. Por força do acordo Decreto nº. 40.963, de 22/03/2000, em seu Anexo 13, que regulamenta o parágrafo único do artigo 2º da Lei 12.422, de 27/12/1996, firmado entre a UNIÃO e o ESTADO DE MINAS GERAIS, o patrimônio de propriedade do Estado está inserido no total do grupo, segregado na conta denominada Bens do Estado de Minas Gerais, o que vem de encontro com o Art. 179 – IV da Lei 6.404.76, alterada pela Lei 11.638/07, após feito o teste de recuperação pode ser demonstrado, como segue:

Descrição	Bens do Imobilizado Líquido			Taxa de Depreciação
	2009	Movimentação	2010	
Terrenos	635.851	-	626.726	-
Edificações	10.412.645	1.229.052	11.029.768	2% a 4%
Urbanizações	332.141	-	304.402	4%
Instalações	745.406	77.375	761.468	4%
Veículos	26.875	265.000	239.010	20%
Máq. e Equipamentos	211.770	101.848	275.516	10%
Máq. de Escritório	6.248	624	4.855	10%
Mov. e Utensílios	277.889	43.831	258.539	10%
Telecomunicações	42.631	3.250	36.982	10%
Informática	98.384	53.067	84.810	10%
Outros (*)	1.539.582	556.556	1.533.428	-
Imobilizado Líquido	14.329.415	2.330.623	15.155.504	-
Bens do Estado MG	3.026.890	546.185	3.356.483	4% e 20%
Total	17.356.305	2.876.808	18.511.987	-

(*) A rubrica "Outros" comporta investimentos em ativos permanentes pendentes da conclusão dos serviços de engenharia pertinentes.

Nota nº. 09 – Créditos em Cobranças Judiciais

Os saldos líquidos registrados no Não Circulante, grupo Ativo Realizável a Longo Prazo em 2010 e 2009, respectivamente, referem-se aos valores nominais das parcelas a receber de usuários inadimplentes em processo judicial de cobrança, compostos como segue:

Descrição	2010	2009
Créditos e Cobranças Judiciais	2.230.089	1.758.188
(-) Baixa de Título no Resultado	-	(104.149)
(-) Provisão para Crédito Liquidação Duvidosa	(1.734.196)	(1.315.710)
Total	495.893	338.329

Nota nº. 10 – Créditos a Recuperar

O saldo refere-se a depósitos resultantes de ações e recursos judiciais, movidas contra a Sociedade, por ex-funcionários de empresas terceirizadas contratadas por processo licitatório, que prestaram serviços às empresas licitadas, e a Ceasaminas responde solidariamente, trata-se de serviços de Guarda e Vigilância, Manutenção e Conservação e Limpeza, e saldo residual de Convênio com o Estado de Minas Gerais nº. 1.2024/06, e estão compostos da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
Coliseu Segurança Ltda.	489.165	489.165
Orbe Administração e Serviços Ltda.	249.498	249.498
Seapa – Convênio 1.2024/06	765.462	765.462
Seapa – Convênio 1.2024/06	-	21.770
Albina Conservação e Serviços Ltda.	541.053	
Outros	108.351	
(-) Provisão p/ Crédito de Liquidação Duvidosa	(815.840)	
Total	1.428.416	1.744.510

Nota nº. 11 – Direito de Uso a Realizar

São decorrentes de haveres, em valores presentes por força de convênio, e amortizados ao longo do exercício de 2010, contabilizado no resultado, reconhecidos pelo Estado de Minas Gerais, conforme Termo de Quitação de Dívida relativo ao convênio nº. 1.1785/2000.

Nota nº. 12 – Obrigações Tributárias e Previdenciárias

Descrição	2010	2009
ISS Retido na Fonte	33.059	20.384
COFINS a Recolher	170.973	266.146
PIS a Recolher	37.119	62.558
IRRF Retido na Fonte	110.845	95.945
CSLL/PIS Retido na Fonte	6.547	7.627

Ministério do Trabalho e Emprego	14.238	15.009
Sub –Total	372.781	489.669
INSS/FGTS a Recolher	429.742	399.315
Sub –Total	802.523	888.984
IRPJ a Recolher	451.541	780.535
CSLL a Recolher	177.298	297.410
Sub-Total	628.839	1.077.945
Total	1.431.362	1.966.929

Nota nº. 13 – Outras Obrigações Contas a Pagar

Trata-se do reconhecimento de obrigações para com Terceiros (Associações), referente a valores retidos, e dos concessionário-permissionários relativo a saldo da Conta Gráfica da RDC – Recuperações das Despesas Comuns, recebidos a maior em períodos anteriores, e reconhecimento de dívidas para com terceiros no período atual, e dívida contraída por construções de edificações através de terceiros nas áreas especiais de nº. 11 e 30 do entreposto de Contagem/MG, e áreas AE-01 de Governador Valadares e Caratinga/MG, **Nota nº. 08**, como seguem:

Descrição	2010	2009
Concessionários Permissionários – RDC	283.516	129.470
Créditos Terceiros – Associações	260.096	314.836
Adição e Distribuição Express Ltda.	86.377	410.463
Churrascaria Tradição Gaucha Ltda.	36.667	118.490
Círios Semaan Abbud	83.812	-
Elo Construtora e Incorporação Ltda.	91.100	-
Outras	8.103	-
Total	849.671	973.259

Nota nº. 14 – Provisão para Contingências

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, constitui provisão para contingências para as quais existem prováveis riscos de perdas. A Administração acredita que as provisões são suficientes para fazer face às perdas estimadas para essas contingências.

Em 31 de dezembro, o saldo para contingências era composto como segue:

Descrição	2010	2009
Contingências Tributárias	371.301	371.301
Contingências Cíveis	406.584	423.914
Contingências Trabalhistas	737.803	350.142
Total	1.570.688	1.145.356

Nota nº. 15 – Capital Social

O Capital Social realizado em 31 de dezembro de 2010 é de **R\$ 18.150.573** (dezoito milhões, cento e cinquenta mil, quinhentos e setenta e três reais), representados por **5.016.339** (cinco milhões, dezesseis mil, trezentos e trinta e nove) ações ordinárias nominativas, das quais, 99,57% pertencem à União Federal e o restante à acionistas minoritários.

Descrição	Numero de Ações	Valor
União Federal	4.994.626	18.072.397
Prefeitura Municipal de Juiz de Fora/MG	19.152	68.977
Prefeitura Municipal de Caratinga/MG	2.549	9.181
Minoritários	6	18
Total	5.016.339	18.150.573

Nota nº. 16 – Reserva Legal

A reserva legal foi constituída a razão de 5% do lucro apurado no exercício, em atendimento ao disposto no Art. 26, do Estatuto da Companhia, totalizando o montante de **R\$ 231.791** (duzentos e trinta e um mil setecentos e noventa e um reais), sendo este acrescido ao saldo do exercício anterior, totalizando **R\$ 698.685** (seiscentos e noventa e oito mil seiscentos e oitenta e cinco reais) em 31 de dezembro de 2010.

Nota nº. 17 – Dividendos

A Sociedade promoveu em observância aos ditames do Art.26, de seu estatuto, a deliberação pela distribuição de Dividendos Obrigatórios, que alcançaram a cifra, como segue:

Descrição	2010	2009
Dividendos Propostos	-	552.182
Variações Monetárias Pagas	-	14.734
Minoritários Resíduos	11	12
Juros Sobre Capital Próprio	1.390.347	-
Total	1.390.358	560.416

Nota nº. 18 – Reservas de Lucro p/Expansão

Foi destinada a reconstrução do Pavilhão 6, incendiado em 2006. Conforme proposta aprovada pela Diretoria nos termos do artigo 192, da Lei 6.404/76, combinando com o disposto no artigo 4º do Decreto 2.673/98. Em 2010 a proposta da diretoria atual é pelo aumento de capital com a referida reserva de lucro para expansão de exercícios anteriores no valor de R\$ 4.442.640 (quatro milhões quatrocentos e quarenta e dois mil, seiscentos e quarenta reais), e constituir uma nova reserva com o lucro líquido após distribuição no valor de R\$ 3.013.683 (três milhões treze mil seiscentos e oitenta e três reais)

O saldo em 31 de dezembro registrou a deliberação da AGO de 16.04.2010, como segue:

Descrição	2010	2009
Reserva de Lucro para Expansão	3.013.682	4.442.640
Total	3.013.682	4.442.640

Nota nº. 19 – Recuperações de Despesas

No exercício de 2010, os valores das despesas operacionais e relacionadas com as receitas exclusivas dos permissionários que foram reembolsados, tais como, energia elétrica, água, dentre outras:

Descrição	2010	2009
Conta Serviços e Seguros	(16.352.833)	(15.960.679)
Valores Reembolsados	10.394.190	10.404.875
Total das Despesas	(5.958.643)	(5.555.804)
Demais Despesas Operacionais	(16.807.417)	(14.944.426)
Despesas Financeiras	(113.801)	(57.326)

Total das Despesas	(16.921.218)	(15.001.752)
Despesas do Exercício	(22.879.861)	(20.557.556)

Nota nº. 20 – Outros Proventos

Referem-se a despesas de pessoal, e pode ser demonstrado da seguinte forma:

Descrição	2010	2009
Vale Transporte/Alimentação	977.827	958.409
Instrução e Treinamento	8.949	24.887
Previdência Complementar	53.610	-
Auxílio Estagiário	171.913	153.997
Assistência Médica e Social	284.240	255.107
Diárias e Hospedagem	110.462	-
Demais Despesas	448.963	428.101
Total	2.055.964	1.820.501

Nota nº. 21 – Receitas Financeiras

Descrição	2010	2009
Receitas Financeiras Aplicações	556.141	481.194
Receitas Variações Monetárias	224.541	148.544
Receitas Multas Contratuais	240.481	207.241
Outras Receitas Financeiras	301.530	146.094
Total	1.322.693	983.073

Nota nº. 22 – Despesas Financeiras

Descrição	2010	2009
Despesas Variações Monetárias	55.690	24.027
Despesa Bancária	22.329	13.759
Despesa de Juros Passivos	5.829	259

Descontos Concedidos	17.540	8.354
Outras Despesas Financeiras	12.413	10.927
Total	113.801	57.326

Nota nº. 23 - Impostos e Taxas

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com impostos e taxas da sociedade nos períodos e estão demonstrados, como segue:

Descrição	2010	2009
Imposto Sindical – Patronal	18.357	18.357
IPVA / IPTU	28.321	10.138
INSS – Terceiros	34.931	31.346
Impostos e Taxas	39.367	107.800
Despesas Legais e Judiciais	149.410	-
Total	270.386	138.615

Nota nº. 24 – Provisões Despesas Operacionais

A sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo principalmente questões tributárias, cíveis e trabalhistas.

A Administração, com base nas informações e avaliações de seus assessores legais, internos e externos, constituiu provisão para contingências em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis. Reflexos da Nota nº. 06, Nota nº. 09 e Nota nº. 36.

Em 31 de dezembro, o saldo de provisão para contingências era composto como segue:

Descrição	2010	2009
Provisão p/Contingência Cíveis	-	1.152
Provisão p/Contingência Trabalhistas	488.648	-
Provisão p/Contingência Tributárias	55.000	11.261
Provisão p/Créditos Liquidação Duvidosa	1.352.570	723.324
Ajuste a Valor Presente	165.295	358.606

Total de Provisão	2.061.513	1.267.166
--------------------------	------------------	------------------

Nota nº. 25 – Participações dos Empregados

Refere-se a participações dos empregados da Sociedade e representa 6% dos lucros após IR deduzido de 5% da reserva legal com base em proposta de PLR - Participação nos Lucros ou Resultados, previamente aprovada pelo DEST em 2010.

Descrição	2010	2009
Participações de Empregados	280.214	138.032
Resíduo Ano Anterior	1.095	518
Total de Participações	281.310	138.550

Nota nº. 26 – Credores por Caução

Em 31 de dezembro, os saldos de obrigações com Credores por Caução eram compostos, como segue:

Descrição	2010	2009
Credores Diversos	147.271	137.602
Correção Monetária	10.017	9.669
Total	157.288	147.271

Nota nº. 27 – Privatização

A Empresa está incluída no PND – Programa Nacional de Desestatização - pelo Decreto nº 3.654, de 07 de novembro de 2000, com vista à sua privatização

Nota nº. 28 – Outras Receitas

Em 31 de dezembro o saldo de Outras Receitas é composto como segue e foram registradas as operações não relacionadas com a atividade da sociedade o ganho de capital na alienação do terreno e edificação de Itatiaia/MG, e reflete o efeito do ganho contabilização no resultado do período em tela:

Descrição	2010	2009
Receitas Eventuais	26.573	20.926

Ganhos de Capital – Imóveis	540.470	707.078
Ganhos de Capital – V. Mercado	-	124.426
Total	567.043	852.430

Nota nº. 29 - Outras Despesas

Em 31 de dezembro o saldo de Outras Despesas é composto como segue e foram registradas as operações com despesas não relacionadas com a atividade da sociedade, e refletiram nos resultados nos períodos em tela:

Descrição	2010	2009
Contribuições e Doações	107.964	49.043
Perda de Capital	780	54.133
Convênios	99.458	132.000
Infrações ao TEM	5.487	83.312
Total	213.689	318.488

Nota nº. 30 – Intangível

Os valores registrados no Intangível provem da segregação do imobilizado do exercício anterior, que com o advento da Lei 11.368/07, que alterou a Lei 6.404/76, permitiu o evento e registra a **Marca Vitasopa**, instituição ligada ao SERVAS, que por sua vez executam serviços social do Governo de Minas e esta instalada dentro do Entrepósito da Sociedade em Contagem/MG. No exercício de 2010 registrou aquisições do sistema ERP – RM Sistemas Corpore e Tecnologia e sistemas auxiliares de caixa.

Descrição	2010	2009
Marcas e Patentes	1.025	1.025
Licença e Software – ERP	669.391	
Licença e Software – Estado/MG	31.204	
(-) Amortização	(5.838)	
Total	695.782	1.025

Nota nº. 31 – Salários, Provisões e Contribuições Sociais.

O saldo em 31 de dezembro refere-se as provisões de férias acrescidos de 1/3 legal e encargos incidentes sobre as mesmas nos períodos, como segue:

Descrição	2010	2009
Provisão de Férias	883.278	964.857
Encargos Sociais	316.954	345.289
Total	1.200.232	1.310.146

Nota nº. 32 – Valores a Recuperar

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com créditos a recuperar que foram compostos, por acordos de curto prazo com clientes e reconhecimento de receitas de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta, em contrato assinados em processo de licitação conforme Lei 8.666/93, até presente data, com prazo de recebimento de 6 meses, como segue:

Descrição	2010	2009
Cheques Devolvidos	3.068	14.973
Acordos de Clientes	147.285	155.360
Devedores Diversos	-	326
Processos Licitatórios	815.488	1.265.322
Total	965.841	1.435.981

Nota nº. 33 – Adiantamento

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com adiantamentos de férias, ocorrido no período e são representados, como segue:

Descrição	2010	2009
Adiantamentos de Férias	252.398	246.248
Total	252.398	246.248

Nota nº. 34 – Impostos e Encargos a Recuperar

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com imposto e encargos a recuperar com PIS/COFINS/CSLL no período.

Nota nº. 35 – Almoxarifado

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com o almoxarifado e o material destinado para garantir as atividades operacionais no período e foi composto, como segue:

Descrição	2010	2009
Material de Conservação	143.962	120.616
Material Consumo/Escritório	142.418	144.470
Material de Limpeza	17.224	22.626
Total	303.604	287.713

Nota nº. 36 – Despesas Exercício Seguinte

O saldo em 31 de dezembro registrou as operações com despesas do exercício seguinte e foram compostos, como segue:

Descrição	2010	2009
Anuidade e Assinaturas	11.737	10.751
Prêmios e Seguros	31.121	14.654
Operações Unidade Barbacena	165.295	780.853
Vale Transporte/Alimentação	143.454	137.678
(-) PCLD	-	(619.175)
(-) Ajuste a Valor Presente	(165.295)	(161.677)
Total	186.312	163.083

Nota nº. 37 – Depósito e Ação Judicial

O saldo em 31 de dezembro registrou as ações movidas por ex-funcionário da sociedade no período na conta Depósito e Ação Judicial e as relevantes são demonstradas, como segue:

Descrição	2010	2009
Retenções das Contas Bancárias	85.240	73.698
Benedict Mestiere	126.878	126.878
Jarbas Diniz Filho	15.708	15.708
Diversos	154.769	91.058
Total	382.595	307.342

Nota nº. 38 – Fornecedores

O saldo em 31 de dezembro da conta fornecedores de curto prazo da Sociedade e todos mantêm contrato através de processo licitatório na forma da lei 8.666/93, para fornecimento de material e prestação de serviços e registrou as operações e demonstramos os relevantes para efeito de esclarecimentos nos períodos, como segue:

Descrição	2010	2009
CEMIG – Energia Elétrica MG	676.370	740.023
Constr. Drag. Paraopeba Ltda.	631.895	104.618
Emater/MG	14.919	-
Albina Conservação e Serviços Ltda.	-	250.224
Prefeitura Municipal de Contagem/MG	79.528	-
Associação Mineira de Supermercado	60.000	-
Plantão – Serv. De Vigilância Ltda.	421.897	390.746
Newbyte Informática Ltda.	21.167	-
Diversos menos relevantes	309.037	536.202
Total	2.220.813	2.021.813

Nota nº. 39 – Reserva de Capital

O saldo em 31 de dezembro manteve o registro na conta reserva de capital originado em 2007, e deliberado pela AGE de 07 de novembro de 2008, a manutenção nesta conta, para compensação de possível prejuízo futuro ou aumento de capital.

Nota nº. 40 – Reserva de Lucros

O saldo em 31 de dezembro da conta reserva de lucro da sociedade é o resultado das suas operações, após distribuição de juros sobre capital próprio e constituído a reserva legal e está contabilizado na conta reserva de lucro para expansão é representado, como segue:

Descrição	2010	2009
Reserva de Lucro	3.013.682	1.656.549
Total	3.013.682	1.656.549

Nota nº. 41 – Depreciação / Amortização

O saldo em 31 de dezembro registrou a depreciação com contra partida no imobilizado da sociedade e esta representado, como segue:

Descrição	2010	2009
Depreciação e Amortização	481.857	470.318
Depreciação e Amortização Lei 10.865/04	478.644	417.588
Amortização	5.838	-
Total	966.339	887.876

Nota nº. 42 – Receita Operacional Bruta

É o efeito dos registros dos períodos com reconhecimento pelo regime de competência da receita principal fonte de recursos da sociedade, são originaria de contrato de concessão de uso em obediência a Lei 8.666/93, e outros serviços utilizados para a manutenção do abastecimento em Minas Gerais, com o espaço cedido aos produtores mineiros, chamado MLP – Mercado Livre de Produtor, representado pelas contas mais relevantes, como segue:

Descrição	2010	2009
Tarifa de Uso – Boxe	15.354.728	13.903.930
Pesagem de Veículos	237.219	226.458
Tarifa de Transferência	3.767.446	1.847.098
Locação de Módulos – MLP	2.383.226	2.053.670
Módulos Fixos – Mensais	521.159	482.895

Processos Licitatórios	4.113.005	2.627.976
Reserva Técnica	915.073	849.837
Diversas	3.373.956	3.103.767
Total	30.665.812	25.095.631

Nota nº. 43 – Dedução da Receita Bruta

O saldo em 31 de dezembro registrou a dedução da receita bruta e contabilizou os impostos e contribuições incidentes sobre a receita bruta e estão líquidos já compensados os créditos não-cumulativos, e as vendas canceladas e estão assim representados:

Descrição	2010	2009
PIS/PASEP	418.404	373.710
COFINS	1.927.197	1.721.303
Vendas Canceladas	148.473	57.407
Total	2.494.074	1.733.608

Nota nº. 44 – Pessoal

O saldo em 31 de dezembro registrou as despesas com salário de pessoal da sociedade e é composto, como segue:

Descrição	2010	2009
Ordenados	4.809.510	4.663.211
Gratificações	540.059	465.251
Biênio / Quinquênio	644.234	585.030
Férias/13º Salário	1.244.021	1.281.726
Outros	523.315	450.730
Total	7.741.139	7.465.948

Nota nº. 45 – Encargos Sociais

O saldo em 31 de dezembro registrou os encargos sociais da sociedade no período e refletem as obrigações sociais sobre folha de pagamento e está representado, como segue:

Descrição	2010	2009
INSS	1.843.771	1.533.400
FGTS – FGTS Art. 22	511.319	475.442
Encargos s/Férias e 13º	419.450	585.769
Total	2.774.540	2.594.611

Nota nº. 46 – Material de Consumo

O saldo em 31 de dezembro registro os gastos com material de consumo no período aplicado na manutenção das atividades da sociedade e representadas pelas mais relevantes, como segue:

Descrição	2010	2009
Manutenção e Conservação	222.734	182.584
Material de Expediente	287.883	265.793
Limpeza	81.196	64.715
Outras	365.723	400.413
Total	937.536	913.505

Nota nº. 47 – Encargos Previdenciários

O saldo em 31 de dezembro refere-se registro da operação de Infração ao MTE – Ministério do Trabalho e Emprego, e negociado seu parcelamento em 60 vezes e demonstra o valor de Longo Prazo de **R\$ 37.427** e curto prazo o valor de **R\$ 14.238**, Nota nº. 12 e Nota nº. 29

Contagem, 31 de dezembro de 2010.

João Alberto Paixão Lages
Diretor Presidente
CPF 035.906.396-95

Márcio Luiz da Silva Cunha
Diretor Financeiro
CPF 251.817.856-20

Ana Pascoal dos Anjos
Diretora Técnica Operacional
CPF 228.070.556-72

Názio Veloso da Silva
CRC/AM 006457/O-0 T-MG
Contador CPF 357.779.316-34

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ilmos. Srs. Administradores e Acionistas das Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A - CEASAMINAS

Examinamos as demonstrações contábeis das **Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS**, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2010 as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e das operações de fluxo de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

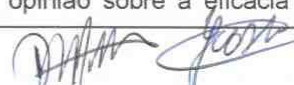
Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração das **Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS** é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorções relevantes, independente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorções relevantes.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidências a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo avaliação dos riscos, de distorções relevantes nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de risco, o auditor considera os controles internos relevantes para elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriadas nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia



desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação de adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Conforme Nota Explicativa nº 8, a CEASAMINAS ocupa um terreno com área total de 2.286.000 m², nas margens da Rodovia BR 040, no município de Contagem - MG, havido pelo Estado de Minas Gerais em Ação de Desapropriação, e até a data da elaboração destas demonstrações contábeis esta situação estava pendente de regularização legal e contábil, assim como a contabilização dos imóveis construídos no local pelos usuários. Em 2009 a CEASAMINAS optou em contabilizar cerca de R\$ 1.236 mil referente a parte destes imóveis construídos no local pelo usuário. De acordo com a Administração da Sociedade, a apuração dos valores envolvidos, que deveriam estar refletidos no ativo imobilizado e no Patrimônio Líquido da Companhia depende de ações da União Federal e do Estado de Minas Gerais com relação às áreas reservadas pelo Decreto Estadual nº 40.963 de 22 de março de 2000 a serem excluídas do processo de privatização.

Opinião com ressalva

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis, essas demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e contábil das **Centrais de Abastecimento de Minas Gerais S/A – CEASAMINAS** em 31 de dezembro de 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.



Outros Assuntos

Em obediência ao Programa Nacional de Desestatização, no qual a empresa foi incluída pelo Decreto 3.654/2000, as providências preliminares foram iniciadas pelo BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, permanecendo até a data do balanço sem definição do processo.

Belo Horizonte, 19 de fevereiro de 2011.

ACE-AUDITORIA ASSESSORIA E CONSULTORIA EMPRESARIAL
CRC-MG Nº 4.753



Dário Lúcio Pinto
Sócio Responsável
Contador-CRC-MG 36.375



Domingos França da Costa
Diretor Responsável
Contador-CRC-MG 52.326



Marcelo Saraiva
Gerente de Auditoria
Contador-CRC-MG 080306

Composição Acionária

Composição Acionária do Capital Social Em 31/12/2010				
UJ Como Investida				
Denominação Completa: CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE M.G S.A				
Texto: A Empresa somente possui Ação Ordinária				
Ações Ordinárias: 100%				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	4.994.632	4.994.632	4.994.632
	Outras Entidades Governamentais	21.701	21.701	21.701
	Fundo de Pensão	-	-	-
	Ações Em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro free-float			
	Pessoas Físicas	6	6	6
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		5.016.339	5.016.339	5.016.339
Ações Preferenciais%				
ACIONISTAS		31/12/2008	31/12/2009	31/12/2010
Governamental	Tesouro Nacional	-	-	-
	Outras Entidades Governamentais	-	-	-
	Fundo de Pensão	-	-	-
	Ações Em Tesouraria	-	-	-
Não Governamental	Capital Estrangeiro Free - Flot	-	-	-
	Pessoas Físicas	-	-	-
	Pessoas Jurídicas	-	-	-
	Capital Estrangeiro	-	-	-
Total		-	-	-

15 - Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.

DEMONSTRATIVO DA REMUNERAÇÃO PAGA AOS CONSELHEIROS DA CEASAMINAS - 2009

CONSELHEIROS ADMINISTRAÇÃO

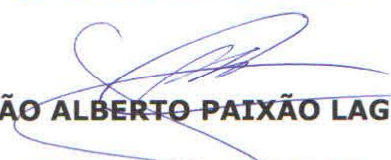
NOME	jan/09	fev/09	mar/09	abr/09	mai/09	jun/09	jul/09	ago/09	set/09	out/09	nov/09	dez/09	Grat. Natalina	TOTAL
ALEXANDRE MAGNO FRANCO	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
CID JORGE CALDAS	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
JOAO ALBERTO PAIXAO LAGES	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
LUIZ GONZAGA BAIÃO	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
MÁRCIO LUIZ DA SILVA CUNHA	1.284,00	-	-	-	-	-	-	1.384,13	1.384,13	-	-	-	230,69	2.998,95

CONSELHEIROS FISCAL

NOME	jan/10	fev/10	mar/10	abr/10	mai/10	jun/10	jul/10	ago/10	set/10	out/10	nov/10	dez/10	Grat. Natalina	TOTAL
ANDRE LUIZ GONÇALVES	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
ROGÉRIO COLOMBINI MOURA	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69
ROMILDA MARIA DE FÁTIMA	1.284,00	1.284,00	1.284,00	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	1.384,13	17.993,69

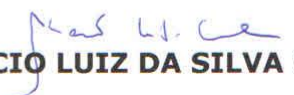
**CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DE MINAS GERAIS S/A
CEASAMINAS**

DIRETORIA EXECUTIVA:



JOÃO ALBERTO PAIXÃO LAGES

DIRETOR PRESIDENTE



MARCIO LUIZ DA SILVA CUNHA

DIRETOR FINANCEIRO



ANA PASCHOAL DOS ANJOS

DIRETORA TECNICO-OPERACIONAL



CEASAMINAS
Centrais de Abastecimento

Ministério da Agricultura
Pecuária e Abastecimento

